



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO

**MOVIMENTO NEGRO EM BELÉM: AÇÃO COLETIVA DE COMBATE AO
RACISMO E DEFESA DE NEGRAS E NEGROS**

DOMINGOS CONCEIÇÃO

**BELÉM
2017**

DOMINGOS CONCEIÇÃO

**MOVIMENTO NEGRO EM BELÉM: AÇÃO COLETIVA DE COMBATE AO
RACISMO E DEFESA DE NEGRAS E NEGROS**

Dissertação apresentada como requisito à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do Pará. Orientadora: Professora Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento.

**BELÉM
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C744m Conceição, Domingos

Movimento negro em Belém : ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros /
Domingos Conceição. - 2017.
167 f.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Instituto de Ciências
Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

Orientação: Profa. Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento

1. Movimentos Sociais . 2. Movimento Negro - Conflitos. 3. Discriminação racial - Combate. 4.
Negros. I. Nascimento, Maria Antônia Cardoso, *orient.* II. Título

CDD 305

DOMINGOS CONCEIÇÃO

MOVIMENTO NEGRO EM BELÉM: AÇÃO COLETIVA DE COMBATE AO RACISMO E DEFESA DE NEGRAS E NEGROS

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.
Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal do
Pará, pela comissão formada pelos professores:

Orientadora Profa. Dra. Maria Antônia Cardoso Nascimento.
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, UFPA
(Presidente)

Examinador externo Prof. Dr. Rodrigo Correa Diniz Peixoto. Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, UFPA
(Examinador externo)

Examinadora interna Profa. Dra. Solange Maria Gayoso da Costa. Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social, UFPA
(Examinadora interna)

Belém, 10 de dezembro de 2017

DEDICATÓRIA

Este trabalho, em primeiro lugar, é dedicado à história, memória e vida de mulheres e homens (negros), que mesmo tendo sido arrancados de seu território africano, para aqui ser escravizados, lutam quase que desde sua chegada, por liberdade e emancipação, tendo por base o Movimento Negro.

Aos meus pais Josefa da Conceição e José Ambrósio (em memória), sem os quais esta história não estaria sendo contada.

A Estela Maria, Mãe dos meus filhos, Luan Martins Conceição e Dejan Martins Conceição, filhos da minha vida, continuidade biológica da minha história.

Ao Movimento Social Negro MOCAMBO, organização política, que com sua ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros contribuiu para que eu me tornasse um negro revolucionário e de atitude sociológica radical.

E a todos os integrantes dos movimentos negros de Belém, pela contribuição com a construção deste trabalho e que ao mesmo tempo, peço-lhes que ao terem acesso ao mesmo, não esqueçam de lerem criticamente e com o espírito (pensamento) dialético.

Aos meus familiares negros e em especial a minha querida Irmã Maria de Fátima Conceição Dias e seu esposo Adriano Dias que me receberam em sua casa no Rio de Janeiro, logo após a minha seleção no Mestrado, onde iniciei a minha primeira incursão na pesquisa de campo e bibliográfica, os quais me sustentaram com apoio logístico e materiais, que até hoje me são úteis.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é necessário, visto haver inúmeras pessoas que tiveram envolvimento direto e indiretamente com a produção desta dissertação. Porém, o que se torna difícil é ser o mínimo justo com as mesmas.

Diante disto, a idéia é tentar agradecer de forma geral e abrangente. Agradecer ao meu “lugar de resistência” negro-mocambeira, a todas e todos, mas em especial a Margarida Souza, a Igina da Mota e ao Lucivaldo Sena pela solidariedade mocambeira que sempre tiveram comigo. Agradecer honrosamente aos afro-religiosos; a MALUNGU; ao CEDENPA e ao MOCAMBO e entre seus integrantes, aquelas e aqueles que foram solidários comigo nessa trajetória até aqui: Nilma Bentes, Mãe Bethe, Zélia Amador de Deus, Marilu Campelo, Mametu Nangetu (Oneide Rodrigues), José Carlos Galiza, Amador da Conceição, Apolinário Filho, Raimundo Jorge, Assunção Amaral e Artur Leandro e Raimundo Cota.

No PPGSS agradeço em especial, um coletivo de professores que tive os primeiros contatos antes da seleção e que recebi os primeiros incentivos: A Professora Maria Antônia Cardoso Nascimento que se propôs a nos orientar, a Professora Nádia Fialho, a Professora Sandra Helena, a Professora Solange Gayoso, a Professora Joana Valente, ao Professor Reinaldo Pontes e ao Professor Ari Loureiro, no decorrer do curso agradeço a Professora Vera Gomes, a Professora Adriana Azevedo e ao Professor Marcel Hazeu.

Um agradecimento sociológico aplicado ao Serviço Social merece ser destacado nesta dissertação, qual seja, aos meus colegas que coletivamente com os seus conhecimentos enriqueceram o nosso curso: Debora Ribeiro, Leidiany Marques, Aricarla Batista, Eucicleia Dias, Aina Pereira, Heloisa Helena, Ellana Pinheiro, Jean Rene, Ricardo Wanzeller e Severino Júnior.

Agradecer, para motivar à pesquisa, a três jovens amigos que me acompanharam em algumas entrevistas: ao Robson da Silva Rosa estudante do ensino médio, Dejan Martins Conceição graduado no Curso Superior Tecnológico em Redes de Computadores e Luan Marins Conceição estudante do Curso de Ciências Biológica – UFPA, ano 2016.

Aos professores Socorro Coelho, Ney Cristina e Orlando Nobre pertencentes ao Grupo de Estudo em Educação Rural – GERU pela primordial contribuição e incentivos.

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
- APN’S – Agente de Pastorais Negros
- ABI – Associação Brasileira de Imprensa
- AMOR - Movimento Reggae Belém Ananindeua
- CEDENPA: Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará
- CEB’s – Comunidade Eclesial de Base
- CMNB– Conselho Municipal do Negro de Belém
- CCN – Centro de Cultura Negra (Maranhão)
- CONEN – Coordenação Nacional de Entidades Negras
- CONEBB – Congresso Nacional
- FNB – Frente Negra Brasileira
- FASE - Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional
- MNN – Movimento Negro Nacional
- MNB – Movimento Negro em Belém
- MNUCDR - Movimento Negro Unificado de Combate a Discriminação Racial
- MNU – Movimento Negro Unificado
- NMS – Novos Movimentos Sociais
- NRP - Nação de Resistência Periférica
- MPL – Movimento pelo Passe Livre
- MBL – Movimento Brasil Livre
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MALUNGU - Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará
- MOCAMBO - Movimento Afrodescendente do Pará
- GEAM - Grupo de Estudos Afro-Amazônicos - UFPA
- GRENI – Grupo Religioso Negros e Indígenas
- GEUN – Grupo de Estudantes Universitários Negros
- CONAPPIR – Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial

CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

TEN – Teatro Experimental do Negro

SEMAJ – Secretaria Municipal de Assunto Jurídico

FASS – Faculdade de Serviço Social

IFCHA – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

ICED - Instituto de Ciência da Educação

ICSA - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

IPEIA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ONU – Organização das Nações Unidas

OMC – Organização Mundial do Comércio

ONG's – Organizações Não Governamentais

PEPIR – Plano Estadual de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-Pa

PLANAPIR – Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial

PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

SEPIR - Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial

I SENUN - I Seminário Nacional de Juventude Negra - 1993

UFPA – Universidade Federal do Pará

UNEGRO – União dos Negros pela Liberdade

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

RESUMO

RESUMO: O objeto de estudo desta dissertação é a ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros, cujo objetivo central é investigar, a prática da ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros em Belém do Pará no período de 1995 a 2013, a partir das teorias e conceitos, referentes às ações coletivas e os movimentos sociais. A metodologia, o método e as técnicas de pesquisa seguiram a base teórica que nos propomos a seguir. O método utilizado é o marxista e a metodologia deu-se pelo procedimento histórico-sociológico que envolve a revisão de literatura, a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo cujas técnicas usadas foram: observações, entrevistas (semiestruturadas e participantes) e levantamento documental, da realidade do Movimento Negro em Belém, articulada com a do Movimento Social Negro Brasileiro. Os resultados que chegamos são de que há um Movimento Negro organizado em Belém, com características herdada de seu tempo histórico, ou seja, que dialeticamente, pode ser influenciado por um dado contexto para ser mais reativo ou mais conservador. Hoje está num refluxo bastante preocupante e que a prática de uma ação coletiva de combate ao racismo que articule as demais ações, deveria ser feita coletivamente, por todos os movimentos negros, estar mais diluída. Nossas conclusões são de que a produção desta dissertação é inovadora, atual, importante, relevante para a academia e socialmente, para a formação intelectual de seu autor, cuja mesma pode contribuir com novas pesquisas e com as pesquisas já realizadas sobre a temática do negro em Belém, e mais, chamar a atenção de estudantes negros e não negros, da necessidade de se ter um Movimento Negro atuante, capaz de realizar ações coletivas que aumente a auto-estima da juventude, das mulheres, dos homens, das crianças e se possível de toda a população negra de Belém, para que possa saber os direitos que tem, assegurar os que já conquistou, lutar por novos direitos e forjar estratégias que possam afrontar as classes dominantes e racistas, em tempo e espaço, em que as mesmas, tudo tiram do povo, mas os mais afetados são sempre negras e negros, por isso acredito que só se supera o racismo se agimos coletivamente e integrados em todo o Brasil.

Palavras Chaves: Movimento Negro, combate ao racismo e contestação social

ABSTRACT

ABSTRACT: The object of study of this dissertation is the collective action to combat racism and defense of blacks and blacks, whose main objective is to investigate, the practice of collective action to combat racism and defense of blacks and blacks in Belém do Pará in the period from 1995 to 2013, based on theories and concepts related to collective actions and social movements. The methodology, method and techniques of research followed the theoretical basis that we propose to follow. The method used is the Marxist and the methodology was given by historical-sociological procedure involving literature review, bibliographical research and field research whose techniques used were: observations, interviews (semistructured and participant) and documentary survey of the reality of the Black Movement in Belém, articulated with that of the Brazilian Black Social Movement. The results we get are that there is a Black Movement organized in Belém, with characteristics inherited from its historical time, that is, that dialectically, can be influenced by a given context to be more reactive or more conservative. Today it is in a very worrying ebb and that the practice of a collective action to combat racism that articulates the other actions, should be made collectively by all black movements, be more diluted. Our conclusions are that the production of this dissertation is innovative, current, important, relevant to the academy and socially, for the intellectual formation of its author, whose same can contribute with new researches and with the research already done on the theme of the black in Belém, and more, to call the attention of black and non-black students to the need to have an active Black Movement capable of carrying out collective actions that increase the self-esteem of youth, women, men, children and, if possible of the entire black population of Belém, so that it can know the rights it has, secure those it has already conquered, fight for new rights and forge strategies that can confront the ruling and racist classes, in time and space, in which all but the most affected are always black and black, so I believe that we can only overcome racism if we act collectively and integrated throughout Brazil.

Keywords: Black Movement, fight against racism and social protest

RÉSUMÉ

RÉSUMÉ: L'étude de cet objet de thèse est une action collective pour lutter contre le racisme et la défense des hommes noirs et femmes, dont l'objectif principal est d'enquêter sur la pratique de l'action collective pour combattre le racisme et la défense des hommes noirs et femmes à Belem dans la période de 1995 à 2013, sur la base de théories et de concepts liés aux actions collectives et aux mouvements sociaux. La méthodologie, la méthode et les techniques de recherche ont suivi la base théorique que nous proposons de suivre. La méthode utilisée est marxiste et de la méthodologie donnée par la procédure historico-sociologique comportant un examen de la littérature, la littérature et recherche sur le terrain qui a utilisé des techniques étaient: observations, entretiens (semi-structurés et les participants) et étude documentaire, la La réalité du Mouvement Noir à Belém, articulée avec celle du Mouvement Social Noir Brésilien. Les résultats que nous avons obtenus sont qu'il ya un mouvement organisé Noir à Bethléem, avec des caractéristiques héritées de son temps historique, qui est, dialectiquement, peut être influencée par un contexte donné pour être plus réactif ou plus conservateur. Aujourd'hui c'est dans un flux très inquiétant et que la pratique d'une action collective pour combattre le racisme qui articule les autres actions, doit être faite collectivement par tous les mouvements noirs, être plus diluée. Nos conclusions sont que la production de ce travail est innovant, en cours, importante, pertinente à la salle de gym et socialement, pour la formation intellectuelle de son auteur, qu'elle peut contribuer à de nouvelles recherches et les recherches déjà menées sur le sujet du noir Bethléhem, et plus attirer l'attention des étudiants noirs et non noirs, la nécessité d'avoir un mouvement noir actif, capable de prendre des mesures collectives pour augmenter l'estime de soi des jeunes, les femmes, les hommes, les enfants et si possible l'ensemble de la population noire de Bethléem, afin que vous puissiez connaître les droits que vous avez, assurez-vous de ceux qui ont gagné, se battre pour de nouveaux droits et établir des stratégies pour faire face aux classes dominantes et racistes dans le temps et l'espace, où ils ont tous mais les plus touchés sont toujours noirs et noirs, donc je crois que nous ne pouvons surmonter le racisme que si nous agissons collectivement et si nous sommes intégrés dans tout le Brésil.

Mots-clés: Mouvement noir, lutte contre le racisme et la protestation sociale

RESUMEN

RESUMEN: El objeto de estudio de esta disertación es la acción colectiva de combate al racismo y defensa de negras y negros, cuyo objetivo central es investigar, la práctica de la acción colectiva de combate al racismo y defensa de negras y negros en Belém do Pará en el período de 1995 a 2013, a partir de las teorías y conceptos, referentes a las acciones colectivas y los movimientos sociales. La metodología, el método y las técnicas de investigación siguieron la base teórica que nos proponemos a continuación. El método utilizado es el marxista y la metodología se dio por el procedimiento histórico-sociológico que involucra la revisión de literatura, la investigación bibliográfica y la investigación de campo cuyas técnicas utilizadas fueron: observaciones, entrevistas (semiestructuradas y participantes) y levantamiento documental, realidad del Movimiento Negro en Belén, articulada con la del Movimiento Social Negro Brasileño. Los resultados que llegamos son de que hay un Movimiento Negro organizado en Belén, con características heredadas de su tiempo histórico, o sea, que dialécticamente, puede ser influenciado por un determinado contexto para ser más reactivo o más conservador. Hoy está en un reflujo bastante preocupante y que la práctica de una acción colectiva de combate al racismo que articule las demás acciones, debería ser hecha colectivamente, por todos los movimientos negros, estar más diluida. Nuestras conclusiones son que la producción de esta disertación es innovadora, actual, importante, relevante para la academia y socialmente, para la formación intelectual de su autor, cuya misma puede contribuir con nuevas investigaciones y con las investigaciones ya realizadas sobre la temática del negro en Belém, y más, llamar la atención de estudiantes negros y no negros, de la necesidad de tener un Movimiento Negro actuante, capaz de realizar acciones colectivas que aumente la autoestima de la juventud, de las mujeres, de los hombres, de los niños y si es posible de toda la población negra de Belém, para que pueda saber los derechos que tiene, asegurar a los que ya conquistó, luchar por nuevos derechos y forjar estrategias que puedan afrontar las clases dominantes y racistas, en tiempo y espacio, en que las mismas, todo y que los más afectados son siempre negras y negros, por eso creo que sólo se supera el racismo si actuamos colectivamente e integrados en todo Brasil.

Palabras Claves: Movimiento Negro, combate al racismo y contestación social

“Lugar de resistência negra”

Investigar, sistematizar e analisar foi o caminho que pegamos para caminhar.

Aranha no Pará é como Zumbi em Pernambuco, aqui como lá um Mocambo se organizou, teve como liderança a teia de Maria Felipa Aranha em “Alcobaça” Tucuruí Pará.

Verequete, Bruno e Waldemar com os seus batuques nos ensinaram a contestar e combater nos subúrbios de Belém o “racismo de Estado” imprimido pela Polícia Civil, nas longas de invernos paraense.

Em Belém há pelo menos uma Trindade que os pretos criaram para não se deixar escravizar, mas que os brancos católicos usurparam essa conquista associativa, tal vez, o primeiro quilombo urbano local de ações coletivas criado pelos pretos e o transformaram em “Igreja da Trindade” na tentativa de esquecer as coisas de preto.

A rebeldia revolucionária chegou mais cedo no Pará. Em Benevides, por exemplo, os cearenses escravos (ou “arigós”) reagiram ao domínio branco escravocrata e anteciparam a abolição da escravidão, 1884.

Movimento Negro em Belém objeto, sujeito e lugar de resistência é entranhado por essa teia histórica de conflitos que desde sempre fez parte da luta de pretas e pretos, em busca de sua emancipação por meio da “contestação social” que é a nossa forma de ação coletiva de combate ao racismo, que para Fernandes nasceu desde a escravidão.

Deste ponto de partida fomos e voltamos, pelas cercanias de Belém, nos deparando com índios “libertos e livres”, com “pretos libertos e livres”, mas ainda existia uma forte escravidão, tanto para um como para o outro. Foi nesse cenário que no passado forjou-se a capital do Pará. O reflexo desse passado ainda se faz presente hoje com um racismo falsamente silenciado, mas explicitamente manifestado, que não se cansa e não se rende em praticar o genocídio da população negra em Belém, duramente combatido pelas ações coletivas e pelo Movimento Negro local, tema de nossa investigação neste trabalho.

Os aspectos apontados acima traçam um desenho cronológico parcial da origem histórica, demográfica e geográfica do meu objeto de estudo e o lugar de resistência do seu sujeito principal: **QUE É O MOVIMENTO NEGRO EM BELÉM.**

(Domingos Conceição)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	15
CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS SOCIAIS: ASPECTOS PANORÂMICOS DA HISTÓRIA DAS TEORIAS DE ORIGEM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS:	24
1-1- Aspectos panorâmicos da origem histórica dos movimentos sociais:	25
1-2-Marxismo e movimentos sociais:	35
1-3- A produção brasileira e a definição conceitual de movimentos sociais:	43
1-3-1- O impacto neoliberal na luta dos movimentos sociais no período que vai dos anos 1990 a 2013:	53
CAPÍTULO 2: MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: AÇÃO COLETIVA DE COMBATE AO RACISMO:	70
2-1-Um breve percurso historiográfico e sociológico do Movimento Negro:	71
2-1-1-Projeto Unesco:	92
2.2-O surgimento da ação coletiva no discurso do movimento negro brasileiro:	101
CAPÍTULO 3: MOVIMENTO NEGRO EM BELÉM:	111
3-1-A origem do Movimento Negro em Belém:	113
3.2-A realidade do Movimento Negro em Belém:	117
3-3-O Movimento Negro em Belém e os governos do PT e seus aliados:	127
CAPÍTULO 4: PENSANDO O RACISMO:	135
4-1-Aspectos históricos da origem do racismo no mundo:	132
1-2-As implicações a intersecção do racismo na luta do Movimento Negro:	142

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS:153

6-REFERÊNCIA: 160

INTRODUÇÃO

Em Belém, ainda nos é cara a possibilidade de revelar a identidade e pertencimento do grupo negro que cobre numericamente a paisagem humana da população dessa cidade, onde dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) dão conta de que sua população é composta de 73% de pretos e pardos. É neste cenário que nos anos 1970 começa a emergir uma mobilização em torno da criação do Movimento Negro em Belém (sem esquecer que antes desse período os negros já se movimentavam de outras formas), período de lançamento da obra clássica *O negro no Pará sob o regime da escravidão* (1971), de Vicente Salles.

Esta dissertação que passamos a apresentar, tem como tema central Movimento Negro e o seu objeto de estudo é a ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros em Belém. Este fenômeno será investigado com base nos marcos teóricos e interpretativos de diversos autores mapeados, cujas abordagens articuladas com o contexto e conjuntura, do período de 1995 a 2013, retrospectiva panorâmica que vai da primeira década do século XX, até aos anos 1970.

Assim como, levamos em conta aspectos da origem histórica dos movimentos sociais que na década de 1960, foram institucionalizados como objeto acadêmico de estudo (segundo seus paradigmas). No Brasil, consideramos a historiografia e sociologia para o Movimento Negro Nacional, ainda que, a teoria social marxista apresente insuficiência teórica, o aporte de outras teorias, complementada com a experiência empírica do campo de investigação, acerca da ação coletiva principal e o Movimento Negro em Belém, possibilitaram com que encontrássemos o nosso problema de pesquisa e com a sistematização, de todos os dados de pesquisa alcançássemos os nossos resultados pretendidos.

O problema a ser investigado é: por que a principal ação coletiva do Movimento Negro em Belém é o combate ao racismo e a defesa de negras negros? E o mesmo decorre de dois aspectos cruciais no nosso entender primeiro, de uma dificuldade teórica referente ao tema e segundo, de uma dificuldade prática diante de sua ação principal, pois nos cabe perguntar e responder, ao mesmo tempo, a seguinte questão: Por que combater apenas o racismo e não as demais dominações e opressões? A dissertação, no curso de toda a sua investigação, perseguiu encontrar soluções ou se aproximar das mesmas.

Objetivo geral desta dissertação é investigar o Movimento Negro em Belém problematizar sua realidade social, política, econômica, cultural e racial, fazer interlocução com a população negra local, com o Estado, governantes e a sociedade civil em geral, dentro dos marcos teóricos que leve em conta as teorias das ações coletivas, dos movimentos sociais e considerar um tipo “*restrito e específico*”, para conceituar Movimento Social Negro Brasileiro, em particular o de Belém.

Definido o problema que esta dissertação deve tentar solucionar na realidade da sociedade de Belém, o inserimo numa problemática diante do contexto e da conjuntura em que foi delimitado, daí discutiremos as motivações que estão nos levando a investigar este fenômeno. Devemos nos preocupar em melhor conhecer o fenômeno, buscar resolver o problema, apontando possibilidades de soluções, tendo que considerar que este tipo de problema não se resolve pela intuição, pelo senso comum e nem pela especulação, o que nos exige neste caso, é recorrer aos procedimentos teóricos e metodológicos já produzidos sobre o assunto em fontes de conhecimentos especializadas. É no meu entender o que a dissertação se propõe do início ao fim.

A temática do negro nesta dissertação pode ser vista em três perspectivas em relação a proximidade com o seu autor e com o tema: primeira, na relação como ativista do Movimento Negro por mais 20 anos segunda, na produção empírica de inúmeros trabalhos de literatura com duas obras publicadas: “Negrinho do Pará 2003”, que trata de literatura infantil de forma mais ampla e o “Quilombinho 2010”, que trata de literatura infantil no campo e inúmeras outras produções a publicar. Na terceira perspectiva, encontram-se alguns trabalhos acadêmicos: A Monografia em titulada “A condição do negro no livro didático 1997”, apresentada para obtenção do título de Especialista em Docência do Ensino Superior pela Universidade Federal do Pará (ICED) e a Monografia, cuja título é: “A condição do negro na escola, um estudo interétnico 1994”, apresentada para obtenção do título de Especialista em Ciências Política pela Universidade Federal do Pará (IFCH).

Desta forma, a realização desta dissertação só está sendo possível, mediante o meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS-UFPA, onde pude investigar e aprofundar meus conhecimentos acerca do referido tema, o que resultou nesta obra importante para conclusão do Curso de Mestrado e contribuições, com outros trabalhos já realizados e a realizar-se.

A ação coletiva de combate ao racismo e o Movimento Negro em Belém investigado por esta dissertação têm origem com as manifestações, mobilizações e ato que criou o Movimento Negro Unificado – MNU em (1978). Com o surgimento deste movimento de cunho nacional, definiu-se, expandi-lo para todo o território brasileiro. De acordo com representantes entrevistados pela nossa pesquisa de campo, dois movimentos negros surgiram imediatamente no Maranhão e no Pará: O Centro de Cultura Negra (CCN) e o Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), os quais ilustram com a sua trajetória histórica, a nossa investigação. O segundo, dar origem ao primeiro Movimento Negro em Belém.

Para melhor compreender a dinâmica de organização do Movimento Negro em Belém, o dividimo em cinco tipos e três fases. Os tipos são: as associações mistas urbanas; as associações de afroreligiosos urbanos; as associações rurais quilombolas, os grupos e outros. As fases vão de 1980 com a criação do primeiro Movimento Negro em Belém a 2013, quando o Movimento Negro começa a entrar em refluxo, ou descontinuidade.

A primeira fase, se dar com o surgimento do CEDENPA em 1980 e se estende até por volta de 1990 (nesse período só havia esta entidade) na segunda fase, considerada a fase de expansão local, surgem diversas associações e grupos, alguns de caráter nacional. Nessa fase pode-se apontar o Grupo de Estudantes Universitários Negros – GEUN (1992); alguns grupos de hip hop, por exemplo, a Nação de Resistência Periférica – NRP, e os de nível nacional como o Grupo de Religiosos Negros Índio - GRENI e os Agentes de Pastoral Negros – APN's. Entre as associações locais estão o Movimento Afrodescendente do Pará: MOCAMBO, as associações quilombolas representadas pela MALUNGU, a Associação Diamante Negro (não institucional) e como associação de caráter nacional surge a União dos Negros para a Liberdade – UNEGRO.

Por fim a terceira fase, passa a ocorrer no meio da segunda metade da década de 1990, com o aparecimento dos governos do PT, aonde se torna mais evidente a participação popular na cidade de Belém, nessa fase um destaque para um movimento ancestral, que apesar de existir há muito tempo, este sempre cuidou exclusivamente do aspecto religioso (interno), porém nessa fase ele passa a assumir uma posição mais política (atuando externamente). Se trata do que denomino de movimento social negro

afrorreligioso que a partir daí entra na arena de luta política permanecendo até os dias de hoje. Nesta fase estão os grupos e outros. Os grupos são: de jovens, os grupos de cultura negra, de capoeiras, de manifestações, de arte negra, etc., os outros apenas para citar, considero uma variedade de manifestações e eventos, ocorridos no espaço urbano de Belém, vistos por nós através da “técnica da observação em massa”. Esta dissertação, não tem por objetivo discutir esses grupos e os outros, pois não é sua finalidade.

Nessa terceira fase, se afirmam como cinco grandes “campos de forças políticas”: as associações (urbanas e rurais) que compreendem: MOCAMBO, CEDENPA, Movimento Social Negro Afrorreligioso e MALUNGU); os grupos urbanos e os outros. É bem verdade que a juventude tentou se organizar, inclusive com eventos de cunho local e nacional, se manifestando, se mobilizando, produzindo ações coletivas não como um movimento organizado especificamente, sempre por dentro de uma dessas organizações citadas, as mulheres negras também seguem a mesma linha, se organizam por dentro de uma dessas organizações. Há nesse período muitas manifestações de segmentos negros como, por exemplo, capoeira, blocos folclóricos, grupos musicais, etc., porém de acordo com os conceitos adotados por nós como movimento social ou Movimento Negro, não os considera como tais.

Como o foco da nossa investigação, se dá fundamentalmente, nessas duas fases, visto ser nelas que no nossa entender o Movimento Negro em Belém se torna mais reativo, como nunca antes havia ocorrido em sua longa história de lutas. Primeiro, ele efetiva sua ação coletiva principal por meio institucional, o Conselho Municipal do Negro de Belém – CMN, que é criado (1997). Segundo, ele inaugura três grandes frentes de ações coletivas: o combate ao racismo e a defesa de negras e negros; a interlocução efetiva com a população negra em geral e a relação com o Estado. Essa é fase de “contestação social” e conflitos bem evidente frente aos agentes de governo e o Estado, a discriminação, a desigualdade e o preconceito, todos estes resultantes do racismo da sociedade civil local.

Os representantes desses movimentos dizem que as passeatas, manifestações, mobilizações, projetos políticos, atos, reuniões, atividades culturais, a tentativa de se criar um fórum de movimentos negros em Belém, etc., tudo girava em torno dessas grandes bandeias de reivindicações. Certamente, que segundo os mesmos representantes

nem sempre essas decisões eram tomadas em conjunto, cada organização tinha plena autonomia para fazer sua interlocução, se relacionar com o Estado e fazer a sua ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros de acordo com suas contingências internas.

Uma bandeira referida pelos entrevistados e as fontes documentais muito forte é o discurso das ações afirmativas e a promoção da igualdade racial (estas de sentido institucional). Entre ela está o “sistema de cota raciais” nas universidades públicas e privadas; a Lei 10.639.03, a criação da SEPPIR, as conferenciais, a criminalização do racismo e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR. Aqui em Belém os movimentos negros se uniram em torno de uma proposta para a implantação do sistema de cotas raciais e apresentaram para a Universidade Federal do Pará – UFPA (em 2004)¹, cuja mesma só foi absorvida e iniciada em 2008.

Um aspecto importante a ser tratado, entre os inúmeros que ocorreram nesse período é o que tangem às relações políticas, sejam elas com o Estado (governador, prefeito, vereador, o chefe de dado órgão do Estado e seus representantes) e demais instrumentos institucionais. É nesse meio de campo que mora o perigo e o risco da manipulação, pois esses agentes são especializados em tirar proveito, fazendo crer algumas lideranças que o “governo tem que atender a todos”, ou seja, o senso comum da política universalista de Estado. Esse tipo de discurso vai do vereador ao seu cabo eleitoral e, pode, se o Movimento Negro não possuir uma plataforma programática consolidada de suas demandas, perde muitos direitos, porque no funda o representante do Estado, diz uma liderança entrevistada: “age com racismo frente a proposta do Movimento Negro, pois é o seu racismo que não deixa que ele estabeleça os direitos dos negros”.

Com relação ao racismo registrado pela liderança advindo do Estado, já se encontra muito bem fundamentado por esta dissertação, mas neste caso é um “racismo de Estado”, também conceituado como “racismo institucional”², o que faz com que, o governante encontre sempre uma brecha em seu discurso para justificar que se fizer uma ação de Estado (política pública) específica para os negros, teria que fazer para: “as mulheres”, “crianças”, “homossexuais”, etc. Os representantes do Movimento Negro em Belém, são unânimes em discordar dessa visão, porém há uns poucos prefeitos,

¹ Ver Grupo de Estudos Afro-Amazônico da UFPA (2014)

² Ver BRASÍLIA, 2008 (pp. 145-154).

governadores e presidentes da República que defendem a viabilidade de algumas demandas, reivindicadas pelos movimentos sociais negros brasileiros. Aspectos muito bem delineados neste trabalho.

Ainda nos referindo a escolha do tema para esta dissertação, o considero uma matéria relevante, porém pouco estudada localmente, questão identificada entre teses, tcc's, dissertações, etc., a esse respeito, não conseguimos encontrar, trabalhos em Belém abordando tal temática (sore o Movimento Negro). O que nos leva a apontar que esta pode ser uma primeira investigação (hipótese empírica) para fins de dissertação de mestrado, em Belém, que tem como objeto a ação coletiva de combate ao racismo e o Movimento Negro local como tema de investigação. O que destacamos como apropriado concorda com esta afirmação.

O tema escolhido para o atual trabalho é original, por se tratar de um avanço em relação as pesquisas que já foram realizadas sobre o racismo antinegro em Belém e na região. Original não no sentido de discutir um tema novo, mas no de voltar às origens clássicas e retomar uma discussão, na tentativa de explicar e esclarecer aspectos ainda não percebidos, lançando assim nova luz ao objeto e descobrindo algo novo (AMARAL, 2004, p. 17).

Este trabalho deve ter a incumbência, ou se propor a ser uma ferramenta de uso público a serviço da sociedade. Nos seus três níveis de relações a ser investigados prioritariamente, na relação com o Estado (as políticas públicas), na interlocução com a população negra, apontar mecanismos para que chegue até ela e no que tange ao combate ao racismo, elevar o grau de aprofundamento para as instituições, os ativistas dos movimentos, a população em geral, etc., e que outros sujeitos possam tomar conhecimento desta dissertação, ainda que para nós o seu espírito (pensamento), seja no campo da teoria, mas o meu ponto de vista, é também um trabalho prático (empírico) ou ainda, dialético (por ser contraditória), diante de sua realidade.

A revisão de literatura indicou que não há uma teoria pronta e acabada acerca dos movimentos sociais. Sobre o Movimento Negro esse aspecto fica implicado, visto a historiografia brasileira ainda dar pouca atenção ao tema. O que esta dissertação então está buscando junto as ciências sociais é um compromisso maior de reparar esta lacuna, diante da temática do Movimento Negro em Belém, acreditando que, deve ser estimulada novas investigações, que possam dar conta de trazer à tona tema tão instigante quanto o nosso objeto de estudo, cujos limites podem ser melhor

aprofundados na continuidade desta investigação, por seu autor em próximos estudos acadêmicos.

A investigação que fizemos na tentativa de atender ao problema proposto, aos objetivos e ao campo teórico que optamos, segue os seguintes procedimentos metodológicos, diante disto a pesquisa envolveu a revisão bibliográfica e leituras de documentos sobre a matéria e tema escolhidos; uma pesquisa de campo, por meio de observações sistemáticas e entrevistas com os sujeitos em estudo, alguns dados estatísticos e na internet sobre o assunto e a análise dos dados. Foram três associações mistas urbanas e a coordenação quilombola, que tiveram representantes entrevistados, sendo seis entrevistados. E mais, entrevistamos uma liderança do (CCN), Maranhão e uma Delegada de Polícia Civil.

Dito isto, passo a apresentar um conjunto de documentos levantado e pesquisado ao longo da pesquisa de campo e que foi dividido da seguinte forma: a) documentos dos arquivos dos movimentos negros que fizeram parte da pesquisa de campo; b) documentos referente as entidades gerais do Movimento Negro e de alguns movimentos negros regionais; c) documentos do Movimento Negro em Belém, expedidos com suas demandas para os governantes locais e; d) documentos emitidos por prefeitos, governadores e presidentes da República. Esses documentos, serão mais detalhados em todo o texto da dissertação.

Disse o ator Goldenberg (2002), que “só se escolhe o caminho quando se sabe aonde se quer chegar”. No meu caso não foi bem assim, quando apresentei o meu pré-projeto para a seleção, parecia que aquele realmente, fosse de onde tudo iria fluir à dissertação, mais não foi bem assim. Na fase da preparação do Projeto de Qualificação, após e no curso da revisão da literatura, na pesquisa de campo, num contato maior com as fontes documentais primárias e um domínio maior da teoria e o método, foi que aumentou o meu grau de certeza e de dúvida. Daí, amadureci mais os meus conhecimentos sobre o direcionamento do tipo da minha pesquisa, a natureza do objeto, a descoberta do problema de pesquisa e uma melhor articulação com as teorias, os conceitos e o método dialético que com sua viagem de ida e volta, nos guiou até aqui.

A natureza social, cultural, racial e econômica do objeto escolhido para ser investigado, cujos sujeitos negros se organizam em movimento específico me parecia muito acessível por causa da relação que eu tinha com esse tipo de organização,

inclusive por ser militante de movimento negro, porém quando fiz o mergulho me molhei e muito, porque não sabia de fato o que eu queria investigar, havia ainda muitas dúvidas, pois conhecia muitas nuances acerca do tema, mas não sabia qual seria a mais apropriada para definir o problema de pesquisa relacionado ao Movimento Negro, cujo mesmo só foi definido quando descobri que para haver movimento tem que existir uma *ação coletiva* que norteie esse movimento, no caso do Movimento Negro, trata-se do combate ao racismo, diante disto, nasceu o problema de pesquisa da dissertação: Por que o combate ao racismo e a defesa de negras e negros é a ação coletiva principal do Movimento Negro em Belém? Ou de todo o Movimento Negro, esse problema gerou a nossa hipótese, que seria a seguinte: o racismo é a interseção de todos os problemas que afetam aos negros negativamente.

Com isto vieram as nossas questões norteadoras, dirigidas ao texto: Só se pode combater o racismo coletivamente? Por que não se pode combater o racismo individualmente? O que foi por nós analisados, e dadas as devidas respostas, conforme os campos epistemológicos, por este trabalho desenvolvidos.

Por fim, fiz o dever de casa seguindo o que ensina o “Método da Economia Política” de K. Marx e F. Engels que é fazer a viagem de ida ao tema de forma simples e abstrata até conseguir retornar pela via de uma análise mais aprofundada da realidade e do pensamento, Marx faz a distinção entre estas duas categorias, ou seja, o que é da “ordem da realidade (objeto) e o que é da ordem do pensamento (operado pelo sujeito)”, o que segundo ele “começa-se "pelo real e pelo concreto”. O que me levou a estrutura do trabalho em capítulos assim distribuídos.

O primeiro foi definido como Movimentos Sociais: Aspectos panorâmicos da história das teorias de origem dos movimentos sociais, o qual tem como objetivo mapear os marcos teóricos interpretativos das ações coletivas e dos movimentos sociais, seus autores e abordagens, considerando a institucionalização como objeto de estudo acadêmico e a contemporaneidade, até aos dias atuais.

O segundo, trata do Movimento Negro no Brasil: Ação coletiva de combate ao racismo, o mesmo tem por objetivo apontar entre os interpretes da historiografia e da sociologia brasileiros as teorias, os conceitos e as abordagens, das ações coletivas e os movimentos social negro no Brasil.

O terceiro, nomeado de Movimento Negro em Belém, tem como objetivo discutir a sistematização dos dados realidade empírica, encontrada nos documentos, observações participantes e entrevistas da pesquisa de campo do Movimento Negro local. É neste capítulo que se encontra o cerne desta dissertação, pois a realidade material do objeto e seus sujeitos moram neste ambiente (território) urbano que compõe o cenário social do racismo, da raça, da classe e da cultura, da economia, da política, etc., termos, categorias e conceitos, que foram investigados, sistematizados e analisados, para em conformidade com os elementos teóricos do marxismo e movimentos sociais, qualificarem as nossas possíveis conclusões, a bem da comunidade científica, dos movimentos sociais, do movimento negro, dos negros, dos não negros, dos ativistas, da sociedade e de quem se interessar por este assunto. É esta viagem que te convido a fazer pelas trilhas que desenham os caminhos, por nós percorridos nesta dissertação.

O quarto, tem como título: Pensando o Racismo, que tem como objetivo refletir acerca da origem histórica, ideológica, de sua existência e suas implicações como interseccionalidade responsável pela conquista de poucos direitos nas relações com o Estado, na interlocução com a população negra e no desenvolvimento da ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros, em Belém, capaz de estruturar a opressão a subalternidade e todas as desigualdades, banalizando e vulgarizando humanidade negra, tornando vulnerável a vida e naturalizando a sua morte.

CAPÍTULO 1: MOVIMENTOS SOCIAIS: ASPECTOS PANORÂMICOS DA HISTÓRIA DAS TEORIAS DE ORIGEM DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A conjuntura mundial e, principalmente a brasileira, revelam uma retomada de condutas que têm sido classificadas por muitos intelectuais do campo progressivo, de **fascismo e exceção**, devido o desrespeito exacerbado com o conjunto dos direitos sociais e humanos fundamentais que visam garantir ao ser humano, entre outros, o respeito ao seu direito à vida, à liberdade, à igualdade, à dignidade e ao pleno desenvolvimento da sua personalidade. Esse retrocesso que estar posto nas relações de poder do Estado, no nosso entender desfigura a sociedade civil, campo de batalha onde se constrói as ações coletivas e com elas os movimentos, mas o mais grave de tudo isso é que os governantes, os parlamentares e autoridades do judiciário têm apoiado práticas que nos parecem que só têm um sentido, servir ao mercado e ao capital, iniciativa que começa com o mercantilismo, colonialismo, imperialismo e se desenvolveu com capitalismo dependente, o qual, a partir dos anos 1970 é mascarado por um regime de classes denominado de neoliberalismo, que nos governos civis iniciados pós 1964 deflagraram a continuidade de um profundo sucateamento nas instituições públicas do Estado, só diminuindo nos governos progressistas iniciados a partir de 1995 e ampliado no período de 2003 a 20015.

Este conjunto de direitos reconhecido pelos ordenamentos jurídicos nacionais e internacionais são produtos de lutas históricas da maioria da população que vivia/vive à margem dos privilégios, que estruturam as sociedades organizadas pela propriedade privada. Uma das formas de forçar o reconhecimento do Estado pelas demandas presentes nas lutas se expressa pela organização social, ou seja, pelos movimentos sociais advindos das parcelas de camadas populares que se mobilizam e se manifestam, via esses instrumentos de lutas e organizações sociais. Para nós, um desses instrumentos é o *Movimento Negro* o nosso instrumento de procedimentos histórico e sociológico, que se faz investigar, por esta dissertação.

Quando nos preparávamos para a seleção deste Mestrado e nos dispendo a investigar o Movimento Negro em Belém, podemos acompanhar (e testemunhar) as manifestações e as mobilizações de ruas que se faziam presentes no cenário do “junho de 2013”, que ficou conhecido pelos analistas, pelas redes sociais e a mídia em geral, com essa denominação. Sociologicamente, pensávamos que essas seriam reações para o

salto da democracia política em que o país estaria se abrindo para mais avanços em nível de direitos sociais, da mudança de cultura política, de fortalecimento das ações do Estado, de um poder judiciário mais autônomo e independente e de um legislativo mais ético e menos corrupto, e que seria a vez dos populares por meio de suas organizações: os movimentos sociais assegurarem o que beneficiava ao povo a ampliar cada vez mais os seus poderes de conquistas.

Não! As manifestações e mobilizações de rua do “junho de 2013”, iniciada pelo movimento denominado de Movimento Passe Livre – MPL, encerra suas manifestações nas preliminares e dois outros movimentos dão continuidade as novas manifestações e mobilizações, cuja origem destes vêm de outras matrizes ideológicas e que direcionam o sentido da luta num outro rumo, foram: O Vem Pra Rua - VPR e o Movimento Brasil Livre - MBL), que logo após o Impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016, saíram de cena (Gohn, 2017, PP. 31- 48).

Como o objetivo deste capítulo é compreender a origem histórica e sociológica dos movimentos sociais com base na produção teórico-metodológica dos paradigmas estabelecidos com base primeiro, na noção dos “clássicos movimentos sociais” segundo, com ênfase nos “Novos” movimentos sociais, fundamentados na institucionalização dos movimentos sociais como objeto acadêmico de estudo, a partir dos anos 1960 e terceiro, o reflexo do maio francês de 1968 no movimento histórico que daí decorre, a partir de “novos atores” e “novos sujeitos”, que influenciou a variedade de movimentos sociais em termos globais que começam a surgir entre os anos 1980 e 1990. É isto que sintetiza o capítulo que se inicia.

A nossa investigação, dar-se-á com base em uma *abordagem dialética* e os nossos procedimentos são *históricos e sociológicos*, complementados e articulados com autores que se aproximam da tradição marxista. O foco dessa produção, conforme revisão da literatura está nos interpretes que pesquisam movimentos sociais na Europa, nos EUA na América Latina e no Brasil, preferencialmente, os quais vão poder ser observados no conjunto do texto da dissertação. Esta tentativa, diz respeito à aplicação do “Método de Marx”, nos marcos teóricos de exigência do nosso fenômeno.

1-1-Aspectos panorâmicos da origem histórica dos movimentos sociais

Segundo a tradição marxista, em contraposição à tradição weberiana a realidade existe independente do que se pensa dela e a teoria social crítica corre atrás do movimento real, ou seja, de suas contradições, antagonismos e mediações. Desde o advento da propriedade privada iniciada com o escravismo, a humanidade tem sido dividida entre os que dominam e os que resistem à opressão e exploração. Neste sentido, homens e mulheres brancos expropriados de bens materiais, negros e indígenas independentes de sexo visando reagir à dominação e exploração manifestam individualmente e coletivamente processos de resistência. A compressão de que a dominação e a resistência são inerentes ao processo de humanização pensada a partir da tradição marxista torna possível a tese de que os movimentos sociais acompanham a história da humanidade.

E é nessa direção que nos encaminhamos daqui por diante, no intuito de compreender as teorias e abordagens que deram origem as ações coletivas e os movimentos sociais nos EUA, na Europa, América Latina e em particular no Brasil. É como esse intuito que buscamos investigar, sistematizar e analisar os movimentos sociais e o Movimento Social Negro brasileiro, tentando entender o seu significado historiográfico e sociológico, na formação da sociedade brasileira, a partir do Movimento Negro real, organizado pelos negros em Belém, que é o nosso foco de investigação.

A literatura sociológica e historiográfica tem enfatizado como marco da discussão sobre as ações coletivas e os movimentos sociais, a partir da segunda metade do século XVIII, tendo por base o advento da Revolução Industrial, na Inglaterra em que fica claro a chamada “questão social”, termo que segundo (Montaño e Duriguetto, 2011, p. 364) foi acunhado pela tradição conservadora, visando separar o "social" dos seus fundamentos econômicos, políticos, históricos. Na tradição marxista o termo é empregado como expressão dos fundamentos da sociedade capitalista, como a contradição entre capital e trabalho, desdobrando-se e manifestando-se de diversas formas (desemprego, violência, pobreza, opressão, subalternização etc.) e representando conflito e lutas em torno do antagonismo de interesses de classes, mediações e rupturas, continuidade e descontinuidades.

Entre os clássicos da sociologia verificamos que: “as interpretações dos movimentos sociais nas ciências sociais (e, em particular na sociologia) passam por três

etapas principais. A primeira etapa coincide com as interpretações dos “clássicos” da sociologia”, para este trabalho nos ateremos apenas a primeira fase conforme ensina Marx,

em particular, com o caminho iniciado por Marx quem, ao colocar o conflito e a ação coletiva no seio da estrutura social, elabora a primeira teoria sistemática sobre o tema”. O que nos coloca um desafio para iniciar a nossa compreensão dos movimentos sociais como sendo o sindicato e o partido os pioneiros, o que vai mudar, inclusive com a negação da tradição marxista, com o surgimento do que ficou conhecido como “Novos” movimentos sociais em meados do século XX (BRINGEL, 2015, p. 1).

Como podemos observar a aplicação prática do ensinamento de Marx referente ao “conflito” e “a ação coletiva”, a face pública e política da questão social que se revela por meios de várias ações com o movimento que ficou conhecido como *Ludismo*³, onde os trabalhadores destruíam os maquinários das fábricas, pois acreditavam que as máquinas eram os verdadeiros inimigos de classes e responsáveis pelo desemprego e suas explorações.

Salienta-se, conforme (FILHO, 1982, p. 23) "A penúria econômica do proletariado, levando uns ao desespero ou à desmoralização, outros ao conformismo dos mendigos, determinou em uns poucos, entretanto, um grande sentimento de revolta [...]". Os quebradores de máquinas são originários da destruição da oficina de têxtil, na Inglaterra por iniciativa do operário Ned Ludd e que se estendeu por outros países como por exemplo, França entre outros. Entende-se que tanto o conflito como a ação coletiva, estabelecidos, por Marx são os principais elementos constituinte de um movimento social qualquer, em qualquer contexto e conjuntura, que se organize um dado movimento social.

Vale destacar que houve nesse contexto uma proliferação de associações⁴ que lutavam pelo estabelecimento da jornada de trabalho, salários, minimizar a concorrência e lutas isoladas. Quando os patrões rejeitavam as reivindicações dos trabalhadores as associações deflagravam greves e garantiam mecanismo que pudessem financiar os grevistas e desempregados (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 228).

Tal experiência levou a literatura de tradição crítica, em particular alguns marxistas, a considerar os movimentos sindicais e partidários contrários à exploração

³ Ver. FILHO, José Cândido. *O movimento operário: O sindicato, o partido*. Petrópolis: Vozes, 1982 (pp. 23-25).

⁴ Ver. MARX. Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas: Introdução de Eric Hobsbawm*. 5ªed., Rio de Janeiro; Paz e Terra, v 3, 1986 pp. 7-64

capitalista como as primeiras manifestações de movimentos sociais na era moderna. No entanto, a categoria movimentos sociais não é marxista, uma vez que o confronto entre capital e trabalho em Marx, segundo (Duriguetto e Montañó, 2011, p. 228), é analisado pela categoria luta de classes. Porém duas categorias básicas que vão servir para a interpretação dos movimentos sociais e que coloca K. Marx como sendo o primeiro a tratar do tema na sociologia clássica, a partir dos termos conflito e ação política, conforme apontado acima.

No século XX, a discussão sobre o significado sociopolítico e o caráter de classe dos movimentos sociais, ganhou visibilidade com a luta pela descolonização dos continentes africanos, asiáticos e latino-americanos, além do advento do Black Power, nos Estados Unidos, que sinaliza com uma das grandes manifestações e mobilizações envolvendo negros e com uma tendência marxista na direção política.

Segundo Duriguetto e Montañó (2011) a partir da obra de Teixeira (2015), “não podemos esquecer do efeito (das perdas dos bens sociais) causado durante e depois da II Guerra Mundial” e que por causa disso houve reação dos movimentos sociais na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e particularmente no Brasil com relação a vários movimentos sociais de reivindicações de direitos humanos ativos surgidos naquele período na Europa e nos Estados Unidos.

Observamos ainda que havia uma série de lutas dos movimentos afro-americanos de reivindicações pelos direitos civis. O autor destaca a relevância ao maio Francês de 1968, que ajudou abrir caminho para que surgissem movimentos que levantassem bandeiras político-culturais progressistas como o Black Power, nos Estados Unidos, movimentos que podem ser vistos melhor no texto a seguir como os:

feministas, o dos negros - Malcolm X, os Panteras Negras e Luther King se manifestavam pelos direitos civis dos negros norte-americanos -, os ambientalistas, os movimentos contra a opressão homofóbica. As reivindicações variadas desses movimentos, como, por exemplo, do movimento feminista com o direito ao divórcio, à legalização do aborto, entre outros, encontraram reconhecimento legal, rápida ou lentamente, em inúmeros países (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 259).

Para (Gohn, 2012, p. 12) a partir dos anos 1960, em várias regiões acadêmicas do mundo ocidental, o estudo dos movimentos sociais ganhou espaço, densidade status de objeto científico de análise e mereceu várias teorias. O contexto da década de 1960 passa a ser tratado dentro dos marcos do "paradigma europeu" como os "Novos Movimentos Sociais (NMS)" como sendo espaço de discussão dos novos atores

sociais: "Jovens; mulheres; estudantes; religiosos etc. e lutadores pela paz" que nem sempre se articulavam com os "clássicos" ou "operários". Para alguns estudiosos, muitos dos militantes desses movimentos tinham como referência filósofos da Escola de Frankfurt, que passaram a questionar as propostas da modernidade, em particular a razão crítica de herança marxista centrada no economicismo e na defesa de um único sujeito da revolução – a classe operária.

É no contexto deste debate que emerge expressões como “novos atores” e “novos sujeitos sociais”. O segundo, utilizado principalmente por intelectuais que, embora fizessem crítica à ortodoxia presente em vários autores marxistas, não abandonaram a determinação da luta de classes como fundamental na abordagem dos movimentos sociais. Para Gohn (2014) "novas teorias baseiam-se em críticas na lógica e estratégia nacional", inclusive as tradições do "marxismo ortodoxo"; "as concepções são definidas como utilitaristas para Mobilização de Recursos, as Clássicas e a Mobilização Política”. Ainda nesta direção esta autora apresenta as principais correntes teóricas e seus devidos pensadores, tanto do paradigma marxista quanto do paradigma dos Novos Movimentos Sociais.

Esta autora por sua conta e risco, após os anos 1960, agrupou diferentes abordagens paradigmáticas em duas linhas teóricas sobre a temática das ações coletivas e dos movimentos sociais, a saber: a neomarxista e a culturalista-acionalista, esta segunda linha, é voltada aos Novos Movimentos Sociais. A corrente neomarxista se ramifica no seu interior em: as teorias dos historiadores ingleses Hobsbawm, Rude e Thompson, e a teoria histórico-cultural de Castells, Borja, Lojkine, dos nos 1970 e 1980. As correntes dos Novos Movimentos Sociais são três o histórico-política de Claus Offe, a psicossocial de Alberto Melucci, Laclau e Mouffe, e a acionalista de Alain Touraine. Juntar os trabalhos deste grupo Offe, Laclau, Touraine e Castells como neomarxistas é rotulá-los. (GONH, 2014, pp. 119-120)

Nesta mesma direção (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 248) afirmam por meio do texto a seguir que tais movimentos,

surtem principalmente em meados do século XX, têm por vezes o objetivo ou a função de ser *complemento* das lutas de classes dos movimentos clássicos (somando-se a essas lutas), e outras vezes são vistas como *alternativas* aos movimentos de classe tradicionais e aos partidos políticos de esquerda (substituindo tais lutas). (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011, p. 248).

Os “novos atores” e “novos sujeitos sociais” organizam novas formas de expressar-se como movimentos sociais tendo como reivindicação além da paz, direitos humanos, a melhoria na educação pressionando o Estado e se contrapondo aos "padrões" que os partidos e os sindicatos tradicionais, estavam desenvolvendo. Os países que vão enfrentar a "fúria" dos estudantes são a França (onde tem início o maio

francês) em 1968, Inglaterra, Espanha etc., depois expandindo-se para os Estados Unidos e para América Latina, isto é o que se observa na literatura revisada e lida.

Os elementos frequentemente destacados como unificadores do movimento estudantil nessas diferentes regiões foram a campanha e a luta contra a intervenção norte-americana no Vietnã. A radicalidade dos estudantes se expressou com maior intensidade na França. A aliança entre os trabalhadores e estudantes potencializou uma greve geral que paralisou todo o país (TEIXEIRA, 2011, p. 258)⁵ Fenômeno que repercutiu em todo mundo.

Ainda segundo Teixeira, conforme (Mandel, 1982; citado por Duriguetto e Montaña, 2011, p. 57-58), esses movimentos de “novos atores” têm caráter sociopolítico e sociocultural, com ações anticapitalistas. O “Maio francês de 1968” expressou as lutas e revolta estudantil contra o papel que a universidade passou a ter no contexto da divisão social e técnica do trabalho. As transformações nas sociedades do pós-guerra – materializadas no binômio fordismo-keynesianismo –, possibilitaram o crescimento das economias centrais, a “explosão” demográfica, a intensa urbanização e a industrialização. Sem desconsiderar que a “democratização” do ensino público (básico e universitário) foi também resultado de lutas e demandas sociais [...] (2011, p. 259).

Do grupo de analistas que revisamos até o presente, a compreensão que temos sobre os primeiros movimentos sociais é que eles foram sustentados teoricamente pela tradição marxista, que garantia como premissa que a relação capital e trabalho, nos marcos da sociedade capitalista, tinha como desdobramento resultados desvantajosos para os trabalhadores e as classes populares subalternizadas, cujo resultado seria a geração de diversas formas de opressões e restrições, aonde as de maiores destaque são: violência, desemprego, pobreza, miséria, etc. (AVRITZER, 2012, p. 2).

Para (Avritzer, 1998, pp. 6-8) no campo das abordagens clássicas, podem ser encontradas quatro teorias importantes as teorias psicológicas do final do século XIX, o funcionalismo, o interacionismo simbólico e o marxismo (ortodoxo). Na sequência, em cada uma delas pode-se destacar, aspectos relevantes de suas definições. As manifestações coletivas são concebidas como expressões da irracionalidade; a compreensão da ação coletiva como comportamento com significado; insatisfações individuais e sem organização, nega-se a ideia de ação coletiva como comportamento

⁵ Teixeira, aqui referido é citado por Duriguetto e Montaña, 2011

desviante, podendo ser concebida como comportamento não conformista e colocando-a no mesmo patamar da análise do sistema social e não como patologia social e a tradição marxista, não oferece propriamente uma teoria das ações coletivas e dos movimentos sociais, apontando um conjunto de elementos, os quais podem ser vistos abaixo.

Estes são analisados como produtos necessários do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, fundamento para uma teoria da revolução (Calhoun, 1982; 1993)⁴. Como afirma Ernesto Laclau, a determinação da *identidade dos agentes* era feita através de categorias pertencentes à estrutura social; o *tipo de conflito* era determinado em termos de um paradigma diacrônico-evolucionário; e a pluralidade de espaços do conflito social era reduzida, na medida em que os conflitos se politizavam, a um *espaço político unificado*, onde a presença dos agentes era concebida como uma "representação de interesses" (Laclau, 1986: 41) (AVRITZER, 2012, pp. 6-8)

O sindicato e o partido ainda sustentados pela tradição marxista como instrumento de luta e resistência da classe trabalhadora na versão movimento social passa a perder força com os resultados da primeira Guerra mundial e fortemente, com a deflagração da segunda Guerra mundial e na esteira do pós-guerra, visto ter se constituído novos valores no âmbito da cultura, da educação e das relações sociais, cuja tradição marxista pouco ou não valorizava essas possibilidades, pois a sua preocupação estava no campo da produção e das relações de classe, etc., as crises nos regimes soviético e capitalista, dão margem para eclodir nos anos 1960 o movimento dos estudantes franceses com repercussão nos países centrais da Europa, no EUA e América Latina, inclusive no Brasil que vivia sob a tutela de uma ditadura militar.

O pensamento sociológico originário na Europa, mas difundido nos EUA, como proposta de atualizar o modelo clássico de movimentos sociais, tem como parâmetro uma correção histórica e teórica para inserir os significados culturais, as identidades psicológicas, incluindo institucionalmente e indo diretamente aos estudos dos novos movimentos sociais. Nessa perspectiva levar-se-á em conta a subjetividade dos atores, tendo em vista a centralidade dos atores dos movimentos sociais contemporâneos. De acordo com essa análise, ela deve ultrapassar os limites do modelo teórico enraizado no materialismo ontológico e no realismo epistemológico, que levará a passagem de uma sociedade pós-industrial, o que leva as transformações históricas de produção material, a tornarem obsoleta os movimentos revolucionário de classe pioneira (AVRITZER, 1998, p. 17).

O desfecho de quase trezentos anos de uma instigante refrega entre capital e trabalho, aonde pelo que mostra a produção teórica para este campo, o capital continua

se fortalecendo e os trabalhadores e as camadas populares empobrecidas e oprimidas cada vez mais, o que de pronto poderia se concluir que os instrumentos de luta da classe trabalhadora não estão sendo o suficiente para suplantar a “máquina burocrática”, o “poder do Estado” e o “controle dos meios e mecanismo de produção e dominação” do capital. Principalmente, após a efetivação de duas guerras que repercutiram duramente contra o trabalho e os trabalhadores. A reação contra as condições desfavoráveis que se apresentavam naquele contexto no mundo, não partiu da classe trabalhadora, mas de parcelas não organizada social e institucional, que eram afetadas pelo movimento real daquela conjuntura. Os jovens franceses!

É em resposta a esse estado de coisas que de acordo com as interpretações dos autores aqui apresentados, considera-se que os anos 1960 vão mudar radicalmente a cara da realidade Europeia e certamente do mundo. O fato histórico e sociológico ocorre com as manifestações e mobilizações que em 1968 passam a ser organizadas pelos estudantes universitários franceses, isto pode ser visto de forma resumida no conteúdo do texto abaixo.

O contexto que implicou no aparecimento dos chamados "Novos Movimentos Sociais (NMS)". O ano de 1968 se tornou emblemático pelo desenvolvimento de uma onda de conflitos políticos em diversos países. O ano marca a entrada em cena do movimento estudantil como protagonista de grandes mobilizações sociais na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina. Os elementos frequentemente destacados como unificadores do movimento estudantil nessas diferentes regiões foram a campanha e a luta contra intervenção norte-americana no Vietnã (Duriguetto e Montaña, 2011, p. 258).

Por fim destacamos o protagonismo dos estudantes (franceses) e suas bandeiras de unificação que era desde ser contra a intervenção norte-americana no Vietnã, o regime do Apartheid na África do Sul e os golpes que passam a se processar na América Latina: golpe militar no Brasil e no Chile em 1973, por exemplo. No texto abaixo, demonstra-se uma pequena visão desse movimento.

O movimento estudantil revoltoso na França em aliança com os trabalhadores, não foi para derrubar o regime vigente e propor um novo projeto societário, mesmo suas ações tendo sido anticapitalista. A "revolução cultural" foi marcada pela emersão de uma cultura individual e hedonista do que uma crítica superadora do capitalismo. O maio se deu no conjunto da crise global do capital na década de 1970, da crise dos projetos societários social-democrata na Europa Ocidental e da crise do "socialismo real" (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 261).

Percebe-se na análise acima aspectos centrais da concepção, da finalidade e do papel a que se propôs as ações coletivas e os movimentos sociais que participaram e resultaram dessa luta histórica que para além de ficar conhecida no mundo inteiro

(como o maio francês), serviu como base para muitos movimentos sociais. No Brasil essa experiência, foi reproduzida por um conjunto de movimentos sociais que lutavam contra o regime militar e com ênfase ao fortalecimento e organizações dos movimentos estudantis. Resultando em contrapartida em uma reação repressiva muito forte por parte do regime militar com o estabelecimento do AI5, significando atos profundamente coercitivo contra as organizações sociais e a sociedade civil organizada.

Tanto os estudantes como os trabalhadores dos países europeus envolvidos nessas manifestações, mobilizações e protestos sociais, questionavam o papel do Estado, dos patrões e das instituições públicas, porém conforme a análise de Duriguetto e Montaña (2011) acima, o importante movimento referido, dar início ao que ficou conhecido como a “revolução cultural”, buscava a liberdade, o individualismo e uma ampla felicidade à ruptura com capitalismo. O mundo naquele momento vivia a crise da social-democracia e do socialismo real, assim como o regime (capitalista) vigente, enfrentava uma crise profunda que afetava toda a economia global e atingia, principalmente todos os países periféricos do planeta. A conhecida crise dos anos 70.

O positivo desta fase é que com esses ‘novos’ protestos sociais entram em cena outros atores sociais que ao longo da história sempre ficaram invisíveis e silenciados pela tradição clássica das ações coletivas e dos movimentos sociais, os quais passam a ser destacados no universo desta luta, que foi o aparecimento de movimentos como movimento negro, feminista, hippie e outros. Destaca-se a forte repressão às lutas de libertação na África e as lutas dos negros americanos pelos direitos civis (duramente reprimida), (Montaña e Duriguetto, 2011, p. 262). O que se percebe, é que mesmo que os dados históricos comprovem a existência da participação, da luta e organização do movimento negro na África, nos Estados Unidos, na América Latina e no Brasil, os interpretes dos movimentos sociais dão pouco destaque, como se esse fenômeno social, não tivesse valor como objeto de pesquisa para esses cientistas.

Para este fecho, podemos centrar na ideia de que as teorias centradas no binômio “tradicional moderno” sob o domínio dos intelectuais americanos (EUA) referentes as ações coletivas (das manifestações e mobilizações da sociedade civil) e os movimentos sociais de origem teórica europeia, o reflexo do seu domínio na formação da sociedade e do Estado brasileiros, implicado com o colonialismo, com o imperialismo e com a modernidade, ainda se fazem presentes até os dias atuais, mesmo que tenhamos que

considerar outras linhas e concepções de análise sobre as ações coletivas e os movimentos sociais.

No Brasil, se quisermos registrar, os negros estariam no movimento da história na colônia, no império e fortemente no pós-abolição, nas primeiras décadas do século XX, com ênfase nos anos 1930 e com o surgimento da sociedade industrial, o Estado abandonou os negros. O que veremos no curso deste trabalho, para mostrar também, que uma parcela muito pequena de estudiosos, nessa fase se dispunha a investigar este tema, ou seja, as ciências sociais que estão nascendo nesse período, deu pouca atenção. Hoje, isso tem mudado muito pouco, essa disposição dos cientistas sociais para estudar este assunto no Brasil.

Dessa forma, diante dos desafios contemporâneos, além da releitura do legado construído, particularmente nos anos 1980 e início dos anos 1990, colocam-se as contribuições das "teorias pós-coloniais", que propõem outra lógica de interpretação dos processos sociais. Estas retomam o problema da desigualdade e suas raízes históricas no colonialismo, e sua atualização nos processos contemporâneos; as múltiplas formas de dominação e violência; o debate sobre a concepção ocidental de desenvolvimento e a tentativa de impor esse modelo como universal; a reescrita da história da colonização e dos processos de descolonização (Ilse Scherer-Warren, 2010; Avritzer, 1998). E ainda:

O conjunto conceitual das abordagens contemporâneas, com suas aproximações e distanciamentos, caracteriza-se por um amplo leque plural formado pelas contribuições das teorias da mobilização de recursos, teoria do processo político, teoria dos novos movimentos sociais, da crítica pós-colonial, além dos aportes das teorias feministas ([Butler, 2007](#)), da sociologia das emoções ([Scribano, 2009](#); [Flam & King, 2005](#); [Mouffe, 2000a](#)), proposições vindas de outras disciplinas, a exemplo da geografia, com as noções de espaço e território ([Bringel, 2007](#); [Poletto, 2009](#)).

Vale ressaltar, que sobre o território que se realiza este trabalho, ainda assim, não deixamos de fazer referência a dinâmica do Movimento Negro no território brasileiro, também o situamos em nossa abordagem no território da cidade de Belém, valorizando as suas "vicissitudes" no que se refere ao abrigo de um contingente populacional, geográfico e demograficamente, de negras e negros, que formam a paisagem urbana da cidade de Belém, numericamente expressivo que compreendem esse conjunto teórico do pensamento contemporâneo e engajado da crítica pós-colonial de análise da realidade política, econômica, cultural e racial brasileira.

O que na "tradição clássica", por quase três séculos de história e a literatura nos mostrou, que Marx para o nosso conforto elege em seu pensamento inaugural as duas

categorias sociológicas (conflito e ação política) principais à construção de um movimento social. A tradição marxista se fez presente em toda essa trajetória “fraxionando” a polêmica contradição capital e trabalho, para pensar com a “classe trabalhadora” os seus instrumentos de luta, organização, transformações, revoluções, etc., que como vimos, se resumiu em “sindicato e partido”, considerados por esta (tradição) como “movimentos sociais”. Fortemente expresso aqui.

Karl Marx, o primeiro e mais importante ideólogo de um movimento revolucionário do século XIX, contribuiu mais do que qualquer outro contemporâneo para firmar o prestígio do modelo clássico ao elaborar uma narrativa meta-histórica que deu ênfase aos interesses econômicos e materiais e colocou em segundo plano a reflexão moral e a solidariedade, como questões a ser consideradas em um momento histórico posterior (ALEXANDER, 1998, p. 4).

Mesmo que, a sua opção epistemológica tenha sido compreender a sociedade industrial capitalista (seu objeto de estudo) de seu tempo, tal pensador (K. Marx) com o seu brilhantismo, ainda que não tenha dado conta de refletir acerca da moral e a solidariedade, que me atrevo a divergir do pensador acima, pois penso, por exemplo, que o seu humanismo que pouco tratamos tem muito de solidariedade e sobre a moral, podemos ver de outro ângulo, particularmente, muito presente em sua análise da ordem, daquele momento histórico, por exemplo, do “idealismo Alemão” quando escreve a obra Ideologia Alemã entre outras. Mas em fim, fechamos este tópico para entrarmos em outro, exatamente, para tratarmos de marxismo e movimento social.

1-2-MARXISMO E MOVIMENTO SOCIAL

Para qualificar e aprofundar, um pouco mais a base teórico-metodológica referente ao pensamento de Marx, fizemos uma síntese geral de conceitos, termos, categorias, etc., que segundo (Gohn, 2014, pp. 14-15), pode ser encontrada na análise marxista, cuja mesma centra-se no estudo dos processos históricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais. As categorias básicas construídas por seus analistas são: classes sociais, contradições, lutas, experiências, consciência, conflitos, interesse de classes, reprodução da força de trabalho, Estado, contestação social, etc. As noções e conceitos desenvolvidos são: experiência coletiva, campo de forças, organização popular, projeto político, cultura política, contradições urbanas, movimentos sociais urbanos, meios coletivos de consumos etc.

Este tópicos faz parte da construção do desenho cartográfico dos autores e suas teorias, acerca das ações coletivas e dos movimentos sociais, deste trabalho. O destaque dele, é que ele traz para o seio de nossa investigação aspectos mais sistemáticos relacionados (ao pensamento marxista e sua atualização) a teoria, ao método e a abordagem de nossa dissertação. E este título, tomamos emprestado de dois artigos, produzidos por duas importantes autoras desse campo de análise que são: (Andréia Galvão, 2012 e Angelita Souza, 2014), cujo mesmo chama-se: “Marxismo e movimentos sociais”.

Segundo (Galvão, 2011, pp. 1-107) hoje é capaz de se notar um certo interesse intelectual por parte de marxistas, principalmente brasileiros com relação a recuperar a teoria marxista dos movimentos sociais, o que também, não deixa de ser um desafio a ser concretizado. Afirma que seu artigo não tem a pretensão de apontar essa saída, porque entende que essa é uma hipótese e uma lacuna encontrada no pensamento marxista a ser superada, considera ainda, que o marxismo dispõe de uma gama de elementos que podem ser utilizados em uma abordagem dos movimentos sociais, com isso, sugere duas questões a serem usadas nessa tentativa:

1. qual a relação entre classes e movimentos sociais?
2. como analisar as diferentes formas que a contestação social assume no capitalismo contemporâneo? (GALVÃO, 2011, p. 25).

Galvão e Sousa em seus artigos referidos acima, dialogam acerca da hipótese e da lacuna encontradas no marxismo para a interpretação dos movimentos sociais, porém nunca nem elas nem nenhum outro pesquisador afirmou que seja inadequado aplicar o marxismo no estudo deste assunto. Agora, é verdade que indagações como as duas feitas acima por Galvão são necessárias que se reflita, pois também Sousa (2014) em seu artigo levanta duas outras questões polêmicas: “1. como relacionar classe social e ação política, identificando a classe na ação política coletiva; 2. como avançar na problemática da articulação entre desenvolvimento das forças produtivas e luta política revolucionária”, aonde as mesmas travam um intenso debate para chegarem a um entendimento da melhor forma de utilização do marxismo, nos estudos contemporâneos dos movimentos sociais.

Avaliando as questões colocadas pelas duas estudiosas do nosso assunto, devemos considerar que o Movimento Negro como um tipo de movimento social restrito e específico e que ainda é pouco estudado, e que na história dos clássicos movimentos sociais é muito raro se encontrar estudo referente ao assunto e que, só

passa a ser pelo menos mencionado a sua existência, com o aparecimento dos chamados “Novos Movimentos Sociais”, vide, a base de análise desse ‘novo’ tipo de movimento social estar relacionada a cultura e a identidade de um determinado grupo social.

É o que para (Sousa, 2014, pp. 8-9) sem abandonar a relação entre classe social e ação política e muito menos, desconhecer a existência das forças produtivas e a luta política, a relação capital e trabalho, marcadamente presentes nas sociedades contemporâneas como a brasileira, por exemplo, onde esta investigação faz-se realizar e que tais movimentos sociais, necessariamente precisam se organizar e enfrentar essas contradições, seja no âmbito do Estado ou nos meios privados da produção. Diante disto, é importante uma certa desvinculação com a dimensão de classe e, voltasse para uma certa articulação entre desenvolvimento capitalista e movimento social, sem negar a existência de classe nas ações coletivas.

E mais, ainda segunda ela, os novos movimentos sociais, em que pode ser aplicado os estudos marxistas, se deparam com ordem privada, e têm em movimentos trabalhistas a relação conflituosa com a ordem capitalista, porém não de contradição/antagonismo aberto, no sentido da negação-superação, quando se poderia falar em luta de classes no sentido rigoroso da expressão. Vaja que se rigorosamente nem mesmo o conflito capital x trabalho expressa *em si* a luta de classes, menos ainda os conflitos no campo dos novos movimentos sociais. Ou seja, vemos que hoje nem para os movimentos de cunho mais classistas estar posto a luta de classe *para si*, muito menos, qualquer que seja o movimento social, esteja para a conciliação de que o confronto, ou ainda, a visão de atuar como movimentos reformistas (SOUSA, 2014, p. 8-9).

O reformismo tem transitado nas várias vertentes dos movimentos sociais que têm se desenvolvido nas sociedades globais, principalmente após a forte presença do neoliberalismo ter se espalhado pelo mundo. Aqui na América Latina, a corrente de autores “pós-colonial” tem enfatizado que o reflexo desse modelo de desenvolvimento, traz com sigo, heranças marcantes do modo colonial de dominação. Quando Souza e Galvão trazem para nossa reflexão a questão do reformismo como inclusive entendido por elas como “estratégia” para enfrentar o capital e assegurar, mais direitos via a luta dos movimentos sociais de hoje. Desta forma:

O que não significa que tais movimentos sociais, clássicos ou novos, anticapitalistas ou com pouca vocação nesse sentido, não possam contribuir

para a mudança social, ao menos para as mudanças de conteúdo reformistas são fundamentais e seria absurdo rejeitar conquistas político-sociais devido a qualquer dimensão funcional, pois reformas sociais podem contribuir e contribuem para o desenvolvimento das forças produtivas (SOUSA, 2014. p. 9).

Para (Galvão, 2012, p. 9) devemos buscar nas obras de outros autores, que a partir dos anos 1970, contribuíram para o estudo do tema, em relação a contestação social, a luta política e o protesto social. Vale lembrar, que também segundo ela, devemos considerar os movimentos sociais clássicos, os chamados "Novos Movimentos Sociais", de acordo com o debate europeu, americano, americanos e europeus, latino-americano e particularmente esses dois movimentos, conforme tais analistas no Brasil. Levando se em conta uma questão que nos incomoda na análise marxista: como esses teóricos discutem o Movimento Negro Brasileiro nesse campo de análises? Articulando esta questão com as referidas pelas duas autoras, devemos finalizar este tópico apontado perspectiva nesse sentido.

Aproveitando ensejo de colocar em cena outros autores marxistas ou não e também, considerar o método marxista, porque entendemos que não é muito simples aplicá-lo na prática para os movimentos sociais dos dias atuais. E também, porque acreditamos que ele possa jogar luz em toda a nossa dissertação e até, facilitar para o leitor, se por um lapso refletir: mais afinal em que método se baseia este autor? Lógico que não será necessário, pois persigo a articulação deste método com o meu objeto de estudo do início ao fim de nosso trabalho, sempre com uma suspeita: É possível analisar raça (raça no sentido sociológico) pelo método marxista? Sim! Neste sentido, veja o que nos ensina Fernandes.

Na interpretação marxista do Brasil, Fernandes assume a posição de que o método dialético deve incorporar outras situações sociais, não simplesmente redutíveis à visão clássica da sociedade. A raça como categoria sociológica, a dominação parcial contra a mulher e outras formas de opressão podem e devem necessariamente estar presente no movimento de crítica da realidade social criada pelo capitalismo dependente... (FERNANDES, 2017, p. 15)

Neste texto, que é a nossa estreia no mundo epistemológico, trazer para o âmbito de nossa investigação aspectos do repertório científico de Florestan Fernandes, no que tange ao marxismo em sua obra sociológica brasileira para tratar em primeiro lugar do *método dialético* e em seguida da categoria raça (e do Movimento Negro) para nós é profundamente um aprendizado e para o nosso trabalho, um enriquecimento teórico metodológico. É mais avançado ainda, quando ele brilhantemente nos ensina que devemos ter presente em nossa análise aspectos da tradição marxista clássica, mas não

ficar apenas nela, atualizar nossas análises como, por exemplo, com as teorias do neomarxismo e dos Novos Movimentos Sociais (a culturalista-acionalista) e outras correntes teóricas, inclusive referidas no tópico anterior, mesmo que para muitos desses estudiosos o marxismo já esteja obsoleto e que seu destino seja desaparecer.

De acordo com (Duriguetto e Montaña, 2011, pp. 310-311) para tentar não desaparecer definitivamente (o marxismo) com a expansão mundo à fora do discurso dos intelectuais (não marxistas) que a partir de 1968 passam a liderar a vertente do que passou a ser nomeado como “Novos Movimentos Sociais e defender o nascimento de uma sociedade “pós-industrial”, cuja mesma já não necessitaria de movimentos que se opunham ao capital e o mercado, conforme podemos observar.

De acordo com Touraine, três aspectos constitutivos dos movimentos sociais: o autor, o adversário e o tema do conflito. Segundo esse autor os conflitos sociais não estão mais presentes nos "NMS" e que não fundem mais na relação capital/trabalho, não precisam mais de sindicatos ou partidos, pois as "ações sociais" localizadas que promovem as mudanças e desenvolvimento da história, não mais as classes não mais a luta de classe (DURIGUETTO, MONTAÑO, 2011, p. 315).

Nos parece bem apropriada a visão dos “teóricos culturalistas-acionistas dos “Novos Movimentos Sociais”, pois realmente, são essas e muito mais suas posições com relação a atuação e luta de tais movimentos, porém para os “neomarxistas” que defendem a atualização do marxismo, pois entendem que a dominação capital e trabalho nas sociedades contemporâneas continua vigorando e deve haver várias formas de lutas: dos movimentos, dos sindicatos, dos partidos, das mulheres, dos negros, da juventude, dos ambientalistas, etc.

Para (Mutzenberg, 2012, pp. 3-7) “a matriz discursiva marxista se constituiu a partir de uma longa presença dos partidos comunistas, em suas diferentes orientações”, isto situando o ‘novo’ espaço de atuação dos movimentos sociais e as ações coletivas, em várias áreas de manifestações e mobilizações ocorridas para enfrentar a coerção militar dos anos de “chumbo” no Brasil e a luta pela redemocratização. O que quer dizer também, esse autor, que os movimentos sociais sofreram e ainda sofrem até aos nossos dias influência da matriz marxista da tradição clássica.

O que também nos leva a compreender que com o advento dos novos movimentos sociais houve por parte dos marxistas uma adequação dos seus elementos de análise a realidade e a dinâmica social, para introduzir as questões da cultura e da identidade, visto que são elementos que passam a compor o repertório de análises dos

“neomarxistas”. Esse segmento composto de marxistas e comunista, passou a se deslocar da dogmática stalinista para incorporar demandas dos “NMS” nas lutas de classes e nas formas de organizações clássicas herdadas do marxismo e do leninismo: sindicato e partido.

Ou seja, tratava-se de incorporar as lutas dos "NMS" - lutas que se desenvolviam fora do mundo da produção - à luta política revolucionária. O desafio para esses segmentos era, assim, adequar as organizações clássicas dos trabalhadores e a estratégia revolucionária à essa nova conjuntura das lutas sociais. É com essas preocupações que emergem, por exemplo, os debates acerca da via democrática ao socialismo, que se expressaria no chamado eurocomunismo. Os principais expoentes desse grupo foram o espanhol Manuel Castells e o Francês Jean Lojkin (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, ps. 310-311).

O marxismo como vimos foi redimensionado, novamente por pensadores Europeus, estadunidenses, da América Latina e brasileiros para continuar dando conta de interpretar os movimentos sociais. Para (Galvão, 2014 e Souza, 2012) marxismo e movimentos sociais no Brasil pode plenamente ser articulado, e produzir suas análises em conjunto com outros teóricos que têm investigado a temática e problemática dos movimentos sociais, levando em consideração a dimensão cultural, cuja mesma não constitui esfera separada e autônoma, o que não implica em irrelevância; desvendar a natureza de classe dos novos movimentos sociais é mais complexo e certamente implica em enfrentar a problemática teórica das classes médias; e ainda, no campo marxista não é possível abrir mão da elucidação das relações de classes que explícita ou implicitamente balizam a atuação dos movimentos sociais é isso no nosso entender, o que com todas as contradições se observa tanto no nível das ações coletivas quanto nos movimentos sociais sob a contribuição do marxismo.

Uma crítica ao marxismo que ao nosso vê é de fundamental relevância em se tratando de uma pesquisadora histórica dos movimentos sociais brasileiro, inclusive extensa ao Movimento Negro. E que nos ajuda a entender melhor o papel e a contribuição do marxismo clássico e a aplicação desta teoria no estudo dos novos movimentos sociais. Foi estabelecida por Ilse Scherer-Warren (2010) conforme:

as teorias de classe marxistas ficaram presas a explicações reducionistas, teleológicas e previsíveis; e as teorias de interpretação universalizante foram aplicadas de forma generalizada em diferentes situações sem levar em conta os contextos históricos específicos (SCHERER-WARREN, 2010, p. 02).

E ainda, uma outra explicação substancial, para nos servir de sustentação, veio da autora em questão, volta à atualidade da temática étnica no campo da diversidade sociocultural, diz:

Nesse sentido, as teorias culturalistas e identitárias dos movimentos sociais, também denominadas de “teorias dos novos movimentos sociais”, proporcionam essa complexidade investigativa e interpretativa, pois “tiveram o mérito de buscar a complexidade simbólica e de orientação política dos agrupamentos coletivos formadores de movimentos sociais, segundo o princípio da diversidade sociocultural (de gênero, étnica, ecológica, pela paz, por diferentes tipos de direitos humanos etc.)” (SCHERER-WARREN, 2010, p.02)

Mediante a contribuição de Ilse, nos resta para fechar este tópico três importantes questões que foram mencionadas no início o método, a sociedade e o Estado, na visão da matriz marxista e de outros pensadores que fazem parte de nossa investigação sobre os movimentos sociais na contemporaneidade no Brasil. Assim como alguns marxistas alegaram a existência de lacunas em sua teoria, outros autores também apontaram que por causa da existência das inúmeras produções teóricas sobre o campo dos movimentos sócias, permite com que não haja uma teoria pronta e acabada para este tema.

Sendo assim, para K. Marx e F. Engels (e uma parcela da tradição marxistas) o ponto de partida é o ponto de chegada: o que quer dizer Marx e Engels com isso? -, então definem eles em seu método o seguinte: É necessário partir do concreto para se atingir o concreto e, uma vez claramente estabelecidos os conceitos, regressar ao concreto para enriquecer com toda a complexidade das suas determinações (Marx, Engels, 1983, p. 10). Então o método científico para Marx e Engels é:

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade da diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida e por tanto igualmente o ponto de partida da observação imediata e da representação. O método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto espiritual (MARX e ENGELS, 1983, pp. 218-219).

Diz ainda Marx e Engels (1983) “[...] o emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade, esteja constantemente presente no espírito (no pensamento) como dado primeiro” (p. 219). Ou seja, para nós é necessário que a ação coletiva de combate ao racismo, nosso objeto de estudo esteja permanentemente, presente no nosso pensamento e imbricada em toda a referência teórica aqui utilizada. O leitor desta dissertação deve lê-la com atenção para poder tecer suas críticas, se caso não fizemos a nossa viagem de ida e volta, conforme exige o método.

Neste caso, podemos afirmar que optamos para fazer a nossa viagem concomitantemente, considerando os inúmeros elementos do campo teórico marxista e de outros autores. Para encerrar este tópico destacamos para ir e voltar, conforme o

“Método da Economia Política em Marx e Engels” a sociedade civil e o Estado, cujos mesmos na teoria marxista para esta investigação são de grande relevância. Veja que segundo eles, o Estado é um poder nascido da sociedade, mas posto acima dela e distanciando-se cada vez mais desta (MARX, ENGELS, 1985, p. 191).

Veja e compreenda como para esses pesadores e para o marxismo, como se deu a origem do Estado, porém, para quem detém a sua direção dominante de classe hegemônica, os quais promovem o monopólio legal da coerção, se colocando acima da sociedade civil onde está o conjunto essencial da sociedade, de onde se origina o concreto pensado a síntese de determinações, é a sociedade que deve estar em primeiro lugar presente no pensamento do sujeito da investigação: o pesquisador e a massa pensante de dada sociedade. Por isso, que não é o Estado que gera a sociedade, o contrário, é sim, a sociedade deve gerar o Estado.

Por isso, que as ações coletivas e os movimentos sociais no marxismo, podem ser compreendidos como oriundos de uma sociedade civil, definida como espaço de contradição e lutas pela hegemonia e o Estado como sendo o espaço político que não corresponde a nenhuma arena neutra e sim formas de conflitos nas quais os detentores do poder econômico dispõem de maiores recursos para impor seus interesses aos Estados. A noção de sociedade política na qual há centralidade do Estado como a arena catalisadora dos conflitos sociais é fundamental para expressar o permanente conflito entre o Estado e as organizações vivas da sociedade, os movimentos sociais (Souza, 2014, p. 6).

Diferentemente da TPP e da TMR, na Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) a ênfase recairá sobre a sociedade civil, distintamente do Estado e do mercado, numa perspectiva próxima ao pluralismo e marcadamente partidária dos movimentos sociais e culturais. A perspectiva destacará a cultura, identidades coletivas, subjetividades como elementos-chave na compreensão dos novos movimentos sociais. Seriam novos porque constitutivos das sociedades pós-industriais nas quais o conflito capital x trabalho e as reivindicações distributivas direcionadas aos Estados teriam perdido centralidade (SOUZA, 2014, p. 6).

Ainda se tratando da sociedade civil e do Estado, a sociedade civil entendida como constituída por forças contraditórias e antagônicas nos termos discutidos por (GRAMSCI, 2011, p. 25), segundo o qual a sociedade civil se constitui de um conjunto das instituições organizadas em torno dos interesses das duas classes fundamentais, burguesia e proletariado. Gramsci elabora a sua categoria mais abrangente, mais concreta, aquela que sintetiza um maior número de determinações, a de Estado

"ampliado" ou "integral", com isso se busca os conceitos básicos dos fundadores do marxismo; no campo da teoria política, Marx e Engels refletem o caráter de classe de todo o fenômeno estatal, afirmam a gênese do Estado na divisão da sociedade em classe, para Gramsci a sociedade civil não é uma zona neutra, pelo contrário, uma arena da luta de classe.

Para Gramsci, diversamente, "sociedade civil" designa o conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo o sistema escolar, os parlamentos, as igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científicos e artísticos etc. Como "sociedade política" designa o conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da coerção (COUTINHO, 2011, p. 25).

Otimistamente, fechamos este tópico, convencidos da importância que o marxismo traz para o nosso trabalho, visto que ao discutir a teoria das ações coletivas e dos movimentos sociais, serve de referência para um conjunto de inúmeros estudiosos do tema do passado ao presente, cuja parte desse conjunto, podemos trazê-la para contribuir com o conteúdo desta dissertação. Tanto é verdade, que podemos encerrar com um clássico da literatura sobre o Estado, assunto oportunamente discutido neste fecho. Que amplia e atualiza o conceito de Estado, tão polêmico na história da sociedade política para um estágio em que a humanidade está enfrentando, seja ele de forma ampla ou na sua forma de organização civil, que é o caso dos movimentos sociais.

Tal pensador é Nicos Poulantzas ([1978] 1985) citado por Rodrigues e Silva (2015, pp. 1-7), que muito brilhantemente conceitua o Estado como sendo uma relação social, que se funda nas lutas de classes e se condensa nas contradições da realidade concreta.

o conceito de Estado capitalista como uma “relação”. Por conseguinte, em “O Estado, o poder, o socialismo”, Poulantzas ao discutir o Estado como expressão das relações de classe não só rompe com o “determinismo estruturalista althusseriano”, como também contribui com a atualização da teoria marxista sobre o Estado (RODRIGUES e SILVA, pp. 1-7).

Compreendo com isso, ainda que de forma arriscada à visão transparente de Poulantzas em que o Estado não é instrumento de controle absoluto e arbitrário a serviço hegemônico das classes dominantes. Que devemos considerar o Estado como “relações” que envolve forças, fração de classes, condensação material e específica. Que podemos correr o risco em afirmar, que os ‘novos’ desenhos das ações coletivas e dos movimentos sociais, cujas suas teorias e conceitos seguiremos explicando, possam ser

essas mediações e contradições, contra hegemônicas do movimento real da sociedade civil de Belém.

1-3- A produção brasileira e a definição conceitual de movimentos sociais

Já apresentamos uma visão panorâmica dos processos históricos das várias abordagens que deram origem a teorias das ações coletivas e dos movimentos sociais, especificamente no campo do marxismo. Agora vamos prosseguir apontando nesses diversos pensadores essas teorias e conceitos no Brasil, inclusive para o Movimento Social Negro Brasileiro (MSNB).

A produção teórica brasileira sobre ações coletivas e movimentos sociais é bastante numerosa, porém diz-se que no Brasil não há consolidado um paradigma e com isso um marco teórico, que não seja a herança dos EUA, Europa e América Latina. Nossa investigação não vai se ater a essas questões, visto que as mesmas não interferem na investigação que optamos em fazer. Porém, achamos necessário que se explique como os pensadores brasileiros têm desenvolvido a sua produção teórica e conceituais sobre ação coletiva e movimentos sociais, usando os paradigmas referidos.

Um pequeno detalhamento é necessário fazer para que possamos entender como os paradigmas frisados acima se desenvolveram no Brasil. Até aos anos de 1970, predominou no Brasil a vertente marxista de origem europeia, a partir dos anos 1980, dominou a abordagem dos Novos Movimentos Sociais, os estudos das ações coletivas e os movimentos sociais, nesses dois momentos históricos, se caracterizavam conforme o paradigma latino-americano, onde suas lutas eram de cunho libertários ou emancipatórios, entre os sujeitos envolvidos estavam: negros, índios, mulheres, etc., essas lutas se davam preferencialmente em espaços urbanos. Neste contexto transitavam nas abordagens dos movimentos sociais as categorias de análise conforme apresentadas a seguir.

As categorias de origens marxistas foram: hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais. Os Novos Movimentos Sociais usaram as categorias: autonomia e identidade com maior destaque. Houve nesse ínterim, a criação de novas categorias, diante de uma releitura das teorias: novos sujeitos históricos, campo de força popular, cidadania coletiva, espoliação urbana, exclusão social, descentralização, espontaneidade, redes de solidariedade, setor terciário privado e público etc. (GOHN, pp. 15-16).

Uma primeira tentativa de contribuição a esse respeito, pode ser compreendida em (Gohn, 2014, pp. 347-348) a qual aponta novos referenciais teóricos que surgem no final do século XX e início do século XXI, com o intuito de explicar os movimentos

sociais. No Brasil, vários artigos passaram a tratar da temática, mas com pouca atenção às questões teóricas. Os quais foram divididos em seis eixos: identitários e culturais; centralidade no tema do reconhecimento e da justiça social; autonomia a resistência como focos básicos; questão da colonização dos saberes; ênfase nos aspectos institucionais das ações; e repolitização nas abordagens sobre os protestos transnacionais e uso das redes sociais, tais eixos não são hegemônicos e tendem a se cruzarem.

Comentado, acerca de como se desdobraram a aplicação de aspectos desses eixos, o nosso texto está configurado no reconhecimento da justiça social; a questão identitária e cultural; a ênfase nos aspectos institucionais das ações coletivas e um certo apego ao uso das redes sociais, muito usadas até hoje. Queremos lembrar, que este trabalho não dar conta de tratar do uso das redes sociais pelos movimentos sociais. Por outro lado, considera que tanto a literatura lida como o conhecimento empírico aqui empregado, podem comprovar que as ações coletivas e os movimentos negros, nesse período e ainda hoje, fizeram uso das categorias e dos eixos referidos.

O associativismo e os movimentos sociais no Brasil no final do século passado e nessa primeira década do século XXI, estar focado nesses eixos básicos apontados acima. Diferentemente do que ocorreu nos anos 1980 e 1990, tal final de século repercutiu muito uma certa radicalidade nas ações coletivas de cidadania expressas em segmentos que sempre ficavam no anonimato: as organizações femininas, os movimentos negros, os movimentos dos rurais (entre eles as comunidades negras rurais quilombolas), os movimentos negros urbanos afro-religiosos, os ambientalistas, etc. O nosso foco é trabalhar com conceitos e teorias, baseadas nos autores que correspondam a exigência de nosso objeto (GOHN, 2014, pp. 51-60).

Nesta reflexão feita por (Alexandre, 1998, p. 1), pode se observar que, o “termo movimentos sociais diz respeito aos processos não institucionalizados e aos grupos que os desencadeiam: às lutas políticas, às organizações e discursos dos líderes e seguidores que se formaram com a finalidade de mudar. E que de modo frequentemente radical, se nota a distribuição vigente das recompensas e sanções sociais, as formas de interação individual e os grandes ideais culturais, que consubstanciam os variados movimentos que surgem dos protestos sociais, na verdade das manifestações e mobilizações desses atores sociais. O que pode ser completado por:

Um movimento social passa existir quando: 1) uma ação coletiva gera um princípio identitário grupal; 2) define os opositores ou adversários à realização plena dessa identidade ou identificação; 3) age em nome de um processo de mudança societária, cultural ou sistêmica, que acaba por 4) estabelecer tensões e conflitos com alguns princípios da modernidade, principalmente em relação à questão da ordem social, tal como destacado por Bauman (SCHERER-WARREN, 2010, p. 2).

Para (GOHN, 2014, 2000) de maneira mais abrangente, “movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídos por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais”. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. Aqui, pode se notar uma definição e fundamentação teórica do que seria uma ação coletiva e um movimento social, os sujeitos que os desenvolvem, sua forma política de agir, tendo a sociedade civil como o seu campo principal de ação coletiva, se constituem no cotidiano.

Ainda quanto à definição de movimentos sociais, Gohn nos aponta quatro opções diferentes sobre eles, as quais passamos a apresentá-las primeira, movimento e grupo de interesses, interesses comuns de um grupo é um componente de um movimento, mas não o suficiente para caracterizá-lo, porque a ação de um grupo de pessoas tem que ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo tem que formar um coletivo social e, para tanto, necessita ter uma identidade em comum. Ser negro, mulher etc. são adjetivos que qualificam um grupo dando-lhe objetivos comuns para a ação coletiva [...] (GOHN, 2014, 2000, p. 12).

Segunda diferença deve ser feita quanto ao uso ampliado da expressão ao se designar a ação histórica de grupos sociais, tais como o movimento da classe trabalhadora. Aqui se trata de uma categoria da dialética, a de movimento, em oposição à estática. É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe. Esta diferença possibilita demarcar dois sentidos para o termo movimento: um ampliado e geral outro restrito e específico (2000, p. 12). Nesta diferença pode se enquadrar o Movimento Negro, pois tem elementos da coletividade que informa a exploração capitalista, já que a maioria dos trabalhadores mais pobre é negra, e é também "específico e diferenciado" quando se sabe que a cor da pele é utilizada pelo capital e outras instituições para criar conflitos e disputas entre homens e mulheres de raças diversas.

A terceira diferença deve ser feita entre modos de ação coletiva e movimento social. Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas; poderão ser estratégias de ação de um movimento social, mas sozinhos não são movimentos sociais (Gohn, 2000, p. 12). Por exemplo, se um morador de um bairro resolve, sozinho, fechar a rua onde mora, como tentativa de evitar a ocorrência de acidente que acontece com frequência ali, esta ação não pode ser considerada como uma ação de um movimento social.

Quarta e última diferença refere-se à esfera onde ocorre a ação coletiva. Trata-se de um espaço não institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada. Mas devemos tomar cuidado com as generalizações empíricas, denominando de movimento social tudo o que estiver na esfera não institucional. Os espaços coletivos não institucionalizados se situam na esfera pública não governamental, ou não estatal, possibilitando aos movimentos dar visibilidade às suas ações (GOHN, 2000, p. 12).

Para fechar a análise desta autora acerca da definição teórica sobre movimentos sociais, apontamos os dois “modelos” os quais, segundo ela estão fundamentados à análise de tais movimentos: “um culturalista (ênfatisando os movimentos sociais), e outro classista (ênfatisando mais as estruturas econômica, as classes sociais, as contradições sociais e os conflitos de classes)”. Ela por sua vez, defende uma outra posição, a qual se resumira no seguinte: “[...] a análise sobre os movimentos sociais não pode ser separada da análise de classe social, mas também não podemos resumir os movimentos sociais a algo determinado pelas classes (GOHN, 2000, p. 11).

Com relação ao que fizemos referência na introdução deste tópico, em que a autora afirma da “quase completa ausência de textos na literatura brasileira que tenham se dedicado ao estudo das teorias a respeito dos movimentos sociais”, suas conclusões em “Teorias dos Movimentos Sociais” Gohn (2014) para o fenômeno em questão à revisão de literatura, nas obras desta pensadora fica bem definido, as suas conclusões, segundo as considerações deste texto.

Talvez a única conclusão geral a que chegamos é a de que não há uma teoria única, assim como não há uma só concepção para o que seja um movimento social, e não há também um só tipo de movimento social. Há várias teorias formadas em paradigmas teóricos explicativo (GOHN, 2014, p. 329).

Esta autora inspira em grande medida a produção teórica deste trabalho, principalmente, quando busca dá o salto teórico entre os dois “modelos” de análise em que a maioria dos interpretes dos movimentos sociais tem se orientado desde meados do

século XX até aqui, apontando uma terceira contribuição teórica para os movimentos sociais, a qual tenta articular a relação de classe social com a cultura, a cultura como construção da identidade do movimento social e ainda, inclui as lutas sociais, os conflitos, as contradições, as visões, os valores, as ideologias, os projeto de vida etc., campo fértil permanente das lutas e organização da sociedade civil, como realidade do movimento real.

Nosso objetivo é estabelecer alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica, construída a partir da reflexão fundamentada em categorias que emergem de manifestações concretas dos próprios movimentos, vistos como processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflitos. Referente a definição das diferenças (Gohn, 2014, p. 245).

Com isso, reforçamos que a nossa abordagem, não se limita apenas à teoria social moderna (marxista)⁶. E que a relação entre classe e raça é abordada, no Brasil, por várias pesquisas que indicam que a desigualdade racial reforça a exploração e a dominação de classe, na medida em que permite contratar por salários mais baixos e em funções socialmente desvalorizadas os negros, por exemplo, (Galvão, 2012, p. 120). Isto, não faz com que a nossa análise venha a ser concebida como eclética, porque os autores⁷ ou são marxistas, ou suas análises estão imbricadas com esse pensamento em condições epistemológicas de tempos e espaços. O que se aplica aos estudos de Glória Gohn, conforme mostrados, em suas definições teóricas acerca das ações coletivas e aos movimentos sociais.

Para Scherer-Warren (2015, p. 52), outra importante estudiosa do tema desde a década de 1980, a definição de movimentos sociais, pode ser entendida, como uma ação grupal para transformação (práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

As definições por categorias apontadas por Warren para movimentos sociais, nos mostra uma certa proximidade com as quatro diferenças de parâmetros teóricos vindas das práxis dos movimentos sociais em Gohn (2014). Em Warren a definição de

⁶ Sobre este tema ver Marx (1985).

⁷ Martins (2016); Gohn (2014, 2000); Bringel (2015); Moura (2014, 1988); Scherer-warren (2015); Neto (2011); Santos (2010); Fernandes (2008); Ianni (2006, 2004); MNU (1988);

movimentos sociais pode ser entendida como práxis, quando se trata do mesmo projeto, ideologia quando tem princípios valorativos comuns e organização e sua direção mais ou menos definida. Conforme observamos.

Luchmann, (2015, p. 52) ao se referir aos trabalhos de Scherer-Warren, afirma que esta apresenta uma lista de pré-requisitos sobre um movimento social: a) o reconhecimento coletivo de um direito e a formação de identidade; b) o desenvolvimento de uma sociabilidade política; c) a construção de um projeto de transformação. O que reforça o que ainda iremos apresentar, com relação ao “projeto político do Movimento Negro para o Brasil”.

Os movimentos sociais que são mencionados por Scherer-Warren segundo Luchmann (2015) no Brasil, são concebidos na perspectiva de análise que faz uso da expressão “novos”, tanto para o movimento quanto para os protagonistas. Eles são identificados como movimentos sociais urbanos, como as Comunidades Eclesiais de Base, como o sindicalismo que surge a partir da década de 1970, tanto urbano como rural, o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento pacifista em fase de organização, setores dos movimentos de jovens etc. Para a autora, o fundamental era a capacidade dos novos movimentos sociais, era a capacidade de criar uma nova cultura política⁸ (Luchmann, 2015, p. 54). O que nos faz refletir, em nível de nossa experiência e participação empírica, é que, observamos muito pouco essa práxis nos discursos dos movimentos sociais no cotidiano de Belém, por exemplo.

Conforme (Luchmann 2015, p. 54) vale destacar que a construção da interpretação a partir da concepção de "velhos" (anteriores a 1964) e "novos" (surgidos em meados dos anos 1970) movimentos sociais torna, em muitos casos, invisível uma série de experiências de lutas sociais que permanecem obscurecidas por não serem foco de análise dos cientistas sociais. Devemos levar em conta, neste caso, as lutas históricas e contemporâneas do Movimento Negro.

Por outro lado, a literatura sobre movimentos sociais no Brasil que tem sido consultada (lida) diz respeito àquela produzida a partir de meados de 1970 em que a referência ao paradigma da luta de classe é um pouco mais usada que nas décadas

⁸ Cf. Gohn, 2000, p. 32. [...] falar de cultura política é tratar do comportamento de indivíduos nas ações coletivas, é dos conhecimentos que os indivíduos têm a respeito de si próprios e de seu contexto, é tratar dos símbolos e da linguagem utilizados, bem como das principais correntes de pensamento existentes. Mas é muito complicado falar de cultura política de forma isolada do contexto histórico e de outros conceitos de apoio [...].

subsequente. Ainda que se considere as explicações para esta questão, prevalece o silêncio imposto no contexto repressivo do "Estado ditatorial" e após ele, a partir de 1985 a discussão passa a ser orientada pela redemocratização⁹ como um movimento de manifestação e mobilização nacional.

Neste sentido, Scherer-Warren ao se referir aos "movimentos sociais tradicionais" e aos "novos movimentos sociais", afirma: "buscar nas realidades empíricas elementos positivos para os primeiros", inclusive observar as "tensões entre novas e velhas orientações políticas no interior de cada movimento social específico" (LUCHMANN, 2015, p. 55).

Também identificamos na abordagem das autoras afirmações, referentes as "formas tradicionais de fazer política (clientelismo, paternalismo, autoritarismo populista ou estalinista) nos novos movimentos sociais". Um destaque é dado para a categoria "cotidiano", pois dessa forma "a experiência dos movimentos sociais foi construída no cotidiano da vida das pessoas" ou "é dessas relações cotidianas que são construídas as ações coletivas".

Luchmann dialogando com Sader (1989) sobre o destaque dado à referida categoria o faz chamando atenção para a superação de um entendimento do cotidiano como expressão de subalternidade e não de resistência. Assim explica que "a referência ao cotidiano enquanto instância de resistência contrasta com os registros que os apresentavam (e o apresentam) como manifestação de conformismo, de vida repetida, de reiteração não crítica de uma opressão silenciosa". E mais, este adverte para a importância de não se considerar o cotidiano algo mítico, em sua pureza, no qual os pobres se apresentavam como libertos de ideologia estranha (LUCHMANN, 2015, p. 57).

De toda forma, a valorização do cotidiano foi uma expressão dos novos projetos e estilos que conformaram os movimentos dos anos 1980, e nisso reside em grande medida a novidade dos movimentos sociais naquele período (LUCHMAN, 2015, p. 57).

Rica e profunda a análise de Scherer-Warren e demais autores sobre movimentos sociais no Brasil. Referente a teoria e aos conceitos, que não fogem das análises anteriores diante dos três "modelos" de análise, ou seja, trazem as perspectivas culturalistas, classistas e a que abrange as duas, ressaltando aspectos da realidade deste tema que a ideologia, objetivos, projetos, formação, reconhecimento de direitos, etc.,

⁹ Ver BRINGEL (2008)

apontando a ideia de “velho” como sendo os movimentos (anteriores a 1964) e “novos” (os de meados dos anos 1970). Criticam que o uso do paradigma da luta de classe foi pouco utilizado, visto haver o silenciamento diante do golpe militar, sobre a redemocratização, teve mais ênfase por volta de 1985. Notamos na construção desse referencial teórico sobre movimentos sociais uma lacuna sobre o Movimento Negro, se sabe que esse movimento estava em “toque de recolher” imposto pelos militares, mas entra em cena fortemente a partir de 1978.

Duriguetto e Montañó (2011), representantes da produção teórica sobre movimentos sociais na área do Serviço Social, chamam a atenção para duas distinções que precisam ser esclarecidas quando tratamos de "Movimentos Sociais": movimento e mobilização sociais. O conceito entre um e outro: *movimento* social e *mobilização* social, nunca pode ser o mesmo. Longe de se tratar de uma questão semântica, um "movimento social" caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não se reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma "mobilização social" remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída. Veja esta explicação.

Mobilização pode ser uma ferramenta do movimento social; também uma mobilização pode se desdobrar em outras até formar um movimento; mas em si, mobilização não necessariamente significa uma organização nem constitui um movimento social (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 264).

Observa-se que a advertência que fizemos no início deste capítulo já estava presente na reflexão dos referidos autores há dez anos. Outra contribuição que os autores fornecem ao debate diz respeito à identificação do movimento social com as Organizações Não Governamentais. Segundo os autores essas são entidades de natureza diferente.

Por um lado, o *Movimento Social*, dentre outras determinações, é conformado pelos próprios sujeitos portadores de certa identidade/necessidade/reivindicação/pertencimento de classe, que se mobilizam por respostas ou para enfrentar tais questões - o movimento social constitui-se pelos próprios envolvidos diretamente na questão. Por seu turno, a ONG é constituída por agentes, remunerados ou voluntários, que se mobilizam na resposta a necessidades, interesses ou reivindicações em gerais alheios, não próprio (DURIGUETTO e MONTAÑO, 2011, p. 264).

Num estudo realizado em Belém para sua dissertação de mestrado Barreto (1996), dá conta que “os movimentos sociais urbanos, aqui analisados tinham como foco a educação no meio comunitário. Nesse período, esses movimentos, ainda não tinham seus conceitos, significados e explicações bem definidos, inclusive a

importância, estratégias e a gênese como movimentos sociais urbanos da sociedade brasileira”. Aqui a autora está se referindo aos anos 50 e 60, visto o seu trabalho ter como referência o ano de 1967 e, quando a realidade urbana brasileira sofria grandes transformações sociais (crescimento urbano desordenado).

Vamos fechar este tópico que dentro de suas limitações panorâmica tratou, juntamente com um conjunto de autores das Ciências Sociais dos aspectos teóricos e conceituais dos movimentos sociais no campo da sociologia¹⁰. Com relação as referidas ciências, Otavio Ianni (2004) afirma que “com relação à questão racial no Brasil, no âmbito as Ciências Sociais, pouco se via pronunciar. São por tanto, as décadas de 40 e 50, que oferecem, ainda que com um certo acanhamento, um salto para uma variedade de análise em diversos níveis da intelectualidade. Como explica o texto abaixo.

Naquele contexto, havia (entre outros tantos) uma luta invisível sobre o papel da ciência e dos cientistas, das associações negras, dos intelectuais negros, intelectuais brancos, dos partidos políticos, etc. Todos poderiam ser chamados a discutir a questão racial. Não era só saber quem fala o quê, mas quando fala e como fala (IANNI, 2004, p. 76).

Para esta Dissertação nos interessa bastante a contribuição da Sociologia sobre a temática do negro nos estudos de dois importantes sociólogos da nossa base de análise: Florestan Fernandes e Otavio Ianni. Sendo que para este tópico faremos referência ao “protesto negro” em Fernandes como a forma de contestação qual foi construída pelo negro desde as primeiras décadas do século XX, em Ianni à “Dialética das relações raciais”, o qual atualiza sua interpretação da temática das relações raciais.

Para uma noção específica do conceito de Movimento Negro temos de acordo com Petrônio Domingues (2007) que “é a luta dos negros na perspectiva de resolver

¹⁰ Na “história da sociologia brasileira” tomamos por referência a explicação de Florestan Fernandes o pensamento se pensa todo o tempo. As suas contribuições históricas e teóricas estão permeadas pela reflexão crítica sobre as relações entre o pensamento e o pensado. Em sua obra há uma análise contínua, oportuna e aguda, sistemática, quando necessário, sobre a sociologia brasileira vista como um sistema de saber. Essa obra contém uma contribuição fundamental para a compreensão das condições de emergência da sociologia brasileira. Trata-se de desvelar o momento, a ocasião, a época em que essa sociologia se construiu como disciplina científica, um modelo de pensar a realidade social. Esta sociologia se transforma e adquire as características de um sistema significativo no qual se verifica a recorrência de temas, análises, conceitos, explicações e controvérsias. As divergências das abordagens, conceituações, metodologias ou correntes teóricas não anulam certas convergências básicas, quanto à problemática e o universo da linguagem. Essa sociologia que surge nos anos 1930 recebia contribuições de uma variedade de profissionais, por exemplo, historiadores, juristas, antropólogo, escritores, etc. Alguns sociólogos podem ser nomeados Silvio Romero, Fernando Azevedo, etc., são considerados os “pioneiros” e outros como Nina Rodrigues, José Veríssimo, Euclides da Cunha, Manoel Bonfim etc. A sociologia brasileira tem a ver com a sociologia mundial França, Inglaterra, Estados Unidos e outros países. O destaque desta sociologia em Florestan Fernandes era a sua opção pelas relações raciais no Brasil (Ver Ianni, 2004, pp. 15-38).

seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural”. O que ao nosso entender, pode ser relacionado a esta definição.

Para Joel Rufino (1994) “(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...)”. Segundo este interprete podem ser nomeadas como sendo Movimento Negro. E ainda melhor esclarecido no texto a seguir.

Entidades religiosas [como terreiros de candomblé, por exemplo], assistenciais [como as confrarias coloniais], recreativas [como "clubes de negros"], artísticas [como os inúmeros grupos de dança, capoeira, teatro, poesia], culturais [como os diversos "centros de pesquisa"] e políticas [como o Movimento Negro Unificado]; e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, de movimentos artísticos, literários e 'folclóricos' – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta, extemporânea ou cotidiana, constitui movimento negro. (SANTOS, 1994, p. 157).

Como neste capítulo ficou bem definido o que é uma ação coletiva e um movimento social, também ficou definido o que é um Movimento Negro, já que é um tipo de movimento social restrito e específico. Que se apoia nesta definição.

Entendemos por movimento social uma luta coletiva iniciada pelos atores de uma classe com a finalidade de obter o controle social das orientações culturais de uma coletividade (Touraine, 1978, p. 359), citado por (ALEXANDRE, 1998, p. 32).

E ainda segundo Chauí (1980), "movimento significa para um grego toda e qualquer alteração de uma realidade, seja ela qual for; toda mudança qualitativa de um corpo qualquer". Para esta definição abrangente e generalizada, destacamos a sua referência em nosso trabalho, no sentido de fazer com que se perceba e não se confunda, todo e qualquer movimento como um movimento social calcado em posições construídas, estratos e classes sociais de sujeitos que por meio de ações coletivas (protesto social) gerem um dado movimento de lutas em defesa dos seus direitos, conforme estar bem definido nos conceitos acima.

Com isso, acreditamos que marcos teóricos estabelecidos pelos interpretes para as ações coletivas e os movimentos sociais, desenhados por nós em forma de mapeamento dos autores neste capítulo, nos parece que dão conta de elencar os elementos primordiais, dos quais necessita esta dissertação. O que de acordo com Minayo (2003) “os cientistas estabeleceram uma linguagem fundamentada em

conceitos, métodos e técnicas para compreender o mundo, das coisas, dos fenômenos, dos processos e das relações (...)"'. E se é assim que se faz, estar feito para dar sequência aos próximos passos.

1.3.1-O impacto do neoliberalismo na luta dos movimentos sociais no período que vai de 1990 a 2013.

Este capítulo buscou mapear autores, seus pensamentos teóricos e conceitos a respeito das ações coletivas e movimentos sociais, referentes as abordagens em seus diversos paradigmas e suas particularidades no Brasil. Conseguimos sistematizar conforme os nossos procedimentos metodológicos, tais elementos imbricados nos diversos campos de produções intelectuais. Elegemos este último sub-tópico com o intuito de refletirmos como os diversos movimentos dessas últimas décadas engendraram essas teorias, esses conceitos e reinventaram suas ações coletivas e movimentos sociais que fossem capazes de confrontar seus interesses para continuar garantido a cidadania de milhares de pessoas que passaram a ser descaracterizadas com as ações do mercado e do capital, em oposição a trabalho e a humanidade das pessoas. Trata-se de um sistema classista de domínio econômico global que tem nos anos 1990 e seguintes um forte controle do Estado e com isso da sociedade civil.

O reflexo do pensamento global incide nos movimentos sociais, nas lutas políticas, nas ações coletivas e na democracia nos anos 1990, isto porque essa década se caracteriza pelo apogeu do neoliberalismo no Brasil, que é uma ideologia que legitima o fim dos conflitos de classes e, portanto, dos conflitos com a sociedade política, reduz o tamanho do Estado, defende a autonomia do mercado e o incentivo à informalidade do trabalho para responder ao desemprego estrutural que não podia permanecer escamoteado. É uma década de baixa participação dos movimentos, que aos poucos vai sendo retomada, sendo o ano 2000 considerado pelos analistas como o início de novas luta, principalmente, diante do Estado.

A programática neoliberal investiu na ideologia do individualismo, do esforço próprio, como bem expressa o estímulo ao empreendedorismo. Se a criminalização dos movimentos sociais, não estava explícita, ela era motivada pela desmobilização das lutas estruturais que colocavam em evidência as lutas mais radicais contra o capital. Com isso, desconsideravam as lutas dos movimentos sociais.

Em Belém o reflexo do neoliberalismo para os movimentos sociais teve duas linhas demarcatórias: uma que afetou mais os movimentos sociais do “modelo” classista e a outra que contribuiu mais com a dinâmica dos movimentos culturalistas. Nos atendo a diferença feita por Gohn no que se refere aos tipos de grupos, nesse contexto, se nota a formação de pelo menos cinco grupos negros ligados a cultura e a identidade de diferente faixa etária: Grupo de Estudantes Universitários Negros – GEUN (1992); a organização dos quilombolas (1994); a participação pública dos afro-religiosos (1997); a formação de vários grupos juvenis voltados à “cultura hip hop” (1998), etc. Essa foi a fase de manifestações, mobilizações, protestos, que consolidou inúmeras ações coletivas e destas a organização de movimentos sociais negros e outros, o que ainda se nota ocorrer hoje em Belém.

Consideramos também, que o reflexo global da dinâmica da década de 1990 nas ações coletivas e na prática dos movimentos sociais têm forte indícios do que estes acumularam sociologicamente nos anos 1970 e que no nosso entender repercutirá nos anos seguintes, até 2013, período delimitado para a nossa investigação da ação coletiva principal e o Movimento Negro em Belém. Trataremos ainda da atuação das ONG’s e do “terceiro setor” como uma demanda do neoliberalismo.

Não podemos deixar de fazer referência as mobilizações e manifestações ocorridas em 2013 no Brasil e no pensamento dos interpretes dos movimentos sociais que segundo Gohn (2017) “os “novíssimos sujeitos” que se apresentaram nas mobilizações e manifestações de 2013 até 2016 silenciaram esses acontecimentos e hoje, os referidos movimentos que se manifestaram nesse momento estão atuando silenciosamente nos bastidores das instituições públicas e privadas. Neste trabalho, nos limitamos, a fazer algumas considerações preliminares apenas.

Segundo (Bringel, 2015, p. 2) a partir dos anos 1990, os militantes dos movimentos sociais identificados por uma determinada vertente de análise como sujeitos sociais se rearticulam sob uma nova práxis coletiva, com abordagem mais plural, secundarizando-se o enfoque “clássico” e deslocando a centralidade do conflito de classes para uma discussão alienada das categorias de “sociedade civil”, “esfera pública” e “governabilidade/governança”.

Neste sentido como fica claro na obra de (Coutinho 1974, pp.3- 4) é recorrente nos períodos caracterizados como as crises de dominação burguesa, identificadas por

Lukács como decadência, a reedição de ideologias necessárias. Quando atravessa momentos de crises, a burguesia¹¹ acentua ideologicamente o momento de irracionalista, subjetivista; quando enfrenta períodos de estabilidade, de “segurança”, prestigia as orientações fundadas num “racionalismo” formal.

Segundo ainda Coutinho (1974). “A filosofia da decadência é inteiramente ideológica ocasionando empobrecimento das categorias racionais que operam como práxis manipulatórias”. Visão apropriada àquela década de 1970, que se espalhou por toda a década de 1990 com o neoliberalismo e reflete à crise do capital de hoje e a instabilidade social e econômica que se impõe a sociedade civil brasileira, mas que aparentemente esta não se percebe dessa presença.

Nesta mesma perspectiva (Luchmann 2010, p. 49) citando Costa (1994) afirma:

A ideia de sociedade civil foi definida como "rede de associações autônomas, independentes do Estado, que reúne os cidadãos a partir de interesses comuns e que, através da sua simples existência ou atividade, podem produzir efeitos sobre a política (LUCHMANN, 2010, p. 49).

Luchmann (2015) volta a discussão afirmando que "no caso da noção de sociedade civil, esta foi utilizada como forma de ampliar a unidade de análise antes restrita aos movimentos sociais, incluindo uma coleção mais diversificada de organizações e grupos". Esse debate vinha sendo feito na Europa e nos Estados Unidos, porém, no Brasil não havia um debate direto dos intelectuais brasileiros com essa discussão da literatura internacional sobre os movimentos sociais (Bringel, 2015).

Como a opção pelo Estado e os governos que transcorreram esse período (anos 1990) foi em adotar o neoliberalismo no Brasil, observado, em textos acima ele (o capitalismo) impõe a secundarização do enfoque “classista” para dar lugar a uma negação do conflito de classe e com isso, desloca o centro do conflito da sociedade civil

¹¹ A necessidade de expansão constante do mercado impele a burguesia a estender-se por todo o globo. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. A burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo, em todos os países, por meio da exploração do mercado mundial. E para desespero dos reacionários, ela retirou da indústria sua base nacional [...]. É um fenômeno que abarca a produção tanto material quanto intelectual. A produção intelectual de um país tornou-se propriedade comum a todos os outros. Já não é mais possível ater-se aos limites únicos e exclusivos de cada país; a literatura universal emerge assim da confluência das inúmeras literaturas nacionais e locais (Marx, Engels, 1984, p. 22). Esse modelo de civilização burguesa, obriga todas as nações, a se aburguesarem, o que visa formar o mundo à sua imagem e semelhança (1984, p. 22, [1993; 1984; 1983]).

para a esfera pública, no intuito de garantir a governabilidade e o governo que vigia à época. O destaque para o surgimento da ideia de que a sociedade civil deve funcionar como “rede de associações”, pois antes estava restrito aos movimentos sociais numa espécie de coleção de grupos e organizações. A forma adotada pelo Estado e os governos para dá sustentação as exigências do mercado neoliberal são as ONG’s e o terceiro setor, que passaremos a mostrar como se desenvolveram nesse período.

Este entendimento despolitizado de sociedade civil que desconsidera as determinações de conflito de classe presente, por exemplo, nos escritos de Gramsci, um dos autores marxistas que possui discussão qualificada da categoria sociedade civil, aqui será descaracterizado (na referida abordagem). Nos anos 1990 essa concepção vai se expressar pela ideia de que movimentos sociais se confundem com ONG's (Luchmann, 2015, p. 59). Esta visão gera uma mobilização pela busca de recursos financeiros para manutenção de expressões de movimentos sociais por organismos internacionais muitas vezes pró-capitalistas ou que acreditavam na face “humanizada” do capitalismo.

Ainda segundo os autores mencionados, verificam-se que no Brasil, nos anos 90, existem inúmeras organizações, fundações, associações, movimentos etc., criados para promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender os direitos civis e atuar em áreas onde o Estado deveria assumir, o qual deixou de cumprir suas funções institucionais.

Neste sentido são exemplos, de atuação dessas ONG’s, confundidas com movimento social: suas ações com idosos, mulheres, índios, negros, adolescentes etc. Deste modo suas manifestações nos espaços da sociedade civil e em espaço público, não tem classe social (na visão de tais organizações). A federação das indústrias, dos banqueiros, das redes de televisão é vista como sociedade civil que busca garantir o interesse de todos sem vínculo com a classe burguesa, o que ao nosso ver, há toda uma, manipulação pois, a federação da indústria é da área privada e dos capitalistas, cujos mesmos, jamais estariam preocupados com a cidadania (direitos) dos populares.

Assim, existe uma tendência nos trabalhos produzidos sobre movimentos sociais na referida década, identificada com a ação das ONG’s, principalmente com aquelas que tentavam ocupar as atribuições do Estado na garantia dos direitos sociais, concebidos na

época como “mínimos sociais” e dirigidos especialmente para os usuários tradicionais da política de assistência social (na lógica do Estado).

Nesse sentido autores mais críticos identificam o debate sobre movimentos sociais na década mencionada como fragilizados, despolitizados, cooptados etc., principalmente, aqueles que optaram por se transformarem em ONG’s e ingressarem no terceiro setor, porém há um conjunto de movimentos sociais que permaneceram se contrapondo ao neoliberalismo e a forma escamoteada do “modelo” culturalista de atuar em movimento social.

De acordo com (Gohn, 2000, p. 20) nos anos 2000, volta-se a falar em movimentos sociais conforme a tradição das décadas de 1970 e 1980, uma vez que o cenário econômico expresso pela queda do real e na quase paridade com o dólar americano, vigente de 1994 a 1999, que iludiu as camadas médias e, por conseguinte, alterou as formas de pensar da classe trabalhadora que lutava por melhorias de equipamentos públicos anteriormente. As alterações na política econômica ocorridas em 1999 implicam em mudanças no estilo de vida das diferentes classes e camadas sociais brasileiras, conforme explicação no excerto abaixo:

Fim da era do consumo fácil importados pelas camadas médias, aprofundamento da recessão e recrudescimento das taxas de desemprego. As reformas administrativas do Estado agravaram a instável estabilidade dos funcionários públicos. Entretanto, o cenário político-econômico é outro. Novos atores entraram em cena; desta vez não para lutar contra exclusão clamando por cidadania e direitos sociais, mas lutando pela inclusão, pela integração dos excluídos que o sistema gera. Trata do contraditório terceiro setor (GOHN. 2000, p. 20).

Esse contexto é marcado pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, que acentua as contradições capitalistas quando presenteia o mercado com a privatização de 90% das empresas estatais e torna inviável a maioria dos direitos garantidos pela Constituição Federal de 1988. Os movimentos populares estavam há quase uma década desmobilizados, sua participação ocorria mais nos conselhos, fóruns e outras formas mais ou menos institucionalizadas. Aspecto adotado daí por diante, para quebrar a atuação dos movimentos sociais.

No final dos anos 1990, e durante os governos de Lula e Dilma, os movimentos sociais tiveram uma atuação maior que os anteriores, os quais só voltam a cair na desmobilização por volta do final do primeiro Governo Dilma Rousseff e seguem até hoje com maior intensidade. Pode se notar que mesmo nesses espaços institucionais referidos (conselhos), essa participação se restringe a alguns conselhos de interesse do

Estado e de governos, por exemplo, em Belém, os conselhos estadual e municipal, deixaram de funcionar. O Estado e seus governantes, pouco atendem as demandas dos negros, o que tem levado ao refluxo e descontinuidade das ações coletivas e dos movimentos negros.

Os dois governos do referido presidente (Fernando Henrique Cardoso) investiram no neoliberalismo dando visibilidade ao que se denominava à época, de terceiro setor, ou seja, uma estratégia ideológica de reforçar a tese do “fim da história”, da luta de classes e ao mesmo tempo iludir para o fato de que existia um meio termo entre a classe burguesa (mercado) e a trabalhadora (o que se sabe, essa relação de classes não é possível) por essas vias.

O compromisso de tal governo com esta ideologia se manifestou com a "primeira dama", a socióloga Ruth Cardoso, que coordenava uma espécie de gabinete exclusivamente para desenvolver uma política de governo, com legislação específica, voltada para atender as "ONG's e o terceiro setor" e dá assistência aos governos regionais no sentido de incentivar os movimentos sociais, associações despolitizadas a investirem em práticas empreendedoras, um dos motes do neoliberalismo.

As transformações das ONG's são também resultados das estratégias políticas contidas nas novas políticas sociais dos Estados e governos nacionais, nos anos 90. Por tudo isso o terceiro setor é um tipo "Frankenstein": grande, heterogêneo, construído de pedaços, desajeitados, com múltiplas facetas. É contraditório, pois inclui tanto entidades progressistas como conservadoras; abrange programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais pautadas pela lógica do mercado. Um ponto em comum: todos falam em nome da cidadania (GOHN, 2000, p. 22).

A cidadania com categoria da sociedade civil também foi alvo de despolitização, pois como a orientação era de que não existiam mais *conflitos e classes em conflito*, todas as organizações e movimentos, buscam o bem-estar da sociedade. Embora exista uma discussão sobre a dimensão liberal da cidadania, não se pode negar que os princípios expressos em tal categoria foram construídos a partir da luta de segmentos democráticos, em sua maioria organizados em movimentos sociais. Aqui podemos aplicar o conceito de “ideologia do mascaramento”, um jogo de cena muito bem feito pelo governo e pelo Estado que podia ser confundido como política pública.

Ainda para (Gohn, 2000, p. 37) é importante refletir e chamar a atenção para as "estratégias políticas das ONG's" e as "múltiplas facetas do terceiro setor" na relação

com o Estado, governos e suas "novas políticas sociais". Pois os discursos, tanto do "terceiro setor" como das "ONG's"¹², desde que os mesmos se instalaram no Brasil, seria de que seus projetos e programas sociais estariam contribuindo com a "emancipação dos setores populares, com uma sociedade mais justa, igualitária etc., porém, os mais de 30 anos que esse modelo de "ação social" se instalou no país, seus maiores beneficiários são um pequeno grupo de dirigentes. Como não se trata de denúncia, chamamos a atenção para que se conheça o papel institucional de cada tipo de organização e em especial os movimentos sociais que teoricamente e conceitualmente, em tópico anterior, apontamos as diferenças entre ONG's, terceiro setor, mobilização e movimentos sociais.

E mais, ainda nos referindo à análise de Gohn, o contraditório é que se trata de entidades "conservadoras e progressistas", sua maioria a serviço do "mercado", seus "projetos e programas", de cunho "assistencialistas e compensatórios", mas com um ponto em comum: "todos falam em cidadania", "justiça social", "igualitário" e "defesa dos populares", quando na maioria das vezes, atendem aos interesses do capital privado internacional, para especular as riquezas ambientais do nosso território e até mesmo, servir como instrumento de espionagem para controle ideológico e político, dos movimentos sociais que lutam, combatem e protestam, contra a exploração e dependência dos organismos dos países centrais do capitalismo que em geral podem estar a serviço dessas organizações, espalhadas por todo o país a benefício de interesses externos e camuflados por seus coordenadores locais, inclusive se passando por movimento social. O texto a seguir completa nossa argumentação:

Glória Gohn afirma que, o terceiro setor não substitui a forma movimento social - típica das ações coletivas de protesto, resistência e lutas que vigorou nos anos 1970 e 1980. Porém, ele se alimenta das conquistas dos movimentos sociais, principalmente as que foram consolidadas no plano da lei. Mas uma parcela dele retraduziu as práticas daqueles movimentos para práticas de cunho despolitizado e reelaborou os objetivos das ações coletivas, de lutas contra a exclusão social gerada pelo modelo econômico para frentes de trabalho que buscam a inclusão e a integração social no modelo econômico atual, nos modelos propostos pelo governo e agências de financiamento (GOHN, 2000, p. 22).

¹² Cf. Maria da Glória Gohn. A grande maioria das ONG's está mudando de nome para simplesmente terceiro setor. As novas redes associativistas estão contribuindo para o que já foi denominado como empowerment (empoderamento) dos setores populares em nossa sociedade. Um dos problemas dessas instituições é que seu impacto na realidade é lento e muito pontual e os problemas sociais são graves e necessitam respostas urgentes [...] (GOHN, 2000, p. 37).

Poderia se dizer que as estratégias montadas pelo terceiro setor são de adequar (manipular) a luta política dos movimentos sociais brasileiros, a um modelo econômico, que atenda aos interesses do mercado global, com intuito de poder receber financiamento para os seus projetos. O que se nota ser grave em tudo isso é a consolidação de grupos de técnicos especializados que com os dados da realidade de uma determinada organização social, por exemplo, quilombolas que têm parte de seus territórios garantidos em lei, findam tirando proveito mais em benefícios desses técnicos (burocratas do mercado) que em favor dos quilombolas ou grupos de comunidades urbanas, são os que mais tiram proveito.

A ONG's ou o terceiro setor faz o projeto, presumidamente, para passar a ideia de que esse movimento social quilombola não teria competência para tal desenvoltura intelectual, que no nosso entender e concordando com Gohn despolitiza, marginaliza, esvazia sua luta política, desmobiliza e repete o cabresto da escravidão e dos modelos de controle racistas e classistas, que enfraquece a liderança, a autonomia, a autoestima da luta e da organização social dos movimentos, para atender interesses do mercado de capital neoliberal do mundo global, descaracterizando a luta das organizações sociais.

Mesmo com essas manobras do terceiro setor para dar um novo sentido ao processo de desmobilização social e confundir a população em geral, tal estratégia na avaliação dos analistas, não conseguiu impedir a capacidade dos setores organizados que acumularam práticas e experiências das décadas anteriores (60-70 e 80), os quais se mantiveram na década de 1990 e ampliaram suas atuações para as décadas seguintes, em nível da esfera pública e da cidadania (direitos sociais), visto que o ano 2000 é o ano da retomada dos movimentos sociais no Brasil, nós temos acordo com Gohn (2000), por estar investigando o período que vai de 1995 a 2013, mais há que se dizer que essas organizações não governamentais continuam garantindo os seus projetos e seus “prestígios” nessa nova dinâmicas de “governos populares” e a serviço do mercado, mascarando de foto o que são.

É importante entender a problemática da participação social das classes populares em movimentos sociais, ONG's ou entidades do terceiro setor, na sociedade brasileira atual. Esse final de século XX, se encerra com grandes mudanças no mundo do trabalho, e essas mudanças estão afetando todo o modo de vida das pessoas. A origem do processo de exclusão é dada por três ordens básicas de fatores: pelas

inovações tecnológicas que eliminam determinadas profissões ou funções na cadeia produtiva; pelas reengenharias administrativas no mercado de trabalho, reduzindo cargos, hierarquias e funções; e pelas reformas estatais nas leis do país que possibilitam a flexibilização e a desregulamentação do sistema de normas e contratos sociais (GOHN, 2000, p. 36).

A atuação pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores, no processo de evolução histórica da humanidade por meio de mais um instrumento de luta para se contrapor ao processo de exclusão sofisticado da classe dominante, cria suas ferramentas estratégicas que são os movimentos sociais. Entre os quais destacamos o movimento social negro, que é uma estratégia eficiente, pois a história dessas organizações no campo das camadas populares tem dado conta de combater o principal resultado do processo de exclusão que é o aumento permanente do desemprego (e com isso a miséria brutal), porém, essa exclusão histórica, no curso da sociedade moderna tem ampliado gravemente a violência, a marginalidade e a banalização da vida da população negra.

Podemos exemplificar, que as maiores vítimas do sistema liberal de dominação, permanece sendo a população negra e, vítima do principal elemento estrutural e estruturante, forjado no curso desse sistema: o racismo como *fato social total*, aspecto que será devidamente aprofundado em seu capítulo específico desta dissertação. Que segundo Entrevista à Revista Democracia 44, 2010 Joel Rufino dos Santos afirma: “O racismo é uma forma de dominação estrutural na sociedade brasileira que só adquire sentido por meio da luta social, da luta de classes, da luta contra a ordem” Disponível em: <http://www.ibase.br/userimages/dv_ibase_44_entrevista%2820-33%29.pdf>. Acesso em: 12 de agosto de 2017.

O que implica afirmar que a sociedade brasileira de origem predominantemente constituída pela classe trabalhadora em que a maioria empobrecida (compulsoriamente) é negra, a qual acaba sendo a mais prejudicada com as crises constantes do capital, mas as condições de vida desta população, finda sendo a mais grave. O que implica dizer, que desde que foi criado¹³ o movimento social negro, mesmo com o refluxo, próprio do processo de contradição existente em sociedades pautadas por dominação e subordinação/resistência, como a brasileira em condições “espontâneas”, nas primeiras décadas do século passado, como ênfase na década de 1930, quando o Movimento

¹³ Ver Domingues (2007) e Fernandes (2008).

Negro demarca suas mais intensas manifestações, mobilizações, protestos e ações coletivas do início do século XX.

O reflexo do neoliberalismo organizado no Brasil a partir dos anos 70, mostrado até aqui, foi fruto de longas transformações e processos, ocorridos na sociedade brasileira desde as primeiras décadas do século passado, forjados por trabalhadores negros; trabalhadores não negros; trabalhadores estrangeiros entre outros. Tais transformações e processos, passamos discutir suas diversas formas de organizações sociais entre as quais, foram lideradas pelos movimentos sociais diversos e o Movimento Negro como forma restrita e específica, de ações coletivas em busca de direitos raciais, político, econômicos e culturais.

Esse quadro dinâmico de atuação do Movimento Negro, do início do século XX, pode ser verificado, até os anos 30, que as lutas, organização social, as relações de classes e políticas, sofrem bastante alterações. A questão social e até mesmo racial se altera com o advento da abolição da escravatura e a proclamação da República. A mão-de-obra escrava gradativamente é substituída pela assalariada, dominada amplamente pelos imigrantes. As classes dominantes compunham-se da elite agrária e vinculada à burguesia inglesa, hegemônica nessa fase. Porém, o modo de produção, sofre pequenas alterações com a nascente da incipiente industrialização nacional e a formação de um proletariado urbano. Derivando deste as organizações de luta e resistência dos trabalhadores através das ligas, uniões, associações de auxílio mútuo entre outras. Florestan (2017) nos lembra de um “ativismo negro que nascia em São Paulo no curso da década de 1920 e se estende até os anos 40 tendo por base os movimentos sociais espontâneos”.

Os principais movimentos sociais do período de 1930 a 1937 podem ser listados de forma simplificada como sendo: A Frente Negra Brasileira, Movimento dos Pioneiros da Educação, Marcha Contra fome, Revolução Constitucionalista de São Paulo, Movimento Pau de Colher (ocupação de terra na Bahia) etc., lembrando sempre que o destaque é para o movimento negro insurgente nesse período.

Nos anos de 1940 a 1964, podemos listar na ordem de prioridade e interesse do nosso trabalho, (antes lembrando que a literatura aponta como uma fase da "história de um regime populista, bastante fértil em termos de lutas e movimentos sociais"). Início da redemocratização do país, conjugada com um cenário internacional de

desenvolvimento da sociedade de consumo, e a política da "Guerra Fria entre Estados Unidos e URSS", ou seja, entre capitalistas e socialistas. Surgem nesse período os "projetos nacionalistas de desenvolvimento nacional", com a instalação de indústrias multinacionais para o setor de energia, cria-se a Petrobrás; estradas, silos, portos e usinas hidroelétricas com o patrocínio do Estado. Um destaque nesse período para a construção da capital do país: o Distrito Federal – Brasília (1961). Esta cronologia panorâmica tenta dar conta de como se desenhou a conjuntura política que antecede ao golpe, no âmbito da sociedade civil e suas organizações de classe.

Entre 1961 e 1964, centenas de greves foram feitas no país e no campo dois importantes movimentos sociais, devem ser levados em conta: as "Ligas Camponesas do Nordeste e o Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER)", no Sul do país. Na educação criou-se o "Movimento de Educação de Base (MEB)", na área da cultura e dos estudantes, surge o chamado "projeto de desenvolvimento nacional autônomo", que serviram para a produção de eventos, publicações e movimentos, tais como os "Círculos Populares de Culturas (CPC) e a União Nacional dos Estudantes (UNE).

De 1964 até meados dos anos 1974, atravessamos ciclo de desmobilização e de profundo refluxo das organizações populares. No segmento da classe trabalhadora operária pode se registrar as greves de Contagem (MG) e Osasco (SP). No contexto internacional destaca-se o Maio de 68 na França que influencia os estudantes brasileiros, no mesmo período o governo militar reage com os seus aparatos de controle e repressão, outorgando o Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968.

A partir de 1974 o Brasil passa a enfrentar a crise internacional do petróleo e o chamado "milagre brasileiro" entra em decadência. Aparece nas cidades brasileiras uma nova modalidade de organização popular com a participação de setores da Igreja Católica, motivada pela "Teologia da Libertação", uma experiência de socialização da Igreja Católica que se voltava à defesa dos interesses da classe trabalhadora e dos oprimidos (os negros entre os oprimidos são os mais afetados, mas ninguém lembra deles) em geral. O resultado dessa ação da Igreja são as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), que mobilizaram e auxiliaram movimentos em todo o país, cujas reivindicações tinham como demanda a melhoria do custo de vida, transportes, saneamento, terra (habitação), saúde, educação ("escolas para todos")¹⁴ etc.

¹⁴ Ver BARRETO (1996).

Os anos 80, do início ao fim, foi marcado pela culminância sociopolítica das lutas dos movimentos em geral (não institucionalizados) e no campo institucional. Começamos pelo movimento das *Diretas Já* que deflagrou a morte do regime militar, a campanha das eleições diretas para presidente da República, que só aconteceram em 1989, porém, entre 1984 e 1988, tivemos a mobilização pela Constituinte e em seguida a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, denominada de “cidadã pelo deputado pemedebista Ulisses Guimarães”. Recebe esta denominação devido a atuação ativa dos movimentos sociais que fizeram ser aprovadas leis que buscam reconhecer direitos básicos da maioria da população espoliada. Constituição hoje praticamente desconsiderada diante do quadro de contrarreforma exacerbada que vivemos.

Como o nosso objetivo aqui é refletir acerca de como as teorias e conceitos, dos movimentos sociais, se desenvolveram na prática do jurídico-político e na sociedade civil brasileira. O quadro acima demonstra que as *Diretas Já* e as mobilizações para a Constituintes, seguindo teoricamente e conceitualmente, não podem ser considerados como movimentos sociais, apenas mobilizações, manifestações e protestos, os quais são definidos como ações coletivas generalizadas.

A década de 1990, considerada como reflexo do pensamento neoliberal, para os movimentos sociais é tida pelos analistas como fase de grande desarticulação, diante do efeito da crise internacional do capitalismo globalizado, que atinge as conquistas recentes com a introdução das políticas neoliberais. O movimento social negro foi um dos movimentos sociais, que no início dessa década e no decurso, esteve bastante mobilizado e reorganizando a sua retomada em todo o país. Podemos citar uma ação de cunho federativo que só havia ocorrido nos anos 1930, que foi a criação da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN, 1991), por meio de encontro nacional, o que resultou na campanha do tricentenário a Zumbi dos Palmares e a Marcha pela Vida e Cidadania, a Brasília. Aspectos da luta do negro que será melhor aprofundado no próximo capítulo.

No ano 2000 o Movimento Negro com repercussão nacional e regional participa ativamente da III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, promovida pela ONU, realizada em Durban na África do Sul, evento que repercutiu positivamente na agenda do Estado e do governo brasileiro, cuja grande expressão foi a discussão e implantação da política de “Ação

Afirmativa” expressa pelas cotas para ingresso no ensino superior nas universidades públicas e privadas, como uma das principais demandas do Movimento Negro.

Tivemos durante o ano 2000 e nesse início de século o movimento dos "500 anos de descobrimento do Brasil", cujos atores principais que estavam nessa mobilização conjuntural eram índios e negros, e alguns segmentos dos movimentos sociais em geral foram envolvidos: mulheres, camponeses e sindicatos.

Os estudantes, professores e outras categorias (profissionais) passam a protestar e se organizar, contestar as políticas de governo federal e de governos regionais. Os sindicatos dessas categorias se articulam e realizam inúmeras greves, o MST volta a reagir, o que finda culminando com o processo eleitoral e a eleição do novo presidente da República que se apresenta como uma esperança para o povo brasileiro e fundamentalmente para os movimentos sociais e sindicais.

O percurso teórico e conceitual do impacto do neoliberalismo no Brasil dos anos 1990 e no decorrer do governo Luís Inácio Lula da Silva (o Lula) nas relações sociais e política, envolvendo ação de Estado e de governos e os movimentos sociais. Nos foi possível apontar até aqui um quadro muito dinâmico da desenvoltura do neoliberalismo no Brasil. Nos cabe agora trazer para esse fecho, aspectos gerais do governo do PT e seus aliados, para que se saiba como se desenhou os dois governos Lula.

De acordo com (Conceição, 2016, pp. 2-12) a tradição radical, socialista e classista defendida pelo PT desde seu nascimento, sempre esteve permeada por mecanismos de luta política de cunho partidário, sindical e movimentos sociais. Tanto que se pode identificar a Central Única dos Trabalhadores – CUT; o Partido dos Trabalhadores – PT e o Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST e o apoio, desde o início da criação dessas três forças políticas da ala “progressista” da Igreja Católica.

Depois de 23 anos de lutas e participação em quatro eleições para Presidente da República, o PT elege a sua principal liderança, nesse longo percurso muitas coisas o partido teve de se adequar e redimensionar, para conseguir eleger seu candidato. Por conta de sua posição de classe defendia a ruptura com o neoliberalismo, porém em 2002 em plena campanha eleitoral teve que voltar atrás, através da publicação da “Carta ao Povo Brasileiro” isso fez com que defendesse uma “necessária revisão tática” de abdicar

da ruptura e assumir “o compromisso com uma **transição progressiva e pactuada**” (Castelo, 2012, p. 626), citado por (CONCEIÇÃO, 2016, p. 9).

Essa decisão, implicou com que o primeiro governo do Presidente Lula, seguisse os ditames do neoliberalismo que é o Consenso de Washington (superávit primário, metas inflacionárias e câmbio flutuante) e no seu segundo governo os economistas do PT liderados por Mercadante e Pochmann, apresentaram o “novo desenvolvimentismo” como o modelo (de política econômica) de gestão do governo Lula. Que seria na visão de Pochmann, os mecanismos para esta transição das políticas macroeconômicas, sociais e externas operadas pelo PT a partir da máquina estatal após as eleições presidenciais, sem aprovações de reformas constitucionais ou de embates diretos com as forças de sustentação do neoliberalismo.

O Brasil de Lula tem início em 2003 e vai até 2011. No primeiro mandato, ainda que sob a lógica neoliberal imprimiu muitas reformas e mudanças, no segundo mandato implantou o modelo de economia “novo desenvolvimentismo”. As medidas de seus governos são consideradas progressistas, conservadoras e conciliadoras, para atender ao acordo político da “transição progressiva e pactuada”, isso se deu com as mediações e contradições. O governo de Lula tendeu as demandas históricas dos movimentos sociais, incorporando em sua agenda de políticas públicas muitas reivindicações das classes populares, com a construção de um marco institucional regulatório, dividido por nós em duas fases uma que garante demandas populares específicas e a outra que assegura demandas mais gerais: a) demandas da primeira fase -, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres; a Lei nº1.340/2006 Maria da Penha; a Lei nº10.639/03 que altera a Lei nº 9.394/1996 (Diretrizes e Bases da Educação nacional), para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”; a instituição do Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro); a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com isso, cria a Política de Promoção da Igualdade Racial e o Programa Brasil Quilombola; Lei n. 12.711/2012 concernente às cotas raciais dirigidas ao Ensino Superior; b) demandas da segunda fase o reconhecimento da união estável, e do casamento entre pessoas do mesmo sexo e a legalização da adoção de crianças por pares homoafetivos; as leis 11.324/2006 e 150/2015 que ampliam os direitos dos trabalhadores domésticos; o decreto 8.727/2016 que permite o nome social para

transgênicos, transexuais, travestis em escolas e delegacias; e a Lei nº13.104/2015 que torna o feminicídio crime hediondo, etc.

As conclusões que chegamos para atender ao objetivo central deste capítulo estão muito bem definidas por um conjunto de pensadores especializados em ações coletivas e movimentos sociais. Podemos considerar que os clássicos movimentos sociais surgem com o advento da origem da sociedade moderna, do capital e do trabalho. Conforme é definido por Del Rio (2017) “é o movimento dos trabalhadores ou o Movimento Operário–popular (MOP), que nasceu praticamente junto com o capitalismo e cujas principais expressões são o sindicalismo, partidos socialistas e comunistas, conselhos de fábrica, movimento estudantil etc.”.

Com relação a teoria dos movimentos sociais conclui-se que até os dias atuais há uma vasta produção teórica sobre o assunto e um conjunto de correntes com os mais diversos tipos de abordagens. A nossa revisão foi capaz de sistematizar entre as teorias e as correntes, o necessário entre os interpretes para subsidiar a nossa abordagem dialética para o campo da história e da sociologia, o que nos fez compreender os movimentos sociais no Brasil, em particular o movimento social negro. O trecho a seguir amplia a nossa explicação.

Em outras palavras, com a teoria dos novos movimentos sociais, os sociólogos contemporâneos podem ocupar-se da subjetividade sem abandonar uma visão instrumental e materialista das condições que impulsionam esses movimentos e, em última análise, determinam seu êxito. O modo de produção mudou, novos tipos de privações surgiram, e os novos movimentos sociais são o resultado lógico de tudo isso. Sociedades pós-materialistas, pós-industriais, pós-afuentes, baseadas na informação, constituem arranjos estruturais que criam, exatamente nessa ordem, novas formas de estratificação, novos grupos de conflito, novos padrões de dominação e novas percepções dos objetivos e interesses em jogo (ALEXANDRE, 1998, pp. 1-25).

Ainda refletindo sobre as teorias dos movimentos sociais Alexandre (1998) define que “a teorização sobre os novos movimentos sociais serviu de ponte legitimadora entre o modelo clássico de movimentos sociais e a compreensão empírica de determinadas tendências inevitáveis na vida social contemporânea”. O que nos leva a compreender a partir do enfoque clássico o significado cultural imbricado nas teorias dos novos movimentos sociais. Aspectos que são marcados desde o final do século XIX à primeira metade do século XX; dos anos 1960 ao final da década de 1980; e dos anos 1990 até a atualidade, respectivamente marcados pelas abordagens aqui denominadas clássicas, neoclássicas e contemporâneas (MUTZENBERG, 2017, p. 6).

Com isso fica subtendido que “não há um consenso sobre a definição de movimento social”, mas de toda forma de acordo com Del Raio (2017) pode ser “uma definição simplificada seria a de que movimentos sociais são formas de ação coletiva com algum grau de organização”. É com esse conceito resumido que seguimos adiante a nossa investigação para compreendermos Movimento Negro e ação coletiva de combate ao racismo na realidade deste movimento em Belém.

CAPÍTULO 2 - MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: AÇÃO COLETIVA DE COMBATE AO RACISMO

No primeiro capítulo, que tem por base a revisão de literatura, apresentamos uma compreensão sobre a origem, a história, a teoria e os conceitos de ações coletivas e movimentos sociais, na visão de um conjunto de pensadores da Europa, dos Estados Unidos, da América Latina e do Brasil. Neste capítulo que se inicia, vamos fazer uma análise a partir da historiografia e da sociologia sobre a ação coletiva principal, da qual se origina as demais ações coletivas que dão origem a um tipo restrito e específico de movimento social que é o Movimento Negro desenvolvido no Brasil desde a chegada do negro africano para ser escravizado, fechando-o com a particularidade do Movimento Negro em Belém do Pará com reflexo na Região Amazônica, no período que vai de 1995 a 2013.

Lembramos que o contexto de nossa investigação, periodizado acima, inicia-se com os dois governos do PT em Belém e o fim desses governos no país. O nosso percurso historiográfico e sociológico, para este capítulo faz uma retrospectiva panorâmica sobre a periodização que vai desde os primeiros sinais de Movimento Negro no Brasil, ocorrido durante toda a escravidão e no curso da colônia e do império até refletir-se com mais aprofundamento sobre a atuação do Movimento Negro em Belém no período mencionado acima.

Para dar conta de compreender essa longa trajetória, usamos o procedimento metodológico histórico-sociológico, que tem como foco a abordagem dialética (“matriz marxista”) a partir de uma análise da literatura especializada sobre o Movimento Social Negro Brasileiro (MSNB). A metodologia de análise parte de um sucinto panorama historiográfico da trajetória deste movimento que vai desde a colônia, porém centralizamos a análise nas primeiras décadas do século XX, com ênfase nas décadas de 1930, 40 e 50, se estendendo até aos anos 1960.

A década de 1970 para esta dissertação é considerada como um período emblemático e estratégico, cujo contexto econômico, político, social e cultural no mundo tem reflexo fortíssimo no Brasil, dado o momento de um lado de repressão contra os movimentos e de outro a luta pela redemocratização do país, além de ser a década em que o neoliberalismo começa a se desenvolver no mundo. Para a temática do movimento negro brasileiro, esse momento conjuntural tem um grande significado, pois

é neste contexto que se dar a retomada de sua organização, o que repercute, na origem do Movimento Negro em Belém, onde sua delimitação cronológica e conceitual pode ser entendida como sendo o estudo da ação coletiva de combate ao racismo e do Movimento Negro nesta capital.

O objetivo deste capítulo é fazer uma análise historiográfica e sociológica da produção teórica brasileira sobre a ação coletiva e o Movimento Social Negro no Brasil, tendo como referência a ação coletiva de combate ao racismo e o Movimento Negro em Belém, no período que vai de 1995 a 2013, conforme delimitação cronológica definida para esta investigação.

A cidade de Belém vive neste período o reflexo da dinâmica popular imposta pela gestão dos governos municipais do Partido dos Trabalhadores (PT). As ações coletivas demandadas pelo Movimento Negro em Belém estão institucionalmente sendo discutidas e viabilizadas pelo Conselho Municipal do Negro de Belém (CMNB). E o Congresso da Cidade¹⁵ – mecanismo de decisão e participação popular da Prefeitura Municipal de Belém (Belém, 2003, p. 218) canal por onde se debatia e disputava as demandas (ações coletivas) de todos os movimentos negros de Belém. Os quais passam a fazer parte de uma agenda de Estado e do governo da capital.

Didaticamente a nossa metodologia fundamenta os vários aspectos elencados nesta introdução, iniciando pelo contexto dos anos 70 no mundo e no Brasil, apontando como premissa a reordenação do capitalismo com o surgimento de um “novo regime econômico o neoliberalismo”, que passa a vigorar no mundo e impor sua lógica imperialista para todos os países do mundo global.

O contexto mundial e local para este capítulo está centrado em uma retrospectiva panorâmica de reflexo do pós-escravidão, das primeiras reações dos negros diante da nascente sociedade capitalista que impede a sua *inserção* e *integração* em dada sociedade. É por isso que temos à década 1970, como significado simbólico e estrutural, a qual é marcada por mais de uma centena de crise (do capital) no mundo todo e marca acirradamente, o confronto dialético entre capital e trabalho, estruturando esse conflito de classe dominante e classe dominada, desde essa década até aos nossos dias, explicações que podem ser comprovadas no texto abaixo.

Houve centenas de crise financeiras ao redor do mundo desde 1973, em comparação com muito poucas entre 1945 e 1973, e várias dessas foram

¹⁵ Ver Direitos humanos: Opção política e construção da cidadania em Belém, 2003.

baseadas em questões de propriedade ou desenvolvimento urbano. Da mesma forma que o neoliberalismo surgiu como uma resposta à crise dos anos 1970, o caminho a ser escolhido hoje definirá o caráter da próxima evolução do capitalismo (HARVEY, 2011, p. 14-16).

O aprofundamento das explicações para o contexto mundial dos anos 1970 pode ser bem compreendido segundo a análise da Obra: *Os limites do capital* (David Harvey, 2006, p. 1) descrita em uma tentativa de tornar o pensamento político-econômico de Marx mais acessível e mais relevante para os problemas específicos da época. Trata-se da década de 1970, quando palavras como "globalização", "derivativos financeiros" e "fundo *hedge* não faziam parte do nosso vocabulário, quando o euro e organizações como Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) eram meros devaneios, e quando a mão de obra organizada e os partidos políticos substantivamente (em oposição a nominalmente) ainda influenciavam a política dentro da estrutura aparentemente sólida de determinado Estado-Nação (HARVEY, 2006). Para alguns leitores do nosso trabalho pode achar estranho, essa importância, mas fiquem atentos pois, os sujeitos de nossa as ações coletivas e do Movimento Negro em Belém vão ressurgir de um conflito gerado nesta década, por isso achamos relevante, trazê-la à tona.

O autor considera a década de 1970 uma década tumultuada. Afirma, também, que a crise global se deu com a finalidade de acumulação de capital que se aclarava a pior desde os anos 30. O forte intervencionismo estatal que havia prevalecido na maioria dos países capitalistas avançados embargo do petróleo subsequente à guerra entre Israel e os países árabes em 1973 mascarou o início da recessão e levantou o problema de como o petrodólar que fluía para os Estados do Golfo seriam reciclados para a economia global mediante o sistema financeiro (Harvey, 2006, p. 2).

E mais, antes que tudo começasse e depois de que tudo chegasse ao fim.

O limite do capital foi escrito antes (1982) de Thatcher e Reagan assumirem o poder, antes de a China começar sua impressionante onda de desenvolvimento capitalista, antes que a finalização de tudo parecesse normal, antes que a terceirização e a mobilidade do capital global comessem a desafiar seriamente os poderes soberanos dos Estados-nação para regulamentar alguns aspectos de seus próprios negócios (HARVEY, 2006, p. 2).

David Harvey nos ajuda a compreender um modelo econômico de desenvolvimento capitalista de livre mercados após 1945 e que gerou altos índices de crescimento que enfrentava dificuldades. O mercado, responsável pela crise de 2008, que afetou o Brasil e que ainda se manifesta até hoje neste país. Ele se refere a um

projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970, denominado de neoliberalismo, mascarado por retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, o que foi muito marcante nos governos da década de 1990 no Brasil (HARVEY, 2011, p. 9-16).

O período da redemocratização da sociedade brasileira, para o renascimento do Movimento Negro (reorganização, retomada), faz coro com as reações deste movimento em nível internacional diante da luta dos negros pela descolonização dos países africanos, a luta contra o "Apartheid" na África do Sul e as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos ("movimentos dos Panteras Negras"). O racismo no Clube Tietê e a violência relativa a morte do operário Robson Silveira da Luz em São Paulo, de onde gerou a primeira grande manifestação de cunho local e nacional que mobilizou o Brasil negro em 1978, colocando Belém na agenda de lutas antirracistas. A nossa base de análise é o surgimento do Movimento Negro Unificado e sua contribuição para a origem do Movimento Negro em Belém.

2-1-Um breve percurso historiográfico e sociológico do Movimento Negro

Nossa análise em fontes históricas, da literatura especializada foi no sentido de historicizar, que não quer dizer fazer o papel do historiador propriamente dito. E, sim, de buscar as origens dos movimentos sociais (especialmente os movimentos negros) históricos ("clássicos") e contemporâneos, na tentativa de compreender a sua institucionalização enquanto movimento social e sua ação coletiva principal como objeto de estudo e sujeito desta pesquisa. Institucionalização (acadêmica), que só passa a ocorrer a partir dos anos 60 do século XX, com a eclosão dos "Novos Movimentos Sociais", de "mobilização de recursos e política", da "negação do marxismo" e "do reconhecimento"¹⁶, pois os movimentos sociais antes dessa fase podiam ser somente não institucionalizados.

Dados documentais empíricos e teóricos, sobre as ações coletivas e os movimentos negros brasileiros dão conta de que, eles podem ter começado na primeira metade do século XVI com a chegada dos portugueses que transformaram negros africanos (em mercadoria) em escravos e a reação de tais escravos a essa condição desumana, foi a criação do seu primeiro mecanismo de luta política coletiva, o

¹⁶ Ver Teorias dos Movimentos Sociais (Gohn, 2014).

“Quilombo dos Palmares (1595-1695)”, que pode ser considerado o primeiro movimento camponês do Brasil. Mas de acordo com Petrônio Domingues (2007) “o tema do movimento negro ainda é subexplorado pela historiografia brasileira”, o que de certa forma é verdade, dada a dificuldade que ainda se encontra nas fontes literárias brasileiras sobre este assunto. O que para nós, tem se transformado em um dilema, essa lacuna.

Notícias e noções das diversas formas de organizações dos negros africanos escravizados, durante a Colônia e o Império, vão ser analisadas nesta dissertação, como perspectiva de comprovar tal realidade da história e sociologia dessa organização social negra e suas ações coletivas como mecanismo de luta política.

A cidade de Belém, território onde se origina a nossa ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros objeto, sujeitos e o Movimento Negro como organização de luta política. Nesta cidade, por muito tempo a presença de negras e negros foi considerada baixa como se pode observar em Vicente Salles (2005) “o negro não chegou a se representar quantitativamente de maneira expressiva, salvo em áreas muito limitadas. Mas não deixou de plasmar aí sua personalidade, de influir ética e culturalmente, além de constituir, durante todo o regime da escravidão, o suporte da economia agrária”. Já o contrário para provar a presença marcante de negros nas cercanias de Belém e no Pará, Castro e Marim (2004) apontam “a originalidade da ocupação; suas práticas sociais, em permanente tensão devido à proximidade de Belém e às inserções no padrão”¹⁷, que tal realidade local naquele momento exigia dos negros “livres” e escravizados.

Um outro aspecto que está ligado à nossa hipótese referente a existência de uma lacuna teórica ou de baixa produção intelectual sobre a temática do negro, pode ser verificado ainda em Salles (2005) o qual refere-se “à ausência de estudos especiais sobre o negro na região Amazônica, salvo uma ou outra monografia perdida em publicações de circulação limitada, indicou-me, antes de tudo, a pesquisa de caráter histórico, a fim de reunir a abundante documentação que há dispersa”. É nestes termos que discuto que ainda hoje essa lacuna se faz presente na produção acadêmica de Belém, visto se constatar uma população negra de maioria na capital, de acordo com fontes estatísticas oficiais, chega a 73% (IBGE, 2013).

¹⁷ Ver Treccani (2006, pp. 134-151).

Situar Belém geograficamente e demograficamente, faz parte da nossa metodologia de estudo, pois queremos demonstrar a presença de negros e a necessidade de investigar a realidade destes enquanto sujeitos dinâmicos e seus processos de ações e organizações, como vários estudos e pesquisas têm sido produzidos em outras regiões e estados do país, tais como São Paulo, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro, etc., inclusive, nos remetem aos estudos das ações coletivas e dos movimentos sociais na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina, onde estão inseridos os brasileiros estudiosos deste tema, porém com relação ao Movimento Negro Brasileiro a historiografia e a sociologia, no nosso entender, não têm dado a tenção que ele merece, conforme a literatura revisada, o que nos remete trazer para análise essa realidade.

Para (Glória Gohn, 2000, p. 11) desde os tempos do Brasil Colônia, a sociedade brasileira é pontilhada de lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica e, mais recentemente, contra a exclusão social. A memória histórica registra lutas de índios, negros, brancos, mestiços e pobres que viviam nos vilarejos, e brancos pertencentes às camadas médias influenciados pelas ideologias libertárias, contra a opressão e subalternização dos colonizadores europeus.

A maioria das lutas e movimentos no Brasil Colônia foi empreendida por negros escravos e pela plebe, vulgo "ralé". Eram os indivíduos pobres e livres. A categoria "povo" na época da colonial era dada aos comerciantes e artesãos. No topo da pirâmide social estavam os senhores de engenhos, os militares e funcionários graduados e o clero. Eles eram seguidos pelos lavradores, grandes mercadores e artesãos. Os pobres livres eram os penúltimos, pois os últimos eram os cativos, os escravos (GOHN, 2000, p. 11).

Como podemos observar o texto acima, versa sobre o Brasil Colônia e como hierarquicamente, apresentava-se à sociedade brasileira os negros, o cativo ou escravos, suas condições eram de subalternidade e dura exploração. A participação e a organização do negro (movimentos), nesse período, podem ser consideradas de resistências e ao longo da perversa escravidão podemos apontar a de maior destaque: o Quilombo dos Palmares (1595 - 1695), uma das organizações mais expressivas e contundentes contra os colonizadores e o regime Imperial, cujas relações sociais, políticas, econômicas e comunitárias, podem ser consideradas das mais importantes, por isso seus habitantes ("cerca de 30 mil") foram massacrados e dizimados, por seus algozes a mando do Estado da época (imperialista), pois se imagina que Palmares representava uma forte ameaça, não só a economia açucareira como ao poder político à época.

O referido quilombo foi um marco na historiografia de resistência e de luta do negro; tornou-se uma referência simbólica na cultura política das relações raciais no Brasil, onde a figura de Zumbi dos Palmares é seu maior destaque e serviu para fortalecer a luta histórica que se afirma aos dias de hoje. Para os negros pode ser considerado o primeiro movimento social do campo, o qual tem repercussão intensa para os negros das cidades, cujo quilombo rural é reconhecido como símbolo identitário do negro brasileiro.

(...) O Memorial Zumbi, que reúne entidades afro-brasileiras de todo o país constitui um marco histórico no processo de reconstrução da história afro-brasileira a partir da institucionalização do Dia Nacional da Consciência Negra 20 de novembro (reivindicação antiga do movimento negro) nas suas peregrinações anuais à Serra da Barriga. O tombamento do mais antigo terreiro de candomblé, a Casa Branca da Bahia, foi uma vitória alcançada, pelo menos em parte, pelos esforços do Memorial Zumbi e da comunidade negra (NASCIMENTO, 1984, pp. 3-7).

Outros movimentos compõem o cenário do longo período da escravidão: Balaiada (Maranhão, 1830 - 1841), a Revolta dos Malés (Bahia, 1835), a Cabanagem (Pará, 1835 - 1843) etc., todos massacrados pelas forças repressivas da República Velha e seus aparelhos de opressão de Estado.

Outro marco de resistência e sobrevivência do negro entre esses movimentos a que estamos nos referindo, são por exemplo, as irmandades urbanas. De acordo com Santos (2010) resquícios de organização de resistência ainda vão ser encontrados nessa passagem de uma economia agrária para uma economia de caráter industrial. "[...] as irmandades religiosas negras, algumas do século XVIII - Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e outras que tiveram papéis importantes na luta contra a escravidão". A assistência social estava exclusivamente nas mãos dessas associações, que ofereciam aos seus membros tratamentos de saúde, auxílio financeiro, empréstimo e mesmo pensões para as viúvas e seus filhos. Muitas delas eram formadas por negros de baixa renda, que se reuniam regularmente para ouvir músicas, dançar e conversar (2010, p. 13). Não deixemos de também fazer referência às “Comunidades Tradicionais de Terreiro”, que trataremos com um pouco mais de atenção no próximo tópico.

Com a diáspora dos negros à escravidão de mais de 4 séculos, ocorrida na sociedade brasileira (desde os anos 1530 do século XVI), as irmandades foram, provavelmente, os primeiros tipos de associativismos¹⁸ (urbano) dos negros

¹⁸ Ver Marx (1986)

escravizados, livres e cativos, na luta por direitos essenciais como a compra de suas "cartas de alforrias" dos escravocratas; esse modelo próprio de organização do negro, se desenvolveu por todo o território nacional. Em pesquisa desenvolvida por nós, encontramos essa experiência em Belém e em diversos municípios do Pará: em Belém, um destaque para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos (hoje Igreja do Rosário, no bairro da Campina); em Cametá encontrou-se a Irmandade de São Benedito dos Pretos e dos Inocentes" (CONCEIÇÃO, 1995).

Entre os vários movimentos e revoltas pela emancipação do negro a que fizemos referência anterior, está a Cabanagem, ocorrida no Pará, no período 1835 a 1940 do século XIX, que se configura em um dos "movimentos revolucionários e populares" do Norte do país no qual os negros tiveram grande participação como protagonistas das lutas travadas contra os grupos dominantes da época e o poder coercitivo e opressor do Estado (imperialista), para proteger os interesses das oligarquias e das elites brancas escravocratas locais.

Entre 1835 e 1840, a cidade de Belém e vários municípios, explodiram em sangrentos movimentos populares independentistas: a **Cabanagem**. Desde a emancipação política do Brasil, em 1822, o Grão-Pará vivia um clima tenso. Distante das decisões do sul do país e fortemente ligada a Portugal, Belém somente reconheceu a Independência do Brasil em 15 de agosto de 1823, quase um ano após a sua proclamação (SALLES, 2004. p. 33).

Ainda descrevendo a história de lutas dos movimentos negros de resistência, que se encerram por volta de 1945, seguimos as nossas análises pelas demais décadas conforme já nos referimos com noções e considerações dos autores. Então podemos começar dialogando com Santos (2010), "a primeira República, de 1889 a 1930, foi conhecida como a República Velha, ou a República dos Coronéis. O coronel ocupava o mais alto posto da Guarda Nacional, sendo sempre a pessoa mais poderosa do município, exercendo grande influência política". Com a perda do caráter militar da referida guarda, os coronéis assumem o papel de "chefe político".

No período da República Velha a economia do Brasil era predominantemente agrária. Antes do início da industrialização, a ordem racial muda um pouco diante da época da Abolição, pois a maioria dos trabalhadores livres era negra. O censo de 1907 registrou menos de 3.000 empresas industriais em todo o país, das quais 905 empregavam quatro ou menos trabalhadores negros (Santos, 2010, p. 11). O que

significa dizer que a mão de obra negra foi descartada, fazendo com que os negros ficassem à margem do trabalho industrial.

Para os trabalhadores nacionais em sua maioria negros, de São Paulo e em todo o país, restou o trabalho doméstico, "os serviços aviltados", tarefeiro, o trabalho pesado, atividades classificadas como "mal definidas", não declaradas etc. Tais classificações comuns nesse período, hoje ainda se fazem presentes em toda a sociedade brasileira, e têm como protagonistas em sua grande maioria os negros, entre eles as mulheres negras.

Duas questões devem ser destacadas nos anos iniciais da República de 1889. A primeira trata-se da aliança entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais, a qual permitiu com que esses dois Estados controlassem a política nacional e a segunda, trata da presença de estrangeiros em São Paulo, onde o trabalho fabril era ocupado por 55% de estrangeiros¹⁹ (SANTOS, 2010, p. 11). O que significa dizer que a mão de obra negra não foi levada em conta, fazendo com que os negros ficassem fora do trabalho que as fábricas disponibilizavam para o mercado.

Os movimentos sociais negros que começam a se manifestar a partir da segunda década do século XX são resultado da inquietação provocada pelo fim da I Guerra Mundial. O que culmina com o início da participação do negro e do mulato na história moderna da cidade de São Paulo. O agravamento da situação de miséria, o tratamento diferencial e o isolamento, provocam no "homem de cor" um doloroso processo de autoafirmação e de protesto, transformando-o em sujeito de reivindicações econômicas, sociais e políticas próprias. Essas reivindicações tornam-se assimilacionistas da sociedade inclusiva, o que subentendem uma revolução moral. Ou seja, tais movimentos, não se opõem à ordem econômica, social e política dominante, no sentido de provocar rupturas. Mas contra a *espoliação racial* que a mencionada ordem acoberta, graças aos mecanismos imperantes de acomodação entre "negros" e "brancos" (FERNANDES, 2008, p.11).

Deve-se observar que nesse início de manifestação e mobilização dos negros paulistas, mais de 30 anos após o regime escravista e a instituição da ordem republicana

¹⁹ Cf. Santos 2010. Os estrangeiros eram em sua maioria italianos, os estrangeiros representavam a maioria dos trabalhadores na indústria, o equivalente a 52%. Dentre os 48% restantes, a maior parte era composta de filhos de estrangeiros. Com a importação do trabalho dos imigrantes, os ex-escravos foram afastados das atividades produtivas e foi reduzida substancialmente a absorção da mão de obra nacional, cuja formação não havia passado pelo cativo.

no Brasil, o que aparenta caber a "negros e mulatos", é uma certa cautela em suas ações coletivas reivindicatórias, que se limitavam a se contrapor apenas à "espoliação racial", acobertada pela sociedade inclusiva e dominante enquanto classe branca, assimilando as suas ordem e domínios. A finalidade das inquietações e movimentos sociais de negros e mulatos era de se contrapor a permanência indefinida do antigo regime no plano das relações raciais, aceitando a ideologia econômica, jurídica e política, de ordem das classes e de "raça dominante". Porém, o nível de maturidade e aprendizados contraditórios que os negros já haviam logrado vai permitir reações mais concretas frente aos grupos dominantes no interior da sociedade inclusiva, nos momentos seguintes.

Que é a constituição dos "movimentos reivindicatórios" que, conforme Florestan Fernandes (2008), passam a se organizar, a partir de 1927 e vão até ao desfecho da "autocracia militar de 1964". Chamamos a atenção à relevância dada por Fernandes ao principal "movimento social negro", que muitas contribuições deu para a historiografia do Brasil, no período de 1927 a 1937 (década na qual os negros e mulatos ganham maturidade coletiva para sua organização), já no período de 1931 - 1937, consolida-se o ápice dessa organização com a criação da Frente Negra Brasileira (FNB), um dos momentos de fortaleza e participação dos negros, para além de São Paulo.

É importante ressaltar que o termo "negro"²⁰ surge nessa fase de luta e participação para substituir um outro termo muito, usado na época, que era o "homem de cor". Hoje, oficialmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a definição é "pretos e pardos". Os movimentos sociais negros, no curso de sua retomada nos anos de 1970, retomam o termo **negro**²¹ para se referir à dupla classificação oficial do IBGE, porém, fazemos questão de mostrar em nosso trabalho o que o mundo acadêmico tem apontado que está por trás de tal denominação:

²⁰Foi Vicente Ferreira quem introduziu (neste período) o termo negro para substituir o então vazio e usado homem de cor. Homem de cor também é o amarelo e o índio, acabou com essa baboseira de homem de cor, que não quer dizer nada (Fernandes, 2008, p. 577).

²¹ Ao nosso ver, o MNU dar um sentido mais político ao termo negro, que foi de incentivar o negro a assumir sua condição racial, o MNU resolveu não só despojar o termo "negro" de sua conotação pejorativa, mas o adotou oficialmente para designar todos os descendentes de africanos escravizados no país, sob a denominação negro, assim como já havia feito o seu criador (Vieira - liderança negra) anos 30, também propôs a unificação da luta de todos os grupos e organizações antirracistas em escala nacional (MNU, 1988, pp. 7-8).

A palavra "negro", entre os povos europeus, era originalmente utilizada para se referir à cor de pele escura de alguns povos, geralmente aqueles de maior contato com os africanos, como os mediterrâneos. Para grande número de europeus, o encontro pessoal com negros africanos deu-se apenas depois das conquistas do século XVI. Os relatos desses primeiros encontros nos indicam que a cor negra dos africanos subsaarianos foi o que mais chamou a atenção dos conquistadores e aventureiros. E daí brota uma primeira fonte de sentimento negativo, ou preconceito, pois no simbolismo das cores, no Ocidente cristão, o negro significava a derrota, a morte, o pecado, enquanto o branco significava o sucesso, a pureza e a sabedoria (GUIMARÃES, 2008, p. 12).

Ainda sobre o referido termo (negro), (Carlos Moore, 2012, p. 40) afirma que a origem histórica do gênero humano, e também dos humanos anatomicamente modernos, tem nítidas implicações demográficas e históricas, considerada a antiguidade absoluta das populações africanas e a ubiquidade negra da presença africana em todos os cantos do planeta. [...] algumas constatações parecem se impor com relativa evidência. Primeira, que a hostilidade e o medo da cor especificamente negra é um fenômeno francamente universal encontrado em todos os povos negros, verificadas nos arquétipos dos povos euro-semitas da Europa e do Oriente Médio. De acordo com este texto.

Sugere, indubitavelmente, a ocorrência, em épocas longínquas, de graves conflitos entre povos melanodérmicos e leucodérmicos nessas regiões. Não vemos outra explicação válida para a ubiquidade da repulsa e do medo que causa a cor negra: "luto", "tenebroso", "maléfico", "perigoso", "diabólico", "pecado", "sujo", "bestial", "primitivo", "inculto", "canibal", "má sorte"... (MOORE, 2012, p. 40).

Retomando as análises de Fernandes, no que o mesmo considera como "protesto negro", diante do momento histórico de realidade sociocultural e psicossocial, o qual visava se consumir na "Segunda Abolição", considera-se ter sido uma tentativa frustrada dos negros nesse intento. Nessa perspectiva vale considerar quatro importantes questões que transitavam no universo das reivindicações materiais, morais, comportamentais e política dos negros e mulatos, de acordo com a análise e interpretação de Florestan Fernandes. Seriam as seguintes:

1º - os incentivos histórico-sociais e os requisitos psicossociais ou socioculturais que logram se concretizar objetivamente, os quais nos permitem compreender como e porque tais movimentos se tornaram viáveis; 2º - as principais ocorrências, historicamente significativas, que marcam e delimitam a atualização desses movimentos; 3º - os obstáculos histórico-sociais, inerentes à organização da sociedade inclusiva e à situação do "meio negro", que explicam a descontinuidade, as inconsistências e a frustração final dos movimentos em questão; 4º - as funções sociais construtivas que eles conseguiram preencher, em termos da integração do negro e do

mulato à sociedade de classes, como ela se expandiu e tende a se expandir na cidade de São Paulo (FERNANDES, 2017, pp. 55-64 [2008, p. 82]).

Esta era a realidade que se impunha a "população de cor" (população negra) diante da ação do Estado e da sociedade inclusiva. Vários fatores geravam simultaneamente inúmeros problemas impeditivos para que tal população se desenvolvesse perante os obstáculos que tanto no regime da escravidão, quanto na República, negros e mulatos, não conseguiam se desvencilhar de tais questões impeditivas. O pauperismo e a "anomia social" conduziam a desilusão coletiva e ao desalento crônico, por outro lado, a preponderância da "raça branca" se operava de modo a manter os modelos arcaicos de ajustamento social, com todos os ônus que eles acarretavam para o "negro", da passividade à percepção deformada da realidade.

Não obstante, a urbanização intensa e rápida iria desencadear mudanças profundas no estilo de vida social, nas relações humanas e na mentalidade das pessoas, convertendo a cidade de São Paulo no principal centro de modernização tecnológica e institucional, de secularização do pensamento, de propagação de novas ideologias, de agitação social e de democratização gradativa dos comportamentos políticos no cenário brasileiro (FERNANDES, 2008, p. 13)

Ao que parece, negros e mulatos tiveram que fazer alguns serviços e trabalhos, na tentativa de ascender, diante do quadro impeditivo que se apresentava. No passado essa ascensão social só seria possível se o indivíduo conseguisse conquistar título que se equiparassem ao: de "doutor", ao "senhor", ao "nobre" etc., esses serviços modestos a "população de cor", conseguiu nas relações que tinha com os estrangeiros, pois uma parcela (os que não tinham escolaridade ou eram analfabetos) dela para sobreviver, fazia qualquer serviço, inclusive o doméstico²². Mesmo tendo que optar por fazer qualquer 'coisa', sabe-se que os negros em relação à população branca dominante, limitam-se moralmente, materialmente, culturalmente e psicossocialmente ao seu grau de ascensão de classe, à sociedade inclusiva.

Para os trabalhadores nacionais em sua maioria negros, de São Paulo e em todo o país, restou o trabalho doméstico, "os serviços aviltados", tarefeiro, o trabalho pesado, atividades classificadas como "mal definidas", não declaradas etc. Tais classificações,

²² O emprego doméstico que como vemos decorre e se assemelha aos meandros do regime escravo instalado compulsoriamente no Brasil desde as primeiras décadas do século XVI, onde os negros na cidade de São Paulo se obrigam a exercê-lo, o qual tornar-se-á um modelo para as grandes cidades brasileiras, desenvolvidas a partir da década de 1930. Hoje, vemos esse tipo de emprego dominar os lares brancos de classes dominantes em todo o país, em Belém, os mesmos chegam a atingir mais de 50% da mão de obra doméstica negro-feminina, o que é pior, a maioria dos empregados, percebe menos do que recentemente, a legislação definida para essa área determina (CONCEIÇÃO, 2016).

comuns nesse período, hoje ainda se fazem presentes em toda a sociedade brasileira, e têm como protagonistas em sua grande maioria os negros e de quebra, a mulher negra, como se pode observar na realidade do trabalho doméstico em Belém.

Diante de tanta opressão e a depreciação do trabalho no "meio negro", o que deixava aos negros uma única saída: a reação. Isso gera na "população de cor" (em uma boa parte dela) um grau de maturidade social e político de participação e organização. Os negros e mulatos começam a fundar os "centros de reeducação" de negros (e também do "branco") para que os mesmos mudassem o seu estilo de vida urbana na cidade de São Paulo. Porém, se diz de um outro motivo que foi o desaparecimento, se não definitivamente, mas pelo menos nesse período dos resquícios do regime escravista, como um padrão desumano de opressão, legitimados pelos "brancos" em relação aos "negros".

Mas, mesmo nessa esfera, o referido padrão de relação entrou em crise progressiva e irreversível, graças aos efeitos da universalização do trabalho assalariado. Somente em certos "nichos" se mantinha intacta a veneração irracional pelo "branco" e este não tinha interesse nem contava com meios para revitalizar o paternalismo, que poderia forjar novas cadeias de dependência material e moral do "negro" em face dos "antigos senhores" (FERNANDES, 2008, p. 13).

Destaca-se importante medida tomada por negros e mulatos, no sentido de diminuir a sua submissão aos não negros daquele contexto de transformações da realidade do mundo do trabalho, visando a formação da indústria brasileira nascente, todavia, sem a participação do negro. Os negros e mulatos, decisivamente, quebram o cordão umbilical atado coercitivamente e compulsoriamente, no decurso do antigo regime, de acordo com (Fernandes, 2008, pp. 18-20), compreendendo que o "homem de cor" deve arcar sozinho com as duras tarefas de construir sua posição na sociedade. As migrações internas e a alta mobilidade horizontal da população negra e mulata agiam no mesmo sentido. Se constata que, decisivamente os negros, foram se distanciando e rompendo laços de dependência e isolamentos criados pelos brancos, afirmando que "não aceitavam cabrestos de ninguém" e se dispunham a viver de acordo com suas condições sem depender da proteção das "famílias brancas tradicionais".

Pode-se constatar que os brancos também buscaram resgatar suas tradições ancestrais e estimular os mais jovens a se voltar para preservar os patrimônios familiares e assumirem novos postos de comando, como por exemplo, o domínio político do passado e a luta de classe no presente, onde nasce o controle do poder

estatal, em que a institucionalidade oficial passa a ter um novo modelo de poder, também na economia, o que pode ser melhor explicitado neste excerto:

Na terceira ou quarta gerações, as famílias ricas de origem estrangeira modificavam radicalmente sua estratégia de acomodação. O retorno definitivo às comunidades ancestrais se patenteava como verdadeira miragem irrealizável. A ascensão econômica e social suscitava, por sua vez, novas modalidades de participação para liderarem com os problemas administrativos e políticos e com a influência direta na estrutura de poder da sociedade inclusiva. Por isso, estimulavam e compeliavam os jovens a abraçarem carreiras políticas ou na administração pública. Como nada mais deviam ou tinha a temer de "famílias tradicionais poderosas", passaram a competir como elas pelo poder político (FERNANDES, 2008, p. 19).

Ainda que tenhamos que deixar para trás aspectos relevantes interpretados por Florestan Fernandes (e outros autores), os quais veremos com mais detalhe no próximo tópico deste Capítulo, nos obrigamos a apresentar perspectivas mais concretas de sua abordagem com relação ao nosso objeto, neste tópico, visto ser as questões materiais que os movimentos reivindicatórios tiveram que conseguir para garantir a autonomia (moral, psicossocial e sociocultural do negro) frente aos grupos de classes brancas, mesmo depois de os negros também terem contribuído com a revolução de 1930, que visou por fim a aristocracia rural que controlava o poder político (Estado) e econômico. Neste aspecto, (Duriguetto, 2011, p. 348) destaca entre seus três princípios para a América Latina o caráter aristocrático de controle do Estado e da economia agrário-exportador.

O novo governo, apenas diminuiu a forma de opressão e negação de direitos, imposta ao "meio negro" com relação ao regime anterior, visto que os negros, nesse início de século XX, fortaleceram-se quanto a comunicação (criaram vários jornais), teatro, associações e centros cívicos e deram início a um forte movimento reivindicatório. Lógico, com base em suas ações coletivas de garantia de direitos essenciais.

Essa postura organizativa dos negros em São Paulo serve de fortaleza para eles enfrentarem as novas medidas dos governos (Vargas), das classes brancas de poder e dos seus adversários de classes (os comerciantes e estrangeiros), pois o contexto da década de 1930 é marcado pelo fim da "República Velha"; a tomada de poder por Getúlio Vargas; a ruptura com as velhas oligarquias e a prática fraudulenta do sistema eleitoral; o fortalecimento da participação e organização dos negros e mulatos; o nascimento da Frente Negra Brasileira e, mais tarde, o seu fim (1937).

O que, dentre todos os resultados, trará para a cena de participação e organização dos negros e mulatos na cidade de São Paulo, definitivamente, é o nascimento de uma das organizações mais importantes do mundo negro nesse início de século XX, a Frente Negra Brasileira, mesmo, já tendo sido mostrado que o seu tempo de vida ativa tenha sido curto, dado a necessidade de longevidade que ao nosso ver devesse ter sido mais longo (durou menos de 10 anos de ação), como se pode vê nessa passagem, parte do seu importante significado e contribuição.

Os movimentos de negros adquirem, na década de 30, um conteúdo novo. De fato, se já podiam ser notadas, na ação do *Clarim da Alvorada*²³, no Palmares, na tentativa de realização de um congresso da Mocidade Negra, intenção de reivindicação de um grupo que até então vivera à margem da sociedade, é só na referida década que procuraram os negros arregimentar sua massa para conseguir maior eficiência na efetivação dessas reivindicações. Para isso concorreu, ao lado das transformações sociais expressas nos fatos apontados, a não concretização das esperanças que os negros depositavam na revolução de 30. [...] As condições de vida dos negros, pouco satisfatórias até então, agravaram-se com a crise de 29, que fez grassar entre eles o desemprego. Este fato criou uma situação desfavorável para a emergência de um movimento reivindicatório, ao deixar sem ocupação elementos em condições de estabelecer o contato entre elite e massa [...] (FERNANDES, p. 24).

Da mesma forma, pode ser confirmado para que veio a Frente:

Unamo-nos, então, Patrícios! Unamo-nos, Associações Negras, para sermos força social, força moral, força econômica. FORÇA POLÍTICA, que possa ajudar os Poderes Nacionais a serem nacionais e a resolver o nosso problema no que compete à esfera deles e para virmos a ser nós mesmos também uma parcela de Poder Público num sentido radicalmente nacionalista, defendendo todas as reivindicações que favoreçam ao negro e ao Brasil (como por exemplo a nacionalização do comércio), sentido esse que destrua as malhas das influências estrangeiras políticas, como certas associações que há por aí, sentido que impeça as grandes ruínas que uma política sem finalidade nacional (mas internacional e cosmopolita), que uma política duramente materialista e amoral vem causando à Nação criadas pelos nossos mortos, pelos nossos antepassados, cujo sangue poderoso e doloroso andou lutando, trabalhando e produzindo sem reserva e sem bairrismo a Nossa Pátria (FERNANDES, 2008, p. 36).

Como se vê, há um apelo dos negros, ao mesmo tempo bradando por uma unidade coletiva, "FORÇA POLÍTICA" em favor de seu maior problema que é o da "INTEGRAÇÃO ABSOLUTA, COMPLETA, DO NEGRO, EM TODA A VIDA BRASILEIRA (POLÍTICA, SOCIAL, RELIGIOSA etc.)". Porém, verifica-se que mesmo os negros se reivindicando como "poder público" e tudo mais, afirmavam um

²³O clarim da alvorada encerrou suas atividades em 1932, mas deixou marcas profundas na história do negro paulista. Criado no início do século XX, alguns intelectuais, como Correia Leite ao criar o jornal "O Clarim da Alvorada", tinha plena consciência de sua importância para a comunidade negra paulistana. "O Clarim da Alvorada" foi um jornal de negros para negros. Só branco muito curioso, ou estudioso, é que mandava empregados irem procurar o jornal (FERNANDES, p. 15).

certo nacionalismo, inclusive do comércio, principalmente dos meios da força de produção, que nega a integração do negro na sociedade inclusiva.

Nesses primeiros 7 anos do Estado Novo de Vargas, como podemos perceber nas abordagens de Santos (2010) e Fernandes (2008), os negros sofreram muitas humilhações e maus-tratos (na busca de sua integração a sociedade de classe) e só foi possível diminuir esse quadro com muita luta e organização, o que é demonstrado nos parágrafos acima, assim como o grau de maturidade e politização dos negros. Encerrando esse ciclo de República Velha combinado com ricas táticas e estratégias do passado escravo (conforme foi mostrado), atitude política à época entendida como verdadeira revolução, tanto é que logrou uma ameaça ao sistema, o que culmina com o golpe de Estado do presidente Vargas, que põe fim à luta histórica da FNB, nesse momento em que se constituía como Partido Político, enfrentando todas as suas divergências e contradições internas, que se nota existir entre suas correntes e tendências.

Com o fim da FNB (em 1937)²⁴, passaremos então ao um longo diálogo reflexivo com os demais teóricos de nossa base de análise, dos cenários dos contextos das décadas de 40 a 60. Cabendo-nos confrontar a historiografia brasileira dessa fase com a temática e a problemática do negro. Podemos começar nossa reflexão tentando responder a seguinte questão: O que fizeram os negros diante da derrota da Frente Negra Brasileira, imposta pelo governo Vargas? Como reagiram aos novos cenários? Que novas reivindicações estabeleceram? Como se deram suas participações? Que novas estratégias usaram? Podemos citar aqui como medida inicial, os conflitos sociais ("episódio da Rua Direita") ocorridos na rua Direita na cidade de São Paulo no final dos anos 1930, os quais devam ser considerados como desafios para novas batalhas dos negros, nas próximas jornadas, de construções de novos desafios conforme esclarece o seguinte texto.

Os negros começaram a ir à Rua Direita nas tardes de domingo e à noite para se encontrar, conversar, marcar compromissos, namorar. Independentemente de as lojas estarem abertas ou fechadas, os comerciantes do bairro começaram a se queixar. Em 1944, a polícia de São Paulo proibiu a circulação dos negros na Rua Direita (SANTOS, 2010, p. 20).

²⁴De acordo com Santos (2010, p. 15), a frente foi fundada em São Paulo, em 16 de setembro de 1931. Surgiu num clima de efervescência de vários grupos que haviam sido criados na década de 20, como "O Clarim da Alvorada", o Centro Cívico Palmares, entre outros.

O que restou de mobilização e participação dos negros, após as medidas coercitivas do Estado Novo de Vargas, se restringiu ao campo das ações culturais como, por exemplo, as escolas de samba, porém, sobre o controle do Estado, com caráter ditatorial. Os dois aspectos mostrados, indicam que os negros não se aquietaram e buscam novas estratégias para enfrentar um cenário que se desenha no mundo e principalmente, nos Estados mais dinâmicos do país: São Paulo e Rio de Janeiro, frente ao contexto.

O cenário que se apresenta nesses dois Estados envolve destacados personagens do mundo negro intelectual e social, os intensos debates que o contexto político, social e econômico demanda para o mundo. Fim da Frente Negra, fim do governo Vargas, o final da Segunda Guerra Mundial, eleições, Constituinte²⁵, liberdade partidária, participação popular, realização da Copa de Futebol Mundial no Brasil (1950), a força dos programas radiofônicos etc., o governo implantou um plano de substituição de importação, como medida econômica, visando modernizar a economia e diminuir a dependência interna de bens manufaturados. O modelo de exportação de produtos primários passa a ser reformulado, com o crescimento da indústria, gerando o aumento das oportunidades no mercado de trabalho, porém, essas medidas poucos benefícios trouxeram aos negros (GOMES e VIANA, 2004, p. 70; SANTOS, 2010, p. 21).

Articulado a isso, o ressurgimento dos estudos sobre o negro no Brasil com o *Projeto da Unesco*, o surgimento do *Teatro Experimental do Negro* (TEN) e a mobilização das organizações dos negros. O debate sobre a questão racial na Constituinte estava na pauta da imprensa e, posteriormente, na Lei Afonso Arinos. Seria impossível entender do que e de quem estamos falando não arrumando tais cenários (GOMES e VIANA, 2004, p. 70).

Com a possível redemocratização que o contexto dos anos 1945 indicava, lideranças negras rearticulavam a retomada da Frente Negra, porém dessa feita, como Associação Nacional do Negro Brasileiro. Uma das medidas de tal associação foi a realização da Convenção Nacional do Negro (1945). Nessa perspectiva entram em cena os intelectuais negros, suas participações não se dão somente de forma "reativa, muitos participariam tanto denunciando, como refletindo sobre soluções e encaminhamentos". Destacam-se como coordenadores de tal conferência, os principais integrantes do TEN Abdias do Nascimento e Agnaldo Camargo (GOMES e VIANA, 2004, p. 70). Nesta

²⁵No debate da Constituinte nos anos 40, o racismo aparece como um assunto recorrente em destaque. Percebido por todos ou não, o debate sobre a existência do racismo no Brasil nos anos 40 estava colocado. Em alguns momentos, até o profundo silêncio foi revelador. Na Constituinte de 1946, houve intenso debate sobre o racismo brasileiro. Existiria mesmo ele? Qual a sua explicação fundamental? Quais as formas de combate que poderiam ser utilizadas? (GOMES e VIANA, 2004, p. 70).

Convenção estariam intelectuais negros cariocas e paulistas importantes como Francisco Lucrecio, Sebastião Rodrigues Alves, Geraldo Campos de Oliveira, Emílio Silva Araújo e José Pompílio da Hora. Pouco sabemos como transcorreu internamente os debates nesta Convenção. Impossível seria falar também de adesão total ou representatividade nacional neste evento.

Aconteceram, inclusive, ausências e críticas, como o caso de José Correia Leite. Contudo houve repercussões. Com um cenário de eleições presidenciais à vista, o palco - conscientemente ou não - foi mais politizado do que nunca. A Convenção produziu um documento final, inclusive, apresentado aos vários candidatos presidenciais GOMES e VIANA, 2004, p. 70).

Registramos que na Pós-Convenção houve a expedição de um manifesto político dirigido aos negros brasileiros, conclamando pela "unificação e coordenação", referindo que estavam em fase de "redemocratização", destacavam as reivindicações específicas da população negra, se referindo à luta antirracista. Usavam palavras de ordem como "unificação", "autonomia" e "legitimidade de direitos". Palavras do manifesto: "Não precisamos consultar ninguém para conseguirmos a legitimidade de nossos direitos", reagiam os negros nesse momento (GOMES e VIANA, 2004, p. 71).

Durante a Convenção, vários intelectuais negros se manifestaram em protestos, inclusive por uma nova abolição, mobilizando a comunidade negra paulista contra a "sonogação dos direitos sagrados e da sua efetivação". Chamavam a atenção de todos (os negros) a se posicionarem contra "a decadência dos costumes, a ignorância e a petulância dos preconceitos". Referiam-se também, com relação à modernização da sociedade brasileira. Preveniam-se também contra os possíveis ataques, afirmando que não queriam ser "tutelados ou patrocinados por quem quer que seja", visto estarem vivendo momentos políticos eleitorais: eleições presidenciais e Assembleia Constituinte.

A imprensa privada não poupava as notícias, principalmente as que geravam mais polêmicas. Apareciam nas cenas as disputas político-partidárias; tudo era em tom de debates politizados. "A palavra *democracia* tinha que ser unida àquela do *nacionalismo*".

Os próprios intelectuais que assinaram o manifesto final da Convenção Nacional do Negro Brasileiro se intitulavam de Grupo de Pioneiros e conclamavam todos os negros independentes do "credo político" e reafirmavam a importância da "consciência nacional" GOMES e VIANA, 2004, p. 72).

Entre as inúmeras reivindicações apontadas no manifesto final estavam os seguintes pontos:

- 1-Que se tornasse explícita na Constituição de nosso País a referência à origem étnica do povo brasileiro, constituído das três raças fundamentais: a indígena, a negra e a branca;
- 2-Que se tornasse matéria de lei penal, ou crime de lesa pátria, o preconceito de cor e de raça;
- 3-Que se tornasse matéria de lei penal, ou crime praticados nas bases do preconceito acima, tanto nas empresas de caráter particular, como nas sociedades civis e nas instituições de ordem pública;
- 4-Enquanto não fosse tornado gratuito o ensino em todos os graus, que fossem admitidos brasileiros negros como pensionistas do Estado, em todos os estabelecimentos particulares e oficiais de ensino secundário e superior do País, inclusive nos estabelecimentos militares;
- 5-Isenção de impostos e taxas, tanto federais como estaduais e municipais, a todos os brasileiros que desejassem estabelecer-se em qualquer ramo comercial, industrial e agrícola, com o capital não superior a CR\$ 20.000,00;
- 6-Que se considerasse como problema urgente a elevação do nível econômico, cultural e social dos brasileiros (GOMES e VIANA, 2004, p. 72 e SANTOS, 2010, p. 22).

Nessa fase de luta dos negros, já é possível se perceber uma certa ascensão de percentual de negros aos serviços públicos, principalmente em nível da educação, por isso, eles têm a educação como uma estratégia. Não mais dirigidas aos pais, mas para um aperfeiçoamento cultural e intelectual, com base no valor econômico para melhorar as condições de trabalho e econômicas.

Entretanto, é necessário registrar que muito do que ocorreu no magistério foi resultado de uma série de fatores, desde o esforço individual, até a degradação da profissão de professor e a massificação do ensino público, associado às dificuldades da população negra na ocupação de postos no mercado de trabalho (SANTOS, 2010, p. 24).

Ainda com relação à Convenção de 1945, se dizia que pouco se aprofundou a questão de "raça" e de "cor". Gomes e Viana (2004, p. 70) "A essa ausência, mais do que indicar o silêncio, contradições ou indeterminações étnicas, tinha o sentido simbólico de pensar a questão racial como um problema social mais amplo do país". É possível que se conclua que os manifestantes clamavam por uma solução mais ágil para os danos causados aos negros no Brasil.

Essa situação é tão agravante que o tema da discriminação racial foi levado para a pauta da Constituinte de 1946 como "contravenção penal", que teve como seu proponente o senador Hamilton Nogueira. Por pressões impetradas de vários setores da sociedade, inclusive os partidos políticos, houve a pressão para que o próprio senador

proponente sugerisse a retirada do tema da nova "Carta Magna", o que segundo a nossa observação, esse apelo dos negros foi acatado.

Dois importantes eventos a mais foram realizados no Rio de Janeiro: a Conferência Nacional do Negro (1949) e o I Congresso do Negro Brasileiro (1950). Deles resultaram inúmeras deliberações, dando sequência às deliberações da Convenção de São Paulo, porém, pode-se notar que os realizadores e participantes desses dois acontecimentos se ocuparam em torno das pesquisas acadêmicas ou em contraposição a elas.

A Conferência Nacional do Negro foi novamente dirigida pelo grupo do TEN, organizada por Guerreiro Ramos, Edson Carneiro e Abdias do Nascimento, considerados como os principais intelectuais negros do Rio de Janeiro na época. O objetivo maior desta Conferência seria a realização do I Congresso do Negro Brasileiro, previsto para o ano seguinte. Não deixando de esquecer os Congressos realizados fora do eixo São Paulo e Rio de Janeiro: Congressos Afro-Brasileiros de Recife (1935) e de Salvador (1937), nas convenções e conferência nacional (GOMES e VIANA, 2004, p. 73).

Os destaques dessa Conferência foram: a tentativa de organizar regional e nacionalmente as várias entidades negras (característica); contou com a presença de representação da ONU; participaram vários intelectuais brancos e estrangeiros, inclusive Arthur Ramos que proferiu uma de suas últimas palestras públicas antes de ir para Paris e depois veio a falecer. Consta que o documento final da Conferência destaca a convocatória para o I Congresso do Negro Brasileiro.

Os conferencistas negros enfatizaram a preocupação em torno principalmente de Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos em articular os estudos sobre o negro no Brasil como reivindicações políticas e sociais da população negra. Convidam os escritores, os historiadores, os antropólogos, os folcloristas, os sociólogos etc., que se mobilizem e conclamem aos negros mulatos e a população de cor para que o congresso seja representativo (GOMES e VIANA, 2004, p. 73).

Enfim, deu-se início ao I Congresso do Negro Brasileiro, era 26 de agosto de 1950. O evento fazia-se representar por uma agenda temática que em alguns aspectos se diferenciava das pautas anteriores. Constava do temário o seguinte: diversificados temas da história, da vida social, das "sobrevivências religiosas", das "sobrevivências

folclóricas", das línguas e da estética dos negros brasileiros (GOMES e VIANA, 2004, p. 73). O discurso de abertura na sede da ABI foi proferido por Abdias do Nascimento e como coordenadores do evento estavam Edson Carneiro e Guerreiro Ramos.

No encerramento do I Congresso no Rio, no calor das polêmicas, intelectuais, incluindo negros e brancos, inclusive líderes como Edson Carneiro e Guerreiro Ramos, organizadores do evento se negaram a assinar a declaração final do Congresso. Apresentariam uma outra em separado intitulada a Declaração dos Cientistas, discordando do tom *racializado* da declaração final apresentada por Abdias e demais congressistas. Ver Gomes e Viana (2004, pp. 69-79).

Como é observável nesse cenário de encerramento de um dos eventos mais esperados pelos seus organizadores e participantes, ocorrem divergências que podem servir para o fortalecimento do Movimento Negro ou fracasso no sentido de sua divisão. Isso tudo porque havia uma disputa intensa de interesses de negros organizados em suas associações, grupos, movimentos, intelectuais negros, acadêmicos brancos e negros, a imprensa negra e não negra etc., tendo à frente uma das principais organizações negras da época, o Teatro Experimental do Negro – TEN.

É importante destacar que essas disputas, divergências, conflitos, rupturas etc. estavam acentuadas em decorrência de está-se vivendo uma fase de redemocratização política no país, e o movimento negro passa a ser um espaço em disputa política. Os negros tentando superar suas perdas políticas que teve início com o golpe de Vargas (“Estado Novo”) que pôs fim ao seu principal movimento negro (FNB) de disputa interna e externa, numa conjuntura e contexto muito complexo para se organizar. A disputa de classe no mercado de trabalho; o efeito da Segunda Guerra Mundial no Brasil; o enfrentamento da ideologia do branqueamento e rearticulação das organizações negras, tornava-se um ambiente apropriado para reflexões internas no movimento.

Ressalta-se que na busca das organizações negras, seus líderes e intelectuais acadêmicos garantiram nas reivindicações da Conferência de 49, que convocou o referido Congresso, por meio dos intelectuais negros do TEN, que se devia ” articular os estudos sobre o negro no Brasil como reivindicações políticas e sociais da população negra", o que, mais adiante, vai ser objeto de estudo e pesquisa do Projeto Unesco coordenado por Fernandes e Bastide.

Face ao que nos referimos acima, aonde parte da investigação compõe o período que vai dos anos 40 aos anos 50, principalmente, os contextos de realizações da Convenção de São Paulo, da Conferência e o I Congresso do Rio de Janeiro, alerta-se para o quanto devemos ter atenção em nossas análises para evitar equívocos e injustiças com os personagens negros acadêmicos, não acadêmicos, com os líderes negros dos movimentos, dos que não são engajados, e até com os brancos que contribuem mesmo contra o que é discutido nesses eventos (GOMES e VIANA, 2004, p. 75). Dizemos que esta deveria ser uma premissa a ser seguida permanente por todos os coletivos dos movimentos negros brasileiros.

Ainda sobre esses aspectos, dizemos que as divergências e boicotes, gerados por líderes negros, quanto da tentativa de criação de organizações negras sejam elas partidárias ou não, realizações de eventos, as críticas por parte da imprensa negra, ou não negra, foram recorrentes e muito comuns em vários momentos dos processos e da história de organização dos negros. Em fins de 1945, José Correia Leite (líder negro) fez críticas veementes à realização da Convenção Nacional do Negro. Vale dizer que os líderes negros, na fase de 1889 a 1937, podem ser considerados como “moderadores” que em sua maioria defendem posições nacionalistas e as forças de direita, ideologicamente são “assimilacionistas” e defendem a inclusão do negro, após esse período adotam o princípio ideológico com integralistas de centro (DOMINGUES, 2007, p. 3).

Mediante ao exposto, se compreende a visão da imprensa, dos líderes, das forças políticas e dos intelectuais desse período, as quais geram desconfiança de seus proponentes; o Diário Trabalhista – assim como outros periódicos – publicaram várias polêmicas acerca da criação de um partido negro no Brasil; com relação à formação de "sociedades beneficentes, de amparo aos homens de cor e outras novidades", quando o assunto é articulação de eleições, partidos políticos e a questão racial, muitas das vezes as acusações mútuas eram inevitáveis, inclusive tratamentos como: fascismo e comunismo se acirravam; no PCB, por exemplo, havia uma ala "morena" e a ala "ariana"; a polêmica entre intelectuais, cientistas, políticos etc., ganhava dimensões variadas e em dados momento havia rupturas, por exemplo, pode ser o que ocorreu no final do I Congresso, cujos congressistas saíram com duas tese diferentes, com um grau de mobilização e organização fortalecidos. Isso no final dos anos 1950.

Um outro aspecto referido por Flávio Gomes (2004, p. 76) ainda está relacionado ao "contextos dos anos 40 e 50, quando parecia haver um vazio, das lutas contra o racismo".

Para adensar o nosso argumento, seguem outros exemplos. Em termos de organizações negras, os anos 40 e 50 não significariam tão somente o renascimento de um vazio, das lutas contra o racismo. Nas análises concentradas em São Paulo, o TEN - criado no Rio de Janeiro - aparece mesmo como uma iniciativa surgida de um grande vazio. Desde 1943, já tínhamos a UAGACÊ (União dos Homens de Cor dos Estados Unidos do Brasil) com ramificações - além do Rio de Janeiro - em Porto Alegre. Em São Paulo, importantes intelectuais negros tentavam organizar a ANB, Associação dos Negros Brasileiros (GOMES e VIANA, 2004, p. 76).

Este percurso de análise que fizemos, embasado nas teorias e conceitos de diversos pensadores, entre eles destacou-se Fernandes (com o seu pensamento sociológico), o qual ainda vai nos acompanhar até mais adiante, porém é importante, que deixemos identificado que as ações coletivas produzidas no interior das lutas dos negros até meados dos anos 30, que geraram o Movimento Negro mais expressivo dessa fase, a FNB, mesmo que esta tenha tido fim no governo Vargas. É possível que se perceba, toda uma nova dinâmica de formatação das ações coletivas (a exemplo do texto acima); do Movimento Negro e a influências das ciências sociais, nascentes no Brasil, no trato da "questão racial" e as "relações raciais".

Neste contexto, se percebe que os negros a nível do movimento estavam mobilizados e organizados. Havia produção intelectual tratando do assunto. Suas demandas tiradas no I Congresso, passavam a ser discutidas com o Estado e os governantes, porém o que ainda se traduzia em um problema era a relação com a sociedade em todo o país, pois se nota uma concentração nos estados do Sul, Sudeste e Nordeste. Quando o Movimento Negro inicia sua expansão, as elites e a burguesia de classe branca, impõem ao povo o golpe militar de 1964. Para o Movimento Negro resta o silenciamento ou o fim das ações políticas (ações coletivas externas), que até então estavam a todo o vapor, que agora passa a enfrentar uma trajetória de 'exceção' e de grave opressão, a qual só vai ser retomada em 1978.

Daremos destaque a um aspecto fundamental à sociologia de Florestan Fernandes com relação Projeto Unesco e a um conjunto de interpretes das relações raciais em sua origem influenciada e determinada, pelo pensamento sociológico estadunidense e em seguida pelos pensadores brasileiros, de forma sucinta e objetiva. A partir de um sub-tópico deste capítulo, que considerará, a relevância das ações coletivas

e do Movimento Negro. Que passa a sofrer influência dos cientistas sociais que atuam no projeto Unesco (FERNANDES, 2017, pp. 10-110). Como observa-se aqui:

A partir da década de 1950, com a publicação das primeiras monografias do projeto Unesco, e o funcionamento regular de universidades e centros de estudos no Rio de Janeiro, em São Paulo, na Bahia e em Pernambuco, podemos falar propriamente de institucionalização de uma *sociologia das relações raciais*, no Brasil. Esse será, desde o início, um campo internacional, no qual historiadores, sociólogos e antropólogos, trabalhando em diversas regiões brasileiras, vindos de diferentes tradições disciplinares e de países distantes, compartilharão seus resultados de pesquisas com cientistas sociais de todo mundo (GUIMARÃES, 2008, p. 73).

Nessa fase de institucionalização de uma “sociologia das relações raciais” no Brasil, fase na qual destaca-se uma pesquisa com características de tradição sociológica “empírico descritiva”, abrangente, com alcance em várias regiões e de diferentes tradições disciplinares, conforme pode ser visto acima. A outra fase fez “uso de técnica de análise qualitativa moderna”, com emprego de métodos, modelos estatísticos em contraponto a primeira fase, cujas estatísticas eram meramente descritivas, como já nos referimos. Um pouco mais de detalhe dessas perspectivas, vão ser apresentaremos a seguir.

2.1.1-O Projeto Unesco

Veremos ainda alguns aspectos da pesquisa empírico descritiva de Florestan Fernandes no Projeto Unesco, faremos referência as duas fases em que o projeto se desenvolveu e apontaremos a análise de mais dois importantes teóricos que trataram deste assunto com muita relevância, se trata de Guimarães (2012 e 2008) e Osório (2008).

No nosso entender, a participação de Florestan Fernandes no projeto, gerou a sua aproximação com o Movimento Negro e a parceria do antropólogo francês Roger Bastide, estudioso da religião de matriz africana no Brasil, um outro aspecto foi o fortalecimento ainda mais do seu comprometimento político e intelectual com os negros. O texto a seguir aprofunda um pouco mais o significado desse projeto.

No ensaio “as relações raciais em São Paulo reexaminadas”, escrito em 1984, o autor relata que o método utilizado no Projeto Unesco envolvia uma abordagem histórica da “questão racial”, apanhando conjuntamente as dimensões econômicas, políticas, ideológicas, sociais e culturais da situação do negro na passagem do regime escravista para ordem social competitiva (FERNANDES, 2017, p. 10).

Mantivemos a discussão do Projeto Unesco nesta dissertação e neste capítulo, porque este projeto ainda que como um “estudo de caso” e com base em pesquisa

empírico-descritiva, trouxe para o Brasil um conjunto de intelectuais americanos (dos EUA), da Escola sociológica de Chicago, os quais em um primeiro momento tentaram impor aqui o modelo biológico americano de tratar as relações raciais. Sociologia, que pode ser compreendida em Pierson (1945), que segundo Guimarães (2008) “a agenda de pesquisa que Pierson trouxe para a Bahia em 1935, como aluno de doutorado em Chicago, sob a orientação de Robert Park, incorporava já a preocupação principal com a integração e a mobilidade dos negros”. Daí, delineou-se uma hipótese, na qual o preconceito racial, seria o fator impedor, de tal integração.

Ao apresentar os resultados da pesquisa de Person nos EUA, Park apresenta como se Person tivesse concluído que no Brasil não havia preconceito racial, que o país era um “laboratório de relações raciais”, que aqui não havia problema racial. Person encontrou entre acadêmicos brasileiros, entre eles, em Freyre uma produção baseada na miscigenação e na ascensão social dos mulatos à compreensão da sociedade brasileira (GUIMARÃES, 2008, p. 70).

O “método historicista” utilizado por Freyre (que trata da história social do negro), o qual, antecede os estudos de Person na Bahia, já se fazia presente nas abordagens dos intelectuais modernistas e regionalistas, sob a seguinte ótica:

- (a) o Brasil nunca conhecera o ódio entre raças, ou seja, o “preconceito racial”; (b) as linhas de classes não eram rigidamente definidas a partir da cor; (c) os mestiços se incorporavam lenta, mas progressivamente à sociedade e à cultura nacional; (d) os negros e os africanismos tendiam paulatinamente a desaparecer, dando lugar a um tipo físico e a uma cultura propriamente brasileiros (GUIMARÃES, 2008, p. 70).

Observamos que os intelectuais americanos sabiam que a realidade social, racial e cultural do negro e do mulato não refletiam o que suas tendências ideológicas estavam apontando. Pois, subliminarmente, se inscrevia uma ideologia nacionalista e que, apesar de Person ter adotado um pensamento social anterior a sua introdução no Brasil, ele vai inaugurar uma “nova sociologia”, que só nos anos 50 vai ser retomada. E mais, alertando ao leitor, essa crença ou ideologia, vai influenciar os intelectuais (brasileiros) desse momento histórico e ainda hoje, estar por trás de algumas abordagens e práticas políticas de movimentos sociais e do Movimento Negro, por isso a relevância desta discussão.

Assim sendo, a fase de transição da produção acadêmica da questão racial negra se processa com o trabalho do sociólogo americano Donald Pierson, intitulado “Branços e Pretos na Bahia: estudo de contato racial” (1971), considerado a última investigação

na linha de afirmação das relações harmônicas entre brancos e negros e o estudo do também sociólogo brasileiro Olacy Nogueira (1955), denominado “Preconceito racial de marca e de origem: sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil”, considerado como a primeira análise que afirma a existência do preconceito e da desigualdade entre as raças no país.

Ainda em última análise, os estudos de Pierson e Nogueira representam a primeira fase do Projeto Unesco, cujas investigações empíricas foram realizadas no Nordeste, principalmente na Bahia. Para Fernandes (2008), "a posição de Pierson não rompe com as teses de Freyre sobre a sociedade brasileira, especialmente a relação escravidão e miscigenação, além do mais o estudo realizado na Bahia se generaliza para o Brasil".

A pesquisa desenvolvida pelo Projeto Unesco no Brasil sobre as relações raciais tinha como hipótese que o país representava um exemplo neutro na manifestação de preconceito racial e que seu modelo poderia servir de inspiração para outras nações, cujas relações eram menos democráticas. Havia a expectativa que as teses sobre a mestiçagem enfatizassem o convívio harmonioso entre as raças, com base nas análises de Gilberto Freyre e Donald Pierson (Fernandes, 2008, p. 25). Esses dois intelectuais tinham convergência em seus pensamentos de tradição sociológica sobre tal tese.

Não podemos deixar de negar a valiosa contribuição que esses estudos trouxeram para o país, da mesma forma, o nosso aprendizado nos ensina que também, não podemos sem a devida observância à literatura, concordar nem com as ideias de Freyre e nem, tão pouco, com os pensadores americanos que desejavam que se aplicassem à realidade dos negros brasileiros os seus conceitos já estabelecidos nos EUA de cunho exclusivamente biológicos.

Assim também, como os pensadores dessa primeira fase, não romperam com Blumer e a tradição da sociologia de Chicago (Escola de Sociologia), em Robert Park (1950) e Donald Pierson (1945), cujos mesmos, segundo Guimarães (2008) “negavam a existência de preconceito racial e de grupos raciais no Brasil”. O próprio Pierson defendia que esses grupos seriam classes e não castas, grupos abertos à mobilidade e, não propriamente "raça". Marvin Harris (1956) dizia "que esses grupos não se constituíam em grupos de descendência como as “raças americanas”; na verdade o que

se nota é como o pensamento racial americano com a institucionalização das ciências sociais no Brasil quer impor as suas teorias no país (Guimarães, 2008, p. 59).

E, mais.

No entanto, grande parte da invisibilidade do preconceito racial no Brasil, naquela época, se devia ao fato de que ele era estudado no contexto de comparação com os Estados Unidos. Eram as categorias americanas de "raça" e "preconceito de raça" que não se aplicavam aqui. Em vez de universais, essas eram categorias nativas americanas, alçadas a categorias universais. (GUIMARÃES, 2008, p. 60).

Nesta primeira fase dos estudos da Unesco no Brasil, é visível a constatação da tentativa de reafirmar as ideias freirianas e importar o pensamento já definidos nos EUA para as categorias raça, preconceito de raça e de classe, em relação ao negro brasileiro. Lógica que só será possível ser revertida na segunda etapa das pesquisas (Unesco), dessa vez com a presença dominante de pesquisadores e intérpretes brasileiros, inovando no manuseio dos dados das pesquisas da realidade da população negra brasileira, diga-se de passagem, tratava-se de dados empírico-descritivos levantados por esses pesquisadores, que fizeram parte do projeto, segundo é o que se observa na literatura analisada.

Por outro lado, a análise de Florestan Fernandes enfocou a desigualdade, questionando a democracia racial brasileira e a ausência de conflitos como base dessa argumentação, contrapondo-se a certo código de decoro com a prática, funcionava como obstáculo intransponível entre os diferentes grupos sociais conforme (Santos, 2010, p. 25). Nota-se, nessa análise sociológica de Fernandes, uma maneira inovadora no manuseio dos dados estatísticos, não se apegando a análise **culturalista**, nesse caso, fazendo uso de uma base teórica **funcionalista** (marxista). Ao nosso ver, centrada na análise da situação de classes sociais no Brasil, face à sua visão de revolução burguesa. E ainda acusava o seguinte:

Registrava a existência de um comportamento particular de racismo: "o preconceito de não ter preconceito", e a tendência de o brasileiro conviver com a discriminação, apesar de considerar condenável tal atitude. O racismo aparecia como algo de foro íntimo, mais apropriado para o recesso do lar, quase modo de vida (SANTOS, 2010, p. 25).

Segundo (Fernandes, 1979, p. 139), a série de investigações que se origina diz respeito a um grande projeto patrocinado pela UNESCO, que visa, por meio da pesquisa social e análise de situações empíricas de convivência entre negros e brancos,

comprovar a existência de um padrão democrático de relações raciais no Brasil, em contraposição ao padrão segregacionista americano²⁶.

Antes de passar à segunda fase, cabe-nos apontar uma outra forma de divisão adotada para tratar do que foi o projeto Unesco para o pensamento social brasileiro, a partir da definição de Osório (2008), que ao em vez de fase, divide como sendo: “onda teórica”²⁷. As relações entre classe e raça e sua primeira onda teórica, pode ser compreendida como dois pressupostos nas relações entre classe e raça: um que diz respeito a existência de muita mobilidade social no Brasil; e o da permeabilidade da estrutura social para mestiço, quanto o seu grau de branqueamento, com relação a distância ou proximidade a condição de escravo (OSÓRIO, 2008, p. 73).

Nesta concepção de análise está posta uma posição dos americanos, segundo a qual, no Brasil, existia uma mobilidade alta que passou de uma sociedade de casta para uma de classe, e por fim com a permeabilidade, eles supõem a inexistência de preconceito racial ou era visto por eles como ameno. Mas foram os estudos de Pierson na Bahia (1945) que podem ser registrados como os precursores do projeto Unesco e influenciado os pioneiros brasileiros da tradição sociológica, cuja importância pode estar no mesmo nível de Gilberto Freyre, com a visão de que o Brasil podia ser visto como paraíso das relações raciais.

A segunda fase do projeto tem como marco a metade da década de 1950, encerrando-se na década de 1970, e se diferencia da primeira fase não só porque foi baseada em pesquisas efetuadas nas regiões Sudeste e Sul do país, mas também pelo enfoque adotado, oposto àquele tipo de leitura presente nos estudos que o antecederam. São os trabalhos de Roger Bastide, Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Luís Aguiar da Costa Pinto que marcam essa segunda fase, entendemos que foram pesquisas de fontes estatísticas e não de fontes empíricas como foram os primeiros estudos.

²⁶ Essa nova forma de abordar as relações raciais conta com a participação, além dos intelectuais brasileiros, de dois norte-americanos e um francês. Esse programa, apesar de se constituir vinculado ao pressuposto do contraste Brasil/Estados Unidos, acaba por alterar a trajetória dos estudos sobre a referida questão (FERNANDES, 1979, p. 139).

²⁷ Para este, qualquer tentativa rígida de periodização da produção teórica sobre desigualdade racial ou mesmo de separação de autores por escola estaria de antemão fadada ao fracasso. A noção de onda implica fluidez, continuidade e diferença. Numa enseada, uma mesma onda chega às areias em momentos distintos. Em alguns pontos da enseada a onda que a sucede demora a chegar; em outros, ambas estouram quase simultaneamente, ao ponto de ser difícil distingui-las. É o caso dos movimentos teóricos a serem discutidos. Para alguns autores, há momentos da obra em uma onda e momentos em outra [...] (OSÓRIO, 2008, pp. 71-72).

E mais, reagiram a afirmação dos autores da primeira fase que defenderam inexistência de preconceito racial, a ideia de o Brasil ser o paraíso das relações raciais, que a preponderância de classe ainda que pequena sobre raça, podia garantir ao Brasil, um país sem problema racial. E o que ao nosso ver foi mais grave nessa fase, foi crerem e defenderem com as transformações socioeconômica porque estava passando o Brasil, a ascensão social, cultural, econômica e política, atingiria todos: como isso os de baixo como os negros seriam beneficiados, daí o mito da democracia racial, que se afirma até hoje estar presente nas relações raciais brasileira (OSÓRIO, 2008, p. 76).

Destacamos três grandes questões para este texto entre inúmeras que deixaram de ser tratadas, por nós uma trata, da metodologia de pesquisa que os autores passam a se utilizar na coleta e análise dos dados sistematizados por eles outra, foi nosso entender, a herança perigosa da fase anterior que foi o fim do racismo e por fim, as questões teóricas que passam a surgir como novas abordagens. Algumas passaremos a mostrar em outros autores, de forma sucinta nesse final.

A inovação trazida por esses intelectuais ancorava-se na admissão da tese de que o Brasil foi colonizado – uma colonização realizada por uma metrópole periférica como Portugal e, portanto, com uma particularidade dentro do processo de organização internacional do capital. É com base nesse enfoque que as questões levantadas pelos autores estarão sempre vinculadas à análise de origem genética da formação do Estado brasileiro, cuja filiação está em Prado Júnior²⁸. Mudam-se, portanto, a ótica e a linguagem da sociologia, superando-se o estilo “jurídico e literário” e conduzindo-se à identificação das origens histórico-sociais do racismo²⁹ (NASCIMENTO, 2012 p. 150).

Os autores, ao rejeitarem as noções de democracia racial e de uma ordem racial harmônica (à exceção de Bastide), vão propor uma leitura da exclusão do negro e das injunções da classe social, tal como se colocam numa sociedade gerida por relações de produção capitalista, em maior ou menor grau, conforme a ênfase em seus trabalhos. Fernandes e Ianni são tidos por algumas vertentes do movimento negro como os autores

²⁸ PRADO JÚNIOR, C. *Evolução Política do Brasil: colônia e império*. São Paulo: Brasiliense, 1934.

²⁹ Na mesma linha de interpretação foi produzido o livro *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* (1977), de Fernando Henrique Cardoso, em que todo o peso da desigualdade entre brancos e negros é transferido para as injunções da classe social, que, sob a égide do sistema capitalista, se apresenta sob a máscara da cor.

que mais vincularam a questão racial à classe social (NASCIMENTO, Abdias do. *Jornada Negro-libertário*. Rio de Janeiro; IPEAFRO, 1984. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/30472/>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2017.

Essa perspectiva, que estabelece um parâmetro entre a categoria da raça e de classe social, vai tornar-se hegemônica a partir de então na “sociologia das relações raciais” no Brasil. Apesar de surgirem posteriormente encaminhamentos divergentes e críticas a essa posição, a questão negra tem estado constantemente permeada por essa orientação.

Fernandes, maior representante dessa posição, ao produzir vários trabalhos sobre a exclusão do negro, particularmente aqueles que residiam em São Paulo, é conhecido também como o “pesquisador do negro”. O conjunto de obras que sistematizou no período compreendido entre 1951 a 1979 (algumas em conjunto com a militância negra) que ia além das tarefas acadêmicas, chamam atenção para as questões que explicam o tratamento desigual atribuído ao negro, que ao nosso ver fazem parte da assimetria das desigualdades existentes contra o negro.

Ainda seguindo nosso diálogo com as referências de nossa base teórica, trata-se de um dos estudos clássicos da historiografia brasileira sobre relações raciais, que é a obra *Rebeliões da Senzala*, de Clóvis Moura, publicada em 1959. Moura, embora não seja muito conhecido entre os pesquisadores novos da temática do negro, era um marxista que no final da década de 1940 já defendia a articulação da categoria classe com a categoria raça como forma de entender a desigualdade entre brancos e negros no Brasil. Este autor reafirma sua posição marxista nessa mesma perspectiva em outra obra: *Sociologia do Negro Brasileiro*, publicada em 1988, quando se refere:

Queremos dizer, inicialmente, que se trata de uma tentativa exploratória de se empregar a dialética materialista ao problema do negro brasileiro no seu aspecto organizacional e ao nível de convergência entre os seus valores culturais, trazidos da África, e a função dos mesmos em uma sociedade de classes, mais especificamente, em uma sociedade de capitalismo dependente como a brasileira (MOURA, 1988, p. 109).

Este autor pode ser considerado como um dos maiores sociólogos negros do Brasil. Em *Dialética Radical do Brasil Negro* que poderia ser a síntese do seu pensamento, nota-se que não se trata apenas e tão-somente de uma obra de reflexão sobre as relações raciais no país, mas sim de uma proposta teórico-conceitual sofisticada de pensar o Brasil. Nela, há a preocupação de estudar a dinâmica das relações raciais

como um elemento central na estruturação da sociedade de classes brasileira (MOURA, 2014, p. 15).

Para o autor há um "problema do negro no Brasil", cuja participação permanente na solução do problema racial e social brasileiro, poderia ter a incumbência das ciências sociais (Sociologia e Antropologia), porém, essas não as têm. Então, de acordo com Moura (2014) "[...] Isso trouxe como consequência, uma ciência feita de fragmentos, sem sistema interpretativo capaz de ligar as diversas partes ao seu todo, a não ser no plano de uma maior ou menor reminiscência que os grupos negros brasileiros têm das suas culturas matrizes". Completa ele:

Sociólogos e antropólogos colocaram o tema do negro em uma mesa de necrotério, e passaram a dissecá-lo como se ele fosse apenas um corpo morto a ser estudado nos seus mínimos detalhes, para posterior diagnóstico da sua *causa mortis*. [...]" (MOURA, 1988, p. 110-127).

A resposta de Moura às teses do branqueamento e da democracia racial, que predominaram na academia brasileira até os anos de 1950, ganha visibilidade com um grupo de pesquisadores encabeçados por Fernandes, os quais estamos tendo a honra de trazê-los para o debate de conteúdo, para entender em que base se forjou a construção, luta política (ações coletivas), participação do negro na organização do Movimento Negro Brasileiro. Podemos considerar essa trajetória da produção intelectual brasileira, como sendo uma espécie de movimento dos intelectuais para reforçar e subsidiar as lutas dos movimentos negros brasileiros.

O ideal de branqueamento para o negro brasileiro fica subentendido que seja a ideologia do negro buscando se igualar ao branco, negando a si mesmo. O negro percebe que conviver numa sociedade onde ele é visto como inferior, desigual e excluído, prefere negar aos seus valores culturais e sociais, querendo se equiparar ao branco que não vive importunado por causa da cor de sua pele, do seu cabelo, do seu corpo (fenótipo), financeiramente e até mesmo onde mora. Para Ianni (1987) "o ideal de branqueamento, levando a tais limites as aspirações dos negros e mulatos, provoca, evidentemente, alguns desequilíbrios no seio do grupo. As possibilidades de branqueamento não são do domínio dos indivíduos de cor".

Reforçamos a vinculação feita por Moura ao branqueamento para entender que essa ideologia pode ser uma forma de hierarquização de negros e mulatos, que certamente trará implicações na organização em movimento, por exemplo, a mulata não quer nunca ser confundida com a negra (Moura, 2014, pp. 217-220). O negro, quando

pobre, aceita casar-se com negra, mas “quando é doutor” quer uma branca. Esse exemplo, é fortemente observado hoje na prática militante do negro que é do movimento e ascende a uma função ou formação mais elevada, vira classe média, este diminui em quase zero sua militância; é o que os marxistas em seus estudos de hoje estão propondo que se inclua o debate da importância da contribuição da classe média na luta, vinculando ao conceito de “pequena burguesia” em Marx (Ver Marx e Engels,1984).

É notório que o nosso quadro teórico atravessa os limites lacunar de uma definitiva teoria dos movimentos sociais, quer seja no campo da teoria marxista ou dos teórico que se filiam a esse pensamento, mas especificamente ao campo dos "Novos Movimentos Sociais" dos anos 1960, que negam a teoria marxista e a inexistência dos conflitos, para uma análise mais focada na temática e problemática do negro no Brasil, cuja luta tem início na senzala como busca de liberdade; no pós-abolição e fundamentalmente, na sociedade moderna (capitalista), uma parcela dos negros e de suas organizações, tem tentado fazer, uma luta de forma coletiva e articulada para garantir os direitos sociais, políticos, econômicos e culturais, e a partir dos anos 1970, suas lutas e organizações, têm sido por uma ação coletiva principal de combate ao racismo e defesa de negras e negros, a partir de um Movimento Negro, que tem tentado atuar integradamente em nível nacional, como fez o Movimento Negro Unificado – MNU (1978).

Abrimos um parêntese para nos referir a um discurso do âmbito da sociologia, ainda que por meio de um único sociólogo, devido este capítulo está encharcado de pensadores deste campo do conhecimento e entre eles, pelo menos dois Florestan Fernandes e o que vai se pronunciar, destacaram a reorganização do Movimento Negro como um ponto de referência para o desenvolvimento da sociologia voltada à temática do negro.

A sociologia, dos pioneiros e da primeira fase do projeto Unesco nos deixou um legado de senso comum e de conservadorismos. Desenvolveu uma tradição de uma sociedade fechada (em casta), de uma sociedade de classe com pouco ou sem preconceito, harmoniosa e de uma crença que com a sociedade moderna o negro seria integrado, teria ascensão e o racismo (preconceito racial e a discriminação) acabaria. Esta sociologia foi marcada por diversos intelectuais, aqui mostramos apenas: Tales de

Azevedo; Arthur Ramos e Charles Wagley, este último fez estudos em comunidades indígenas rural no baixo Amazonas, no Pará, seus estudos são fundamentais nessa tradição sociológica.

Na segunda fase do projeto Unesco a atenção é para Fernandes muito destacado em nossa dissertação e seus estudos sobre a “Integração do negro na sociedade de classe”, que influenciado pelos pioneiros na sua perspectiva “estrutural-funcionalista” num determinado momento de sua análise vai defende que o racismo desapareceria com o advento da sociedade moderna. Mesmos que em obra como o “protesto negro” tenha desmentido tal afirmação, cremos que é aonde se pode criticá-lo.

O projeto Unesco em nosso trabalho, nos é útil teoricamente, no campo sociológico e nos ajudou a compreender as manifestações e as mobilizações que desde os anos 30 geraram contribuição para as primeiras ações coletivas dos negros e a formação do primeiro Movimento Negro, e ainda do Movimento Negro que se segue até aos nossos dias. Ademais, um conjunto de outros autores que compõem esse nosso mapa, que vão de Roberto da Matta, Rofbauer, Hasenbal, Nelson Silva, Moura, Gomes, Galvão, Ianni etc.³⁰. Nos concentramos na compreensão de por que um fenômeno como o preconceito e a discriminação raciais passavam despercebidos ou não ganhavam a relevância moral e política que em outros países, ganhou? Porque essa sociologia ou negava a existência desses fenômenos ou procurava explicar por que eles não resultavam em conflitos sociais importantes? Ou então podemos ficar com a ideia de Moura, que de acordo a sua Sociologia, os outros sociólogos tratam o “o negro como cobaia sociológico”, mas na verdade, no meu entender crítico, devemos conhecer, quanto mais esses pensadores e, extrair deles o que possa servir à análise de nosso

³⁰Pinto (1953) e Fernandes (1955), o preconceito racial existia sim, mas se manifestava no Brasil apenas nas camadas altas e médias, remanescentes das classes senhoriais. Para o primeiro, grosso modo, ele era o produto de um modo alienado de perceber as modernas relações capitalistas de classe; para o segundo, o preconceito, na ordem competitiva ou capitalista, persistia como resquício do passado, estando os grupos dominantes presos à defesa de privilégio da sociedade escravista. Azevedo (1956) trilha caminho similar ao sugerir que os grupos de cor no Brasil seriam verdadeiros grupos de prestígio, no sentido weberiano. O preconceito racial seria, portanto, o modo de delimitar as fronteiras de prestígios de classe social. Da Matta (1990) vai ainda mais longe. O passado a que se refere Florestan não teria nunca terminado. A sociedade brasileira guardaria traços de sociedade hierárquica e desigual, que os ideais individualistas e liberais não teriam conseguido reverter. Assim, diz ele, "ninguém é igual entre si ou perante a lei; nem senhores (diferenciados pelo sangue, nome, dinheiro, títulos, propriedades, educação, relações pessoais passíveis de manipulação, etc.), nem os escravos, criados ou subalternos, igualmente diferenciados entre si por meio de vários critérios [...]. (IANNI, 2004, pp. 18-28).

tempo e espaço, para tentar superar as correntes sociológicas que ainda põe o negro, nas condições defendidas por Moura.

2.2-O surgimento da ação coletiva no discurso do movimento negro brasileiro

Neste balaço panorâmico historiográfico e sociológico que acabamos de apresentar, é possível se verificar que foram poucas as vezes que os analistas e interpretes do Movimento Negro deram ênfase ao tema da **ação coletiva** que dá origem a qualquer tipo de movimento social. Por isso, se faz necessário uma discussão mais detalhada sobre esta categoria teórica, pois é com esta que se originam tudo começa e, portanto, e que em geral a maioria dos integrantes e o próprio movimento trata desta importantíssima categoria histórica (com pouca atenção), a qual observamos que começa a integrar o discurso dos militantes e ativistas dos movimentos sociais, conforme já com muito mais ênfase e matéria de estudos dos estadunidenses. Ao percebê-la, que a mesma passa integrar o discurso dos militantes do Movimento Negro no com a retomadas nos anos 70, optamos por ser ela o nosso objeto de estudo.

A literatura especializada dar conta de que este termo (ação coletiva) nasce no debate teórico desenvolvido nos EUA, assim como a teoria dos movimentos sociais foi desenvolvida na Europa. Os estudos de (Avritzer, 1997; Alexander, 1998; Mutzenberg, 2012) estão fundamentados em um conjunto de interpretes³¹ desses dois países e da América Latina, incluindo o Brasil. Os quais consideram o “modelo clássico”, o “neoclássico” e o “contemporâneo”, como elementos relevantes em suas análises. Ressalve-se também, entre esses pensadores as “teorias pós-coloniais como uma outra lógica de interpretação dos processos sociais”, com bastante ênfase neste assunto nos dias atuais na produção de conhecimento brasileira.

Os autores referidos das teorias de ações coletivas e movimentos sociais em suas abordagens diversificadas, as quais são marxistas, funcionalistas, interacionismo simbólico entre outros, cuja mesmas traçam uma análise mais aprofundada dos

³¹ Tais pensadores têm produzido seus estudos e pesquisas, que vão desde os anos 80 aos dias atuais, influenciando pesquisadores no Brasil, na América Latina, nos EUA, na Europa e na África, com os temas das ações coletivas e dos movimentos sociais. O temos observado para o caso dos estudos brasileiro é que ainda há pouco destaque para as ações coletivas e dos movimentos sociais negros, visto sabermos que com a nova dinâmica surgida sobre esse assunto, a partir dos anos 2000, constata-se ter havido uma boa produção em decorrência da criação da Associação dos Pesquisadores Negros, o sistema de cotas e as políticas públicas implementadas por meio de alguns órgãos criados nos governos do PT em todo o país.

processos sociais, seus conflitos, sobre a sociedade civil, o Estado, cidadania e direitos humanos. O objetivo aqui é compreender por meio das abordagens desses pensadores das ações coletivas do Movimento Negro no Brasil e em especial em Belém, o que de fato são as ações coletivas.

Neste trabalho elegemos a ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros como a ação política principal do Movimento Negro, nossa categoria de campo e objeto deste texto. Pois é dela que no nosso entender nasce o “protesto social” o “protesto negro” (que são formas de ações coletivas) que teve início nas primeiras décadas do século XX, pouco enfatizada no Brasil (nas análises de movimento negro) até por volta dos anos 30 quando o mesmo foi silenciado pelo golpe de Vargas, reaparecendo com as lutas do TEN e outras organizações (a partir dos anos 40) da época, novamente silenciadas pelo golpe militar de 1964 e só voltando a aparecer nos anos 70, quando por exemplo, Fernandes (2017) passa a denominar as manifestações, atos e mobilizações dos negros em movimento de “Significado do Protesto Negro”.

Diante do exposto, para Avritzer (1997) "protesto social", é “entendido como forma de ação coletiva ou momentos de visibilidade de um movimento social. Considera-se que a análise dos protestos sociais leva a reconhecer o legado teórico e metodológico referente à análise das ações coletivas e dos movimentos sociais”. Ao nosso ver, aprofunda uma importante discussão do nosso objeto, direcionada as ações coletivas e ao protesto social, com um pouco mais de explicação em texto à seguir.

Outro aspecto que tem desafiado as análises dos protestos sociais diz respeito à diversidade e inovação dos meios de protesto, na qual se redefine o repertório das ações coletivas (MUTZENBERG, 2012, p. 1).

Aproveito essa ‘brecha’ para apresentar o nosso problema de pesquisa, que é o seguinte: Por que a ação coletiva principal do Movimento Negro em Belém é o combate ao racismo e a defesa de negras e negros? A explicação que dei para ação coletiva principal, combate ao racismo e defesa de negras e negros é de cunho empírico. Sendo assim, considero ação coletiva principal, porque é muito raro um Movimento Negro que tenha nascido em Belém que a causa de sua origem, não tenha sido por meio de uma ação coletiva de combate ao racismo. E logo, combate ao racismo é a primeira forma de ação coletiva, de onde se origina o Movimento Negro e, com relação a defesa de negras e negros, é porque para os negros que se organizam em Movimento Negro é necessário, também que se defenda negros como ação política, protesto social, etc., é a isto que, por exemplo, Florestan Fernandes (2017) chama de “protesto negro”.

E reforçando ainda, Santos (2008) define do que é capaz o racismo no Brasil. “O racismo é uma forma de dominação estrutural na sociedade brasileira que só adquire sentido por meio da luta social, da luta de classes, da luta contra a ordem. O racismo é um fator estrutural, está na própria essência da formação brasileira”. O que seria muito pior se não houvesse o Movimento Negro para combatê-lo e defender os negros, contra essa ameaça praticada diuturnamente, contra negras e negros. Por tanto, a resposta à nossa questão problema é: *Todo Movimento Negro em Belém, se origina de uma ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros.*

Digo que a minha tese é empírica porque as fontes de onde tiramos as informações textuais encontram-se em arquivos documentais, narrativas pessoais nossas, entrevistas desta pesquisa e nossas observações e práticas de nossa militância. Em 1978, com a retomada do Movimento Negro, a causa das manifestações, das mobilizações, dos atos e protestos, que formam uma ação coletiva (de repercussão nacional) foi em razão do racismo e da violência. Em Belém, a origem da primeira organização negra, nasce de uma ação coletiva de um grupo que se une coletivamente para combater ao racismo.

E mais, há que se considerar, o quanto relevante é uma dada ação coletiva de um dado grupo organizado em busca de seus direitos básicos, numa sociedade coercitiva como a brasileira e, que brilhante explicação nos traz este autor:

Considera-se que "protestos sociais" são um fenômeno ubíquo na história, nas mais diversas sociedades e processos civilizatórios. Tais manifestações foram e são classificadas e nomeadas a partir de posições sociais, de interesses, de concepções de quem as classifica ou as nomeia. Há, assim, condicionamentos sociais, culturais, políticos e de concepções do real subjacentes à produção de conhecimento/desconhecimento sobre os fenômenos aqui referidos (AVRITZER, 1997, p. 2).

Ainda sobre Avritzer (1997) ele afirma que “as abordagens consideradas clássicas, destacam-se as teorias psicológicas do final do século XIX, o funcionalismo, o interacionismo simbólico e o marxismo. Nesta dissertação o destaque está mais voltado para o marxismo e os intérpretes que se aproximam desta análise. Um outro autor do modelo clássico de interpretação dos movimentos sociais (Alexander, 1998, p. 2), reforça tais abordagens e destaca, por exemplo, a tradição marxista, sem deixar de tecer aos seus teóricos as devidas críticas e observações. Para que não se pense, que mesmo tendo em nossa investigação não se faça a crítica a ele.

Segundo Alexander (1998) “as ciências humanas, em particular a sociologia, desde a sua formação, esse tema se fez presente e adquiriu, ao longo do século XX, *status* reconhecido, constituindo-se num campo temático específico e tema obrigatório da teoria social contemporânea”, ou seja, os movimentos sociais desenvolvidos na Europa estudados no Brasil, pelo menos até aos anos 70 do século passado, foi muito carregado em suas análises com base no modelo clássico.

Isso fez com que fosse observada uma definição de movimentos sociais pouco abrangente. Diante de diferentes momentos e contextos diversos, se levou em conta aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos, limitando-se, a esta definição que não alcança a sua pluralidade. Nesse sentido, *movimento social* é considerado como forma historicamente situada que se tornou viável com a consolidação dos Estados nacionais modernos (Alexander, 1998, p. 4). Então nos perguntamos, um Movimento Negro pode ser definido de acordo com esse conceito? Cremos que sim, porém para justificar essa afirmação, apresentamos uma certa conceituação de Movimento Negro, segundo Cardoso (2002) o qual define que “o Movimento Negro é um processo constante de organização de forças culturais e sociais bastante heterogêneas em torno de um projeto histórico. Para efetivar-se a si mesmo, o Movimento Negro, está situado dentro de um jogo dialético: negação, construção e afirmação permanente da identidade racial”. O que nos levar a considerar que os movimentos sociais e da mesma forma o Movimento Social Negro (MSN) contemporâneo e de hoje, deve também ser considerado a partir de uma análise “pluralista”, sem que se caia num dado ecletismo.

Para Mutzenberg (2012) “a presença de movimentos sociais no Brasil, particularmente a partir dos anos 1970, canalizaram diferentes categorias sociais em torno de diferentes temáticas e/ou orientações, construindo espaços de participação política em seu sentido mais amplo (...)”. Com a ideia de que o negro é um sujeito organizador de seu próprio combate, mobilizador de suas ações coletivas, sempre trabalhou incessantemente por mais de quatro séculos forçado e hoje, digo, vive uma espécie de liberdade camuflada ou confinada. Que suas lutas sempre foram desenvolvidas no cotidiano da população brasileira e que no final dos anos 70, recorreu também, a matriz eclesiástica que tinha uma atuação muito forte no Brasil em defesa das camadas populares, isso porque, a matriz marxista e sindicalista, atravessava uma

fase crítica de crises e derrotas, conforme apontam os analistas deste tema, inclusive este acima.

Os movimentos sociais, entre eles o Movimento Negro sofreu o impacto e se vale de tais matrizes para fazer frente a sua luta social que ressurgiu em meio as demais lutas sindicais, populares, culturais e identitárias, que se desenhou naquele contexto e conjuntura, resultado de um cotidiano mobilizado e reativo, contra o racismo estruturante da sociedade brasileira. O Movimento Negro teve que recorrer a história secular de luta por emancipação em todos os momentos negada pelo Estado, governantes e as classes dominantes, através de suas elites e burguesia branca e racistas, que controlam hegemonicamente o poder e impõem seus valores ideológicos a sociedade civil (CARDOSO, 2002, pp. 13-20).

Quando nos referimos a matriz principal de abordagem desde trabalho, o marxismo, temos em conta que esta tradição de interpretação, desde os movimentos sociais clássico se preocupou em explicar quem é o principal responsável causador da exploração do homem: o capital, o qual deve ser responsabilizado por todas as desigualdades que surgiram na sociedade moderna e nas sociedades do presente. Neste caso a sociedade brasileira, quando neste particular, os negros são vítimas histórica dessa exploração, aonde suas liberdades são oprimidas, vulgarizadas, banalizadas e naturalizadas, à negação dos regimes passados e presentes, com base nas lógicas impostas pelo capitalismo, que pouco mudaram até ao presente momento, mesmo a versão neoliberal dos anos 1990, alertamos para não deixar de ficar antenados com a realidade das ações coletivas e à dinâmica do Movimento Negro.

Ainda com relação aos modelos clássicos de análise, segundo (Alexander 1998, p. 5) temos que considerar o pensamento sociológico que discute os conflitos sociais, oriundos da sociedade moderna e entre eles os conflitos enfrentados pela sociedade moderna e, entre os teóricos está, segundo Alexander (1998) “Karl Marx, o primeiro e mais importante ideólogo de um movimento revolucionário do século XIX, contribuiu mais do que qualquer outro contemporâneo para firmar o prestígio do modelo clássico”. Com isso devemos atualizar este modelo para podermos entrar na discussão da identidade e da cultura, pouco discutida em tal modelo, o que se pode observar neste excerto.

A necessidade de introduzir uma correção ao mesmo tempo histórica e teórica no enfoque clássico para incluir os significados culturais, as

identidades psicológicas e uma teorização dos fatores institucionais parece levar diretamente ao estudo dos novos movimentos sociais. Essa importante linha da Sociologia recente, que se originou da Europa, mas que hoje é muito difundida nos Estados Unidos, estuda os movimentos sociais partir de uma perspectiva que leva em conta a contingência e a subjetividade dos atores e revela uma forte sensibilidade para os aspectos históricos e institucionais (ALEXANDRE, 1998, p. 17)

Chamamos a atenção para o que nos aponta Cardoso (2002, p. 19) na particularidade do Movimento Negro diante dos demais movimentos sociais, que este movimento é uma forma de ligação para que haja equilíbrio entre a tradição. Que remonta a ancestralidade com base na herança cultural e no mundo moderno de nosso tempo. Isso coloca o Movimento Negro por meio de sua “matriz discursiva” como produto da herança histórico-cultural, o que o diferencia dos demais sujeitos sociais e marca a singularidade do Movimento Negro brasileiro.

O Movimento Negro que emerge do processo de lutas, conflitos e protesto que se sucederam nos anos 1970 e explode em 1978, tem em sua lógica os resquícios da luta operária (sindical), popular (comunitária) e pela redemocratização, em oposição ao regime militar instalado no país, desde 1964. Entretanto, dão ênfase a sua própria realidade que naquele momento foi desafiada a ter que quebrar o silêncio imposto pelo Estado; mobilizar recursos sociais, matérias, culturais e políticos para afirmar seus protestos (ações coletivas) e retomar o Movimento Negro há mais de 10 anos acudo pelo golpe militar de 1964.

Este momento do tempo e do espaço, em que se constituiu o Movimento Negro com base em uma ação coletiva principal que é o combate ao racismo e com uma tendência não institucionalizada, hoje precisa ser visto a partir de um olhar na história do escravo e do negro na demografia brasileira. Com este entendimento, segundo Cardoso (2002) “neste sentido escrever a história do Movimento Negro, só é possível, metodologicamente, se relemos o passado com os olhos do presente; buscar no entretecido do passado e do presente. O Movimento Negro percebe o presente pelo que ele é, mas só percebe o passado pelo que é presente”. Há de se observar nesse entendimento a presença de um paradoxo, porém para uma releitura do passado, devemos nos defrontar com os vícios causados pelo presente, os quais entrelaçam as nossas análises deste momento histórico (CARDOSO, 2002, p. 19).

Analisando o pensamento de Cardoso neste parágrafo e em outras passagens em nosso texto, visto que ele foi um homem de ações políticas reais e objetivas enquanto

militante do MNU, e quando tratamos de ações políticas estamos também, nos referindo as ações coletivas e ao Movimento Negro, que percebe o passado à luz do presente, para nós hoje significa que este trabalho deve apontar o presente do período de 1995 a 2013, por meio da releitura do passado, o que vai se constituir no Movimento Negro presente na realidade dos negros de Belém, neste contexto.

Institucionalização do Movimento Negro de Belém, verificamos que neste campo este movimento, que como vimos, nasceu com o reflexo da visão revolucionária do modelo clássico de organização social, seguia essa orientação, porém no curso de sua história política se orientou pelo menos por duas “tendências” uma que defende a participação do Movimento Negro na instituição pública de Estado e na gestão de governos e outra que defende se manter na base e quando possível assumir cargos em gestão pública. Falamos concomitantemente, das tendências “político-ideológica” e “interventiva”. A cultura política do Movimento Negro no Brasil, mesmo sendo o negro considerado como a força motriz da economia, seja no passado escravo, como na sociedade industrial moderna capitalista, perpassando até aos nossos dias, não conseguiu até então impor um projeto político como ação coletiva que possa se contrapor a democracia liberal que após ao golpe militar de 1964, se consolidou como monopólio de poder da terra, das grandes corporações, do sistema bancário, dos meios de comunicação, etc. Cremos que ainda falta ousadia e estratégia política para ampliar o conflito e disputar poder com as forças conservadoras e reacionárias brasileiras. E especialmente, em Belém do Pará.

A busca dos direitos políticos e sociais, como bens e serviços essenciais para a população negra, que hoje representa mais de 50% da população brasileira desafia todo o conjunto das organizações negras. O Movimento Negro como em sua maioria, não estar fazendo parte das forças não-conservadoras da sociedade, ainda não consegue se impor radicalmente ao excesso de regulação do Estado, mas, contudo, consegue contribuir quando a gestão é democrática. Com o controle social como mecanismos privilegiado de participação dos setores progressistas (“de esquerda”) da sociedade na produção de políticas públicas, isso também foi uma batalha de enfrentamento feita pelos grupos negros em todas as regiões do país.

Por fim cremos que conseguimos demonstrar neste tópico o que é uma ação coletiva, seus continentes de origem e a sua importância para a construção de um

movimento social e em especial o Movimento Negro. Podemos também, aprofundar tanto a ação coletiva como o Movimento Negro em que essas duas categorias teóricas são desenvolvidas no Brasil e o porquê as manifestações e mobilizações de negras e negros, dão origem ao protesto negro, ao protesto social, os quais são em síntese o processo que dá origem as ações coletivas e a partir delas se organiza o Movimento Negro Brasileiro e, certamente, como veremos no próximo capítulo, o nosso Movimento Negro em Belém.

CAPÍTULO 3: MOVIMENTO NEGRO EM BELÉM

Já investigamos as teorias e os conceitos das ações coletivas e dos movimentos sociais, suas fontes de origens e articulamos os mesmos com tais ações coletivas e os movimentos sociais brasileiros, entre eles, a ênfase é para um tipo específico de ação coletiva e de movimento social: O Movimento Negro. Neste capítulo nos cabe sistematizar a ação coletiva e o Movimento Negro, de forma a observar, ouvir e relacionar os dados da pesquisa de campo, com base na realidade histórica e contextual, em que este fenômeno estar situado, no seu território de origem.

Por isso, é importante saber com mais detalhe como se encontrava o cenário das lutas populares em Belém e como se dava a participação dos negros nessas lutas, com base em uma retrospectiva histórico-sociológica que considera o ano de 1978, como um marco referencial para a origem do Movimento Negro em Belém. Considerar ação coletiva principal de combate ao racismo, levar em conta sua relação com o Estado e governantes; sua interlocução com a população negra e sua articulação com o movimento negro nacional.

Com isto, vamos refletir acerca da origem histórica e sociológica do Movimento Negro em Belém; discutir a realidade deste movimento desde sua origem até hoje e por fim analisar tal movimento frente aos governos do PT e seus aliados. Considerando os dados empíricos da pesquisa de campo e de nossa experiência como militante.

Vamos apresentar de forma mais detalhada a sistematização que fizemos na tentativa de atender ao problema de pesquisa, aos objetivos e ao campo teórico que optamos, com isso, seguimos os seguintes procedimentos metodológicos. Revisão bibliográfica e leituras de documentos sobre o tema e objeto de estudo escolhidos; pesquisa de campo com observações sistemáticas, entrevistas, aplicação de questionário para os sujeitos investigados, alguns dados estatísticos, da internet e a análise desses dados.

E ainda, para melhor compreender a dinâmica de organização do Movimento Negro em Belém, o dividimo em quatro tipos e três fases. Os tipos são: as associações mistas urbanas; as associações de afroreligiosos urbanos; as associações quilombolas e outros. As fases vão de 1980 com a criação do primeiro Movimento Negro em Belém a 2013, quando o Movimento Negro começa a entrar em refluxo, ou descontinuidade.

O mundo nesse final e início de século XXI, ainda enfrentava seus graves problemas econômicos e um gravíssimo dilema envolvendo a questão racial no mundo e lógico, que essa ordem mundial, afetava o Brasil, que é mobilizado pela intolerância religiosa, a contradição natureza e sociedade, as hierarquias masculino-feminino, as tensões e lutas de classes, seguidos por protestos e reações de inúmeros movimentos sociais que povoam a sociedade nacional.

Atravessava-se nesse período o agravante final do primeiro governo e todo o último do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em Belém, vivia-se o clima da campanha para eleição do prefeito da cidade e como é comum em certa medida, em todo o período eleitoral, o envolvimento dos movimentos sociais e neste particular, do Movimento Negro, que passava por uma profunda crise de refluxo em sua atuação.

Parte do Movimento Negro em Belém entrou na campanha eleitoral do candidato do PT e com a eleição do candidato desse partido, pôde pressionar e barganhar junto ao Prefeito e ao Estado algumas demandas, cuja mais importante foi a criação do Conselho Municipal do Negro em 1997 e a Coordenação de Política de Promoção da Igualdade Racial (CEPPIR) na Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH) em 2007.

O Movimento Negro em Belém nesse período, tornou-se muito mobilizado e atuante, ainda que os governos do PT e seus aliados no município tenham se encerrado em 2004, o reflexo das ações do Estado com a eleição do Presidente Luís Inácio Lula em 2003, repercutia positivamente nas ações coletivas mais abrangente do Movimento Negro. Para completar essa safra de governos ptistas, em 2007 é eleita para governadora do Estado Pará, Ana Júlia Carepa do PT. Este cenário de governos ptistas com ações de Estado para beneficiar a população negra e manter o Movimento Negro em Belém mobilizado, praticamente, se encerra em 2013, daí a razão da nossa investigação se limitar a este ano.

3.1-A origem do Movimento Negro em Belém

A ação coletiva de combate ao racismo e o Movimento Negro em Belém investigados por esta dissertação têm origem com as manifestações, mobilizações e ato que criou o Movimento Negro Unificado – MNU em (1978). Com o surgimento deste movimento de cunho nacional, definiu-se, expandi-lo para todo o território brasileiro.

De acordo com representantes entrevistados pela nossa pesquisa de campo, dois movimentos negros surgiram imediatamente na Região Norte do Brasil: O Centro de Cultura Negra no Maranhão (CCN) e o Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA) no Pará, os quais ilustram com a sua trajetória histórica, nossa investigação.

A introdução do capítulo anterior nos deu um quadro da importância das transformações que ocorreram no contexto internacional, nacional e local, que marcam a década de 1970, essas transformações aconteceram na dinâmica da economia, na divisão social e racial do trabalho, na política, na cultura e na mudança de regime de classe: o neoliberalismo. A conjuntura brasileira vivia ainda sob a forte coerção do regime militar de 1964, os movimentos sociais, sindicais, partidários, Igreja, etc., e entre eles o Movimento Negro Brasileiro, lutavam ainda que de formas precárias em oposição ao regime vigente, pela redemocratização do país, por meio da retomada e revitalização de suas organizações.

É neste cenário contraditório e polêmico que se dá a ocorrência de um fator que foi determinante para que houvesse a retomada da mobilização, participação e protestos sociais reativos das lutas dos movimentos negros brasileiros, impedidas pelo Golpe Militar no início da década de 1960. Tal fator foi o crime de racismo ocorrido com 4 jogadores negros no Clube Tietê³² e também, a violência: a morte de Robson Silveira da Luz, negro, operário em São Paulo. Surgida em meio a esses acontecimentos, a ação coletiva de combate ao racismo e a violência, que vai dar origem ao Movimento Negro Unificado contra a Discriminação e o Racismo (MNUCDR). Marco histórico para origem do Movimento Negro em Belém.

Em Belém como em várias capitais brasileiras, se vivia em plena mobilização de organizações e instituições populares sindicatos, partidos, associações, clubes de mães, jornais populares, ação da Igreja Católica, etc. Os negros estavam diluídos em todos esses espaços de lutas, porém sua luta específica estava invisível ou era negada. Foi somente com a repercussão das manifestações, mobilizações e o ato que os negros

³²Lembrando ao leitor que esse tipo de crime de racismo ocorrido com os jogadores negros no Clube Tietê tem origem no Brasil desde a criação dos primeiros clubes pelos brancos, os quais proibiam os negros de entrarem em seus clubes. O que fez com que os negros também fundassem seus próprios clubes, a literatura revisada dá conta da existência desses clubes em todo o Brasil, os quais, antecederam os movimentos reivindicatórios do início do século XX, em existiam vários clubes com essa origem, podemos citar, por exemplo, no bairro do Jurunas o “Clube Beneficente Imperial e o Clube Libertos (CONCEIÇÃO, 2016).

realizaram na capital paulista com caráter nacional que “um grupo de negros” (em Belém) decidiu se juntar por interesses coletivos e apelo deste evento de São Paulo, para se prevenir contra o racismo, coisa que só é possível se for feita coletivamente” (entrevista da representante do CEDENPA).

Ainda conforme a entrevistada do Centro de Estudo e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA): “mesmo havendo em Belém bastante organizações mobilizadas, juntamente com populares reivindicando direitos, os negros continuavam diluídos e desorganizados e confinados, porque essas lutas não atendiam, especificamente, as suas reivindicações e nem tão pouco, conseguiam valorizar as demandas dos negros locais e nacionais, saídas das manifestações e mobilizações em São Paulo, que visava criar um tipo de organização geral, que sempre foi tentada e ainda não tinha sido conseguido”.

O quadro expresso acima (sobre os acontecimentos em São Paulo), dá início à retomada da luta política de ações coletivas para ser desenvolvidas em todo território nacional, orientação que parte do Estado de São Paulo, a partir do nascimento do MNUCDR, explicitado neste texto.

O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, que mais tarde ficaria sendo apenas Movimento Negro Unificado - MNU - foi criado como reação à discriminação do Clube Tietê de São Paulo a quatro atletas negros e, também, à morte de Robson Silveira da Luz, negro, operário. Esses foram os motivos decisivos para a mobilização e reagrupamento, em nível político, de entidades negras e pessoas de diversas matizes: CECAN - Centro de Cultura e Arte Negra; Associação Cultural Brasil Jovem; Grupo Afro-Latino-América; Blacks. Representantes de equipes de bales, artistas, estudantes, esportistas. A 18 de junho de 1978 funda-se oficialmente o MNUCDR com militantes do Rio de Janeiro e São Paulo. Sua primeira atividade pública aconteceu no dia 7 de julho de 1978; um ato público, em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo. Esse ato foi para protestar contra os atos de violência acima citados e também uma forma de colocar o movimento e sua proposta na rua. A carta aberta lançada à população anunciava importantes posições do movimento social brasileiro, em 1978 (Movimento Negro Unificado, 1988).

As deliberações e decisões, coletivas tiradas desse grande evento, vão ser acolhida no Estado vizinho, o Maranhão e aqui no Pará, mais precisamente em Belém, onde um grupo de negras e negros, passam a se organizar, primeiro em um grupo com interesses comuns, em seguida, esse grupo é transformado numa instituição, de nome CEDENPA.

Uma importante contribuição foi trazida sobre essa fase de origem do Movimento Negro em Belém, pelo contemporâneo ativista do Movimento Negro

maranhense, Luís Alves Ferreira primeiro Presidente do Centro de Cultura Negra (CCN), que nascera praticamente no mesmo período do CEDENPA, o qual foi entrevistado honrosamente por nós, cujo mesmo nos informou que se encontrava em São Paulo no momento em que ocorreram os acontecimentos que deram origem a retomada do Movimento Negro.

Em 1978, eu me encontrava na cidade de São Paulo, àquela altura, estudante de medicina em nível de “Pós-graduação” na Universidade Federal de Ribeirão Preto, nesse estado. Me fiz presente ao ato realizado nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo que foi organizado por entidades, grupos, centros, associações negras, etc., com a finalidade de denunciar o crime de racismo do Clube Tietê e o Assassinato do operário Robson Silveira da Luz. Ao retornar ao meu Estado de origem, me reunir com várias pessoas negras e os situei do que tinha havido em São Paulo e seria importante que nos organizássemos para discutir se não seria importante criar uma organização de negros maranhenses, visto existir neste Estado uma maioria negra. Após vários meses de reuniões discussões nasce a ideia de se criar uma organização que foi denominada de Centro de Cultura Negra do Maranhão, cujo seu primeiro Presidente foi destinado a mim (Entrevistado Silveira, 2017).

Este entrevistado tem um caráter memorial e histórico, para a nossa dissertação porque esteve presente no ato que repercutiu em todos os estados da federação, Distrito Federal e em diversos municípios fora das capitais. Ele nos confidenciou àquele momento era muito difícil de fazer ações coletivas e que os negros foram muito ousados em reagir naquela conjuntura.

Conta a entrevistada do CEDENPA, que aquele momento era difícil de se juntar, mas eles viviam o mesmo dilema, que era ter dificuldade para enfrentar o racismo. "Naquela época, o máximo que se 'devia' utilizar era o 'preconceito de cor' e éramos pessoas 'afro-brasileiras', então, falar sobre racismo e negras/negros era considerado ultra agressivo, inclusive para boa parte da população negra, o que ainda acontece, infelizmente até aos dias de hoje".

Para que o leitor do nosso texto não perca o foco de nossa investigação, fica bem subtendido, tanto no caso do movimento que surge em São Paulo como o que surge em Belém, que o que vem primeiro é a *ação coletiva*, para em seguida se organizar o movimento social, ou o Movimento Negro, ou seja, há que haver o protesto social, a contestação social, que forma a ação coletiva (neste caso, o protesto negro).

A nossa entrevistada relata muito bem o que significava viver em estado de 'exceção', veja que segundo ela o assunto de negros não podia ser tratado. Falar em racismo durante o golpe militar de 1964 a pessoa podia ser presa, podemos recordar que a literatura que revimos no capítulo anterior mostrou que negro muito usual hoje,

inclusive definimos que nesta dissertação usaremos o termo negro, porém nas primeiras décadas do século XX e na década de 1930 esse termo, era usado para nomear: “homem de cor”, muito usado pelos negros e pela sociedade da época (nomeação que resulta do século anterior). A reação dos negros de São Paulo e do Rio de Janeiro nas manifestações de 1978, foi para se opor ao estado de mordação compulsório em que se encontrava toda a população negra brasileira, naquele contexto.

O CEDENPA, pode ser considerado como a primeira organização com caráter de movimento social nos termos conceituais (definido neste trabalho), visto que, iniciou com a formação de um coletivo de interesses comuns, definiu sua primeira ação coletiva que foi combater o racismo e mediante a essa iniciativa se constituiu em um Centro que é o primeiro Movimento Social Negro contemporâneo e atual do Pará. Com essa criação, Belém ganha um movimento que visa se diferenciar dos demais na forma de lutar, reivindicar, se manifestar, discutir, se vestir, se relacionar, se mobilizar e dialogar com a população negra, o que gera inclusive um estranhamento para o público negro em geral e o que já se encontrava engajado nos diversos movimentos populares, constituídos em Belém, naquele momento.

Os líderes de tais movimentos passaram a se preocupar e incomodar-se, inclusive chegando ao ponto de afirmar, “que não era necessário a existência de movimento negro, visto que o negro já se encontrava presente nos movimentos existentes” na capital, conforme informações da entrevistada deste centro.

As manifestações e mobilizações (ações coletivas) que os negros passam a fazer em Belém, a partir daquele momento, giram em torno de suas necessidades de ordem social, econômica, cultural, racial e política, que os afetam internamente, naquele contexto e doravante, principalmente como já dissemos: para entender o efeito do racismo em suas vidas. Havia em torno da realidade da comunidade negra de Belém uma carência marcada pela desigualdade e exclusão dos negros e, dos direitos essenciais básicos destes. Porém, o fator de maior destaque das manifestações e mobilizações de protestos que eles propugnam em Belém era: o "combate coletivo e a denúncia ao racismo", situação que para o CEDENPA só poderia ser efetivada com a clareza da natureza do racismo.

Foi, em detrimento a essa narrativa, que forma no nosso entender, o primeiro Movimento Negro de Belém, com pretensão de atuar em todo o Pará e, com base no que

também, se definiu em nível nacional com as manifestações e mobilizações que levaram à criação do MNU, com relação ao combate ao racismo, que definimos por entender e apontar esta categoria, como sendo a nossa categoria empírica de campo de pesquisa, cuja mesma para esta dissertação é, a categoria principal do Movimento Negro em Belém e, que certamente, poderia ser considerada de todo o MSNB, visto ser o racismo o fato social total, que mais desvantagens gera à população negra, desde sua evolução na sociedade brasileira, até aos dias de hoje.

Com isso, o CEDENPA³³, passou a se organizar internamente e depois ganhou espaço nas lutas externas aprendendo com os inúmeros movimentos sociais e populares que surgiram no Brasil e em Belém no decurso da década de 1960 e foi se fortalecendo na década de 1970 e seguintes, como se pode perceber, que esta reflexão está fundamentada na entrevista que fizemos com uma das principais liderança desta entidade.

O CEDENPA nesse período tinha conhecimento que o problema que dificultava a sua organização e luta era o racismo, mas não tinha a dimensão da complexidade do trabalho que teria à mobilização e organização das pessoas para participarem de ações coletivas de combate ao racismo e defesa de negras e negros, com um discurso e fala comum no “meio negro” em todo o país.

O CEDENPA, para efeito histórico e institucional, foi fundado de acordo com seu Estatuto em 10 de outubro de 1980. E mais, segundo a entrevistada, que está nessa organização, desde sua fundação. A origem desta organização, está relacionada à realidade do contexto internacional, nacional e local, pois em Belém como no território nacional, conforme já foi mencionado em parte no início deste tópico, este momento histórico, está pontilhado por manifestações sociais, políticas e culturais como nos quilombos urbanos e rurais, as irmandades, as casas de candomblé, os capoeiras, os clubes de pretos libertos etc. Reforçando o processo que dá origem a primeira organização deste contexto, pois há organizações de tradições e ancestralidade, que vivem no anonimato a séculos, veja esta explicação, dada pela entrevistada.

Mas é no final da década de 1970 e início da de 1980, no bojo do processo de redemocratização do Brasil – uma ditadura militar foi instalada em 1964 -, vários segmentos sociais procuraram se organizar para forçar o fim da ditadura e isso ocorreu também com o movimento negro no Brasil.

³³BENTES, Raimunda Nilma de Melo. Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA)

O reflexo do contexto, da conjuntura e das relações com o Estado em que se desenvolve esta análise, repercute na realidade social, política, cultural e racial. E o Movimento Negro, tem como estratégia política o “diferencialismo (igualdade na diferença)”, diante do contexto internacional surge o “afrocentrismo”, o movimento pelos direitos civis nos EUA (1960), e forte mobilização contra o Apartheid e a descolonização da África (que também está ocorrendo na mesma década), o que influencia a dinâmica de expansão do movimento social negro brasileiro e o Movimento Negro em Belém, frente às ações coletivas que este movimento praticou ao longo da década de 1970, que repercutirá nas décadas seguintes, que devemos mostrar neste capítulo.

De forma mais abrangente, o Movimento Negro Brasileiro está presente desde a fundação da colônia, nos quilombos, no abolicionismo afro-brasileiro, na imprensa negra e nas entidades, irmandades e organizações da comunidade negra. Entretanto, somente agora a sociedade nacional parece começar a demonstrar alguma sensibilidade em relação à justiça e à gravidade desse grito afro-brasileiro. Pelo menos vemos que em vários congressos e eventos de natureza acadêmica, cultural, educacional e política, estão se abrindo espaços para a discussão da questão racial no Brasil. Antigamente, essa discussão era vedada pela vigência autoritária do “mito da democracia racial” (NASCIMENTO, 1984, p. 5). Que não pode ser visto como uma “visão falsa da realidade”, mas como uma “ideologia dominante”.

A história do negro no Brasil confunde-se e identifica-se com a formação da própria nação brasileira e acompanha a sua evolução histórica e social. Trazido como imigrante forçado e, mais do que isso, transformado em escravo, o negro africano e os seus descendentes contribuíram com todos aqueles ingredientes que dinamizaram o trabalho durante mais de quatro séculos de escravidão. Em todas as áreas do Brasil eles construíram a nossa economia em desenvolvimento, mas, por outro lado, foram sumariamente, excluídos da divisão dessa riqueza (MOURA, 1994, pp. 7-13).

Vemos nesta análise aspectos sintéticos do “concreto pensado” deste trabalho, saindo do mundo abstrato e, partindo para a viagem de volta que nos leva a observar o quanto os negros contribuíram para o desenvolvimento do país desde seu início, o quanto foram e ainda são desvalorizados com ser ontológico construtor desta nação, vale lembrar que Abdias fez essa reflexão nos anos 80, e Moura nos anos 90, quando o

Movimento Negro vivia momentos áureos de sua principal ação coletiva: o combate ao racismo que no nosso entender é o sistema gerador desse processo na colônia e estruturante na sociedade moderna até os dias atuais. Falamos do racismo como fator social geral para esta dissertação.

Para Clóvis Moura (1994) “a apuração da nossa realidade étnica excluiria o branco como representativo do nosso homem (no caso do homem brasileiro). Daí se procurar subestimar o negro no passado e a sua significação atual”. Por isso no nosso entender, para fechar este balaço sobre a historiografia do Movimento Negro Brasileiro, mais uma vez entra em cena (NASCIMENTO, 1984, p. 7-13) problematizando e sistematizando, que os africanos escravizados, no nosso país, nossos avós, nossos bisavós, construíram sozinhos este Brasil.

No entanto, escândalos da nossa destituição permanecem até os dias de hoje..., de se julgar que somos iguais apenas porque afirma a Constituição, mas que nega que somos esmagados pelo racismo ou porque “tomamos uma pinga” em momento de lazer com eles (os brancos) e aí está resolvido a nossa desigualdade (a assimetria). Fica a expectativa das implicações que tem o racismo negativamente, nas ações coletivas que o Movimento propugna em realizar em favor da população negra e dele próprio. É por isso, que na origem de todo o Movimento Social Negro em Belém é, necessários que esteja presente: *Uma ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros.*

3.2-A realidade do Movimento Negro em Belém.

Antes de atualizar o nosso período de investigação, fizemos um pequeno percurso cronológico no tempo e no espaço, em relação aos movimentos populares que antecederam ao nosso primeiro Movimento Negro. Uma pesquisa desenvolvida em Belém por Barreto (1996), em 1996 sobre os “movimentos populares comunitários” que atuavam na capital de 1967 a 1985, mostra que os populares viviam o reflexo reativo contra o governo militar autoritário repressivo e excludente da maioria da população brasileira. As lutas nascentes se davam por meio de um movimento nacional (de manifestações e mobilizações) denominado de *redemocratização* do país, cujos populares em sua maioria em lutas por bairros, se integravam ao fenômeno das CEB’s, conforme define este excerto:

A resistência que se formou nos bairros de várias capitais brasileiras, devia-se a diversos fatores. O surgimento de uma doutrina católica moderna do

Concílio Vaticano II e as encíclicas de João XXII e Paulo VI; o conflito Estado - Igreja no Brasil e o nascimento das CEB'S. O que configura uma "democracia" de base e oposição ao estado totalitário e uma relativa monopolização dos movimentos organizados nos referidos bairros periféricos pela igreja, o que se constitui nos "corpos intermediários" em tais cidades (BARRETO, 1996, p. 2).

Analisando a pesquisa desta autora verificamos que a “ação católica” mobilizou, articulou e contribuiu para a organização de vários movimentos populares, inclusive os sindicais e as associações. Com relação às organizações dos negros, pode-se afirmar que eles existiam, seguindo a análise que fizemos no tópico anterior: as irmandades, os quilombos, os clubes, as associações, os capoeiras, os terreiros de candomblé, no Sindicato dos Estivadores etc., neste contexto e foi muito bem narrado acima, ainda estava conformando um Movimento Negro em Belém.

O que nos remete a refletir com a abordagem desta pesquisadora que os negros ainda se encontravam presentes em sua maioria nos movimentos organizados por outras instituições, entre elas estava a Igreja Católica, os vários sindicatos e nos movimentos populares em Belém, porém suas condições não eram de negros *para si*, mais de negros *em si*, esvaziadas das relações raciais, que podiam revertê-los em sujeitos politicamente organizados e engajados. Realidade que só vai passar a ocorrer por volta do final dos anos 1970.

Os movimentos populares e comunitários compõem um cenário comum que ocorria nas cidades brasileiras. De acordo com Barreto, a qual define "o bairro como um novo lugar de ação política etc.". Essas questões refletiam a visão daqueles que se identificavam com os projetos de transformação da sociedade brasileira frente ao Golpe Militar de 1964, os quais tinham os bairros como espaços privilegiados das ações (ações coletivas) dos educadores no trabalho com as comunidades (BARRETO, 1996, p. 1).

O significado da "endemonização do Estado", por esse ser autoritário, repressivo e economicamente excludente nos governos militares em relação à educação, quando do AI5. Foi necessária por parte de seus opositores a emergência de "corpos intermediários"³⁴, para garantir a democracia e a resistência frente ao controle coercitivo político e social, pensado pelo Estado. (BARRETO, 1996, p. 1-2).

A resistência que se formou nos bairros de várias capitais brasileiras devia-se a diversos fatores. O surgimento de uma doutrina católica moderna do Concílio Vaticano

³⁴ Cf. Barreto 1996, são canais de expressão política que assegurassem tanto a base democrática da sociedade civil quanto um clima capaz de resistir às medidas de controle político e social desencadeadas pelo Estado (p. 2).

II e as encíclicas de João XXIII e Paulo VI; o conflito Estado - Igreja no Brasil e o nascimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's). O que configura uma "democracia" de base em oposição ao estado totalitário e uma relativa monopolização dos movimentos organizados nos referidos bairros periféricos pela igreja, o que se constitui nos "corpos intermediários" em tais cidades (BARRETO,1996, p. 2).

Em Belém a atuação da Igreja Católica ocorreu por meio da Pastoral Popular, da Pastoral da Juventude e das CEB's que atuavam nos bairros populares, e que nestes, tinham associações de moradores críticas ao sistema como Sacramento, Pedreira, Terra Firme, Guamá e Jurunas. Neste último, um dos trabalhos pioneiros em nível comunitário foi o da Sociedade dos Amigos do Jurunas (SAJUR), em 1966 e depois, a Comunidade de Base do Jurunas (COBAJUR), que reunia em torno de 8 associações. Além da ação da Igreja, se registra a Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional (FASE), que vai contribuir com a ampliação das Associações de Moradores e a criação da Comissão dos Bairros de Belém (CBB), que reunia um conjunto de outros movimentos, funcionando como uma federação dos movimentos comunitários dos bairros de Belém.

É neste cenário de contradições, rupturas, negação, mediações, avanços, retrocesso, contestações (ações políticas, ou ações coletivas) etc., influenciado pelas lutas sindicais e partidárias desse contexto de final dos anos 1970 e início dos anos 1980, que entra em cena a primeira organização negra da cidade de Belém, que possivelmente demorou para nascer porque encontrava-se submissa às questões mais gerais colocadas pelos movimentos sociais e comunitários, apontadas no tópico anterior, mas dependeu de articulação do Movimento Negro nacional. Falamos do CEDENPA.

Para tentar discutir as questões apontadas, precisamos problematizar a realidade do Movimento Negro em Belém, tentando refletir sobre o que é na verdade esse movimento e como ele desenvolve a sua ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras negros tentando organizar, mobilizar, preparar suas reivindicações e transformá-las em demandas para ser discutida com o Estado e governantes, por meio de pressão do Movimento Negro ou pelo conjunto do mesmo.

Falar da realidade do Movimento Negro em Belém nos cabe primeiro, mostrar onde está a razão da organização desses sujeitos negros que integram essa instituição segundo, apresentar as principais organizações e suas principais ações e terceiro,

apontar as suas dificuldades e avanços, ou seja, a continuidade e descontinuidade, respondendo quais são os fatores geradores dessas problemática.

Optamos metodologicamente, antes de entrar diretamente aos aspectos que traça noções gerais da realidade do nosso Movimento Negro em Belém. Trazer para esta cena de discussões alguns fragmentos conceituais de movimentos sociais e de Movimento Negro usados neste trabalho, os quais acreditamos que vão nos ajudar a entender melhor a realidade do Movimento Negro em Belém. Depois faremos um pequeno mapa dos Movimentos Negros que compõem a nossa dissertação e como eles se fazem representar no território de Belém, visualizando questões propostas acima.

A realidade dos movimentos sociais resultantes das ações coletivas que antecederam a formação do primeiro Movimento Negro em Belém, podem ser compreendidos conforme define Gohn (2008) que esses movimentos podem ser entendidos “como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. É o que no nosso pensar, fizeram e fazem os grupos negros para com suas ações coletivas se organizarem, e se tornarem um Movimento Negro, completado pelo conteúdo deste texto.

(...) o movimento da classe trabalhadora. Aqui se trata de uma categoria da dialética, a de movimento, em oposição à estática. É a ação da classe em movimento e não um movimento específico a classe. Esta diferença possibilita demarcar dois sentidos para o termo movimento: um ampliado e geral, outro restrito e específico. (...) à esfera onde ocorre a ação coletiva do movimento, num espaço não-institucionalizado. Os espaços coletivos não-institucionalizados situam-se na esfera públicas não-estatal, ou não-governamental (...) (GOHN. 2000, p. 11-13).

A realidade do Movimento Negro em Belém, vai repercutir suas ações coletivas nos dois níveis apontados acima: “ampliado e geral, restrito específico” da mesma forma, faz mediações no espaço “não-institucionalizado” com suas ações coletivas na esfera pública não-estatal, não-governamental e governamental. O MNB vai disputar suas demandas tanto no âmbito institucional como no não-institucional, compreendendo-se, mais fortemente como um movimento restrito e específico. Que nosso entender, é o que é um Movimento Negro. E com relação a sua institucionalidade, alguns movimentos têm mais tendências a “político-ideológico” e outros, mas a “tendência interventiva”.

Uma outra conceituação sistematizada, pode ser entendida como sendo o Movimento Negro, a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na

sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações raciais, que os marginalizam no mercado de trabalho, no sistema educacional, político, social e cultural (DOMINGUES, 2007 p. 3). Esses vão bater de frente com o racismo como fato social total.

Podemos demonstrar que a realidade dos movimentos negros de Belém, eles transitam com ações coletivas mais abrangentes e outras mais restritas. Isso estar presente nos autores aqui apontados. Santos (2008) afirma, “(...) todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo [aí compreendidas mesmo aquelas que visavam à autodefesa física e cultural do negro], fundadas e promovidas por pretos e negros (...)” (SANTOS, 2008, pp. 1-21). A definição abaixo, foi a única encontrada por nós que fecha tal conceito na categoria espaço, porém com a mesma compreensão da abrangência de Domingues e Santos.

"movimento negro é um espaço", que engloba a cultura, a religião de matriz africana, o coletivo de mulheres negras, do sindicato, do partido político, da sociedade civil e do Estado (os conselhos de controle social), das Comunidades Negras Rurais (os quilombos), das ONG's, das mídias, das Entidades Ecléticas, Acadêmicos, das agremiações (clubes, blocos de carnaval e capoeira), artísticos, entre outros (BENTES, 2013, pp. 96-97).

Compreendido conceitualmente o que é um Movimento Negro (pelo menos para este trabalho), trabalharemos com um pequeno mapa da realidade dos tipos e fases do Movimentos Negro que elencamos para esta dissertação, subsidiados por dados documentais e entrevistas sistematizados. Eles foram divididos em quatro grupos e três fases: as organizações urbanas divididas em associações mistas e associações de afro-religiosos; associações quilombolas e outros. Deste modo, iniciamos pelas associações urbanas mistas, entre elas a que deu origem ao primeiro Movimento Social Negro em Belém e explicaremos o que são as fases.

As fases vão de 1980 com a criação do primeiro Movimento Negro em Belém a 2013, quando o Movimento Negro começa a entrar em refluxo, ou descontinuidade. Destas falaremos a seguir, a discussão da realidade dos tipos de Movimentos Negros e suas ações coletivas.

A entrevistada do CEDENPA diz que uma das dificuldades da grande maioria da população negra é a auto-rejeição coletiva, resultante do racismo, a qual provoca o rebaixamento da autoestima coletiva, que surge como um forte obstáculo (que está por trás o racismo) à organização de negras e negros. Que para nós é o fator da realidade concreta e da subjetividade daquele grupo negro do início de sua organização e que hoje

ainda é afetado por isto. Ela ainda diz mais, que segundo (Malcolm X disse, mais ou menos: “O maior crime que os brancos cometeram foi ensinar os negros a não se gostarem”).

Outro aspecto da realidade desta entidade, foi verificado em seu Estatuto, no qual observou-se que no artigo primeiro consta: “O CEDENPA, entidade civil, a partidária, sem fins lucrativos, para lutar contra o racismo, buscando uma sociedade igualitária”. E mais, que é uma entidade aberta à participação de todas as pessoas que nela queiram participar, independente de raça. No entanto, das atividades que envolvam especificamente a valorização dos caracteres da raça negra, só poderão participar, pessoas negras. Negro aqui entendida, como toda pessoa que possua pele “preta” ou cabelo “pixaim” ou os dois caracteres juntos, segundo seus estatutos (Ver estatuto na lista de documentos). Nota-se que esta definição tem base o “biologismo”.

Vale comentar que alguns elementos fundamentais constituintes dessa organização conforme documento referido, é que ela não é fechada à participação da raça negra. Define um parâmetro que é o genótipo para balizar sua representação, define quem é o negro que a integra. Sabemos por experiência empírica e da nossa relação militante, que para a “tradição dos movimentos negros brasileira”, essa exigência do genótipo como representação política, social, cultural e racial, é que define sociologicamente a categoria raça, o que difere de Pierson e Freyre. No nosso entendimento, pode ser distorcido por não negros e até, mesmo por negros, sob o critério de participação e representação no Movimento Negro.

Além do estatuto, o Centro produziu vários documentos em que fica claro alguns aspectos referentes à luta do negro no Pará e sua possível diferenciação de negros de outras regiões e o que leva, no nosso entender, a uma tentativa da busca da caracterização do chamado “Negro do Pará”, nome que marca a obra clássica do autor Vicente Salles, escrita em 1971. O documento da entidade, destaca:

A maioria dos negros do Pará tem baixo grau de auto-estima; não gosta de andar com outros negros; não gosta de ser negro; tem vergonha de sua religião (macumba); procura evitar brigas por isso não frequenta lugares onde possivelmente vai ser humilhado, ou seja, “reconhece o seu lugar”. Esse foi o resultado do massacre branco, iniciado na escravidão. Não é culpa nossa. Como já vimos, era uma questão de se submeter ou de morrer. Não existe isso que muitos chamam de “racismo do negro contra o negro” (CEDENPA, 1993, p. 49).

Observamos também que o discurso produzido pelo CEDENPA deixa pistas de elementos implicadores que poderiam estar por trás de uma composição negra calcada

na base escravocrata de opressão e subalternização, os elementos contundentes surgidos a partir dos anos 30 com a “ideologia do branqueamento” e o “mito da democracia racial”, com base no biologismo do pensamento da Escola de Chicago, cujos pensadores desejavam que se implantassem para classificar o negro brasileiro, mostrado por nós no tópico anterior.

No nosso entendimento a ideia trazida pelo Centro, em trecho mostrado acima, pode ilustrar que a baixa estima do negro do Pará traria para o seio de suas organizações, possíveis possibilidades de dificuldades de engajamento político, dadas suas limitações em seu pertencimento e identidade negra. Esta é uma hipótese a ser aprofundada nos nossos próximos estudos acadêmicos e científicas, que devemos desenvolver.

O CEDENPA é criado em 10 de agosto de 1980, período em que os dados oficiais, em 1984, informavam existir no Pará 4.058.000 pessoas e a população urbana de Belém era de 48% do total, os negros representavam nesse período 80% da população do Estado. Hoje, representam 76% o que certamente dificulta fazer a interlocução com essa população que na capita é de 73% dos habitantes. Esses são alguns aspectos da dinâmica de realidade demográfica e de um possível efeito de baixa-estima ou alienação, que estão por trás das contingências reais da situação de todas as organizações em Belém, e abrange a realidade do Movimento Negro em outros estados.

Em uma publicação de 2013 em parceria com o “Grupo de Estudos Afro-Amazônicos/UFPA” intitulada “Aspectos da trajetória da população negra no Pará” Bentes (2013), amplia sua posição sobre o “conceito” de movimento negro, que em um outro texto assinado por ela, para uma publicação em conjunto com a Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos de 2003, define movimento negro como “espaço”. Na publicação de 2013, nota-se uma certa generalidade com relação ao conceito tendo em conta o que aponta a literatura a qual já assinalamos neste trabalho com relação ao conceito de Movimento Negro.

Para Bentes (2013)³⁵ "movimento negro é um espaço", que engloba a cultura, a religião de matriz africana, o coletivo de mulheres negras, do sindicato, do partido político, da sociedade civil e do Estado (os conselhos de controle social), das Comunidades Negras Rurais (os quilombos), das ONG's, das mídias, das Entidades

³⁵ Ver (Aspectos da trajetória da população negra no Pará, op. cit., p. 2013).

Ecléticas, Acadêmicos, das agremiações (clubes, blocos de carnaval e capoeira), Artísticos, entre outros (BENTES, 2013, pp. 96-97). Esta é a definição mais abrangente que conhecemos para movimentos negros e a mais complexa diante do que já foi teorizado e dos limites e lacunas, apresentadas por vários teóricos deste tema sejam eles do mundo europeu, dos norte-americanos e os da América Latina, em destaque os brasileiros. Porém, um conceito similar a este pode ser encontrado em Joel Rufino, o qual integra a nossa lista de conceitos.

Além do CEDENPA existem outras entidades como o Grupo de Estudantes Universitários Negros (GEUN-1992)³⁶, que pode ser considerado como o primeiro movimento de juventude negra de Belém, que nasce de uma discussão organizada pelo CEDENPA, referente ao “negro no mercado de trabalho”. Esse grupo se transformou no Movimento Afrodescendente do Pará: MOCAMBO em 1998. O Movimento Social Negro MOCAMBO resultado da transformação do GEUN (integra as associações e está na segunda fase de nossa classificação), no final dos anos 1990. Pode ser compreendido como:

A criação do Mocambo no Pará veio de encontro à ideologia racista do estado capitalista e da maioria alienada da sociedade brasileira, que oprime e explora o que é de mais digno da maioria do povo: a força de trabalho dos negros e pobres. Em contrapartida, o negro é e será uma das maiores parcelas de produção de riqueza e, ao mesmo tempo, representa o maior capital político organizativo deste final de século, assim como do próximo, seremos a dialética dessa ordem dos dominantes. Por isso, para construir em nosso Estado um projeto político e um paradigma ético, estamos lançando no mercado político um capital ideológico de luta que é o MOCAMBO, que terá um programa abrangente de ações políticas [...] (Manifesto Mocambo, 1998).

“As mocambeiras e mocambeiros”, como costumam se denominar internamente seus membros, não se consideram uma dissidência do CEDENPA, por terem iniciado suas atuações na fase do GEUN, por dentro desta entidade, entendem que por um longo período travaram ricas discussões e, nesses momentos algumas divergências de forma e de conteúdo ocorriam, por se tratar naquela ocasião de um Grupo onde a maioria era jovem e estudantes universitários, o que levou seus integrantes a decidirem se organizar não mais no interior do CEDENPA, e sim entre eles mesmos, com autonomia para tomar decisões. Uma de suas lideranças diz que: “Nós pegamos a fase em que as discussões políticas e lutas dos negros estavam num outro patamar, por isso temos as

³⁶ Ver (Manifesto Mocambeiro, 1988; Cartilha Reafirmando identidade: Quilombolas do Pará, 2015); Alimento: Direito Sagrado – Pesquisa Socioeconômica e Cultural de Povos e Comunidades Tradicionais de Terreiros, 2011).

nossas próprias formas de reivindicar, demandar e desenvolver ações coletivas afirmativas de combate ao racismo em todas as suas mais complexas visões existentes em Belém e no Brasil, naquele momento conjuntural e histórico para o movimento negro” (Entrevistada do MOCAMBO).

Analisando o trecho extraído do Manifesto de fundação do MOCAMBO, pode-se verificar que o texto se apoia numa visão crítica de organização que se aproxima do estruturalismo marxista, refere-se à existência de uma “ideologia racista”, “força de trabalho”, “alienação”, “exploração da força de trabalho do negro”, “dialética”, etc., na verdade a base desse manifesto é a articulação entre raça e classe social. E pode-se compreender nele também, rupturas, descontinuidade, mediações e radicalidade.

Temos que observar dois termos usados na nomeação da entidade: o termo “afrodescendente” e “MOCAMBO”, de acordo com a entrevistada desta associação -, o uso do termo afrodescendente à época de sua fundação, “foi usado por se falar muito sobre esse assunto, e não pelo seu significado que pode até descaracterizar o termo negro nativo”, outro, o uso do termo MOCAMBO que aparenta ser uma sigla, não é!, “foi usado porque este nome é a mesma coisa que quilombo, usado muito aqui para o Norte do país, é um nome africano (em dialeto Ioruba), usamos para valorizar esse tipo de organização dos quilombolas no Pará”.

Para nós mocambeiras e mocambeiros, foi importante, por ocasião de nossa fundação ter conhecido outras organizações negras e de outros estados. Essa troca nos deu a ideia dos princípios que compõem o nosso estatuto, de ser uma entidade de abrangência no território Amazônico; de ter uma direção colegiadas; de ser dividida por núcleos em pelo menos cinco municípios; o conceito de negros que adotamos tem por base o “parentesco”, a identidade e a cultura, a raça como categoria política. Adotamos nas nossas práticas cotidianas uma definição ampliada da nomeação³⁷ de ‘negro’ definida por Santos (1990) para ele “negro é toda pessoa que se auto denomina ou é denominada por outras pessoas”. Esses são alguns aspectos da realidade do nosso MOCAMBO (disse a nossa entrevistada).

A realidade das denominadas “Comunidades Tradicionais de Terreiros de Belém³⁸” constituem outra forma de organização política dos negros no Pará, que como o MOCAMBO surgiram nos anos 1990. Elas estão espalhadas por todo o território da

³⁷ Ver Quilombohoje literatura (2009).

³⁸ Ver Cartografia social dos afroreligiosos em Belém do Pará (2012).

capital, são de origem africana e trazidas pelos negros, que se desenvolvem no decorrer da escravidão. Por ser uma manifestação religiosa de negros foi sempre marginalizada e impedida de se manifestar em público, quase sempre teve e têm suas atividades violadas por agentes de segurança (do Estado) e correntes religiosas de outros credos, salvo os períodos em que o Partido dos Trabalhadores esteve no poder (no governo) em Belém e no Pará, elas tiveram espaço de participação tanto nas ações de Estado, como de governo, de forma mais respeitosa e inclusiva, conforme narrativa de seus entrevistados.

Em tais períodos essas comunidades³⁹, participavam ativamente das manifestações e mobilizações, em conjunto com outros movimentos, grupos e nas ações do Estado. Duas coisas podemos constatar nas relações dessas comunidades: primeira, há entre elas, um bom número de associações religiosas (chegando a mais de mil na região metropolitana) e, segunda que, mesmo se tratando de uma religião de negros, a maioria é composta por pessoas brancas, fato que se coloca como reflexão interna e externa para o Movimento Negro em Belém. Percebe-se que uma de suas ações coletivas é o combate à intolerância religiosa, diante de um Estado Laico e pressionar para que suas reivindicações se tornem demandas e sejam transformadas em políticas públicas.

Com o objetivo de discutir sobre a realidade do Movimento Negro em Belém, este tópico trata dos quatro tipos de associações negras de Belém e um do campo, dos quais todos tiveram representantes entrevistados em nossa pesquisa de campo, eles estão assim distribuídos: CEDENPA (1); MOCAMBO (2); MALUNGU (1) e dois representantes afrorreligiosos. E mais, um do CCN (Maranhão) e uma Delegada de polícia civil⁴⁰. A nossa pesquisa de campo se ocupou de 8 entrevistados, aonde todos foram entrevistados e suas entrevistas eram orientadas por um questionário básico, apenas um desses representantes, respondeu o questionário enviado e devolvido por meios digitais.

³⁹ O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou um Mapeamento das Comunidades Tradicionais de Terreiro em Belém e na Região Metropolitana de Belém, onde foram identificados 1.400 terreiros (BRASÍLIA, 2007).

⁴⁰ Entrevistamos a Delegada titular, da Delegacia Especializada contra Crimes Discriminatórios (DCCD), por entender que essa delegacia só existe em Belém porque o Movimento Negro pressionou para que o Estado criasse a mesma. Quando existia o Conselho Municipal do Negro de Belém havia controle social e mais celeridade na apuração dos crimes de racismo em Belém, hoje quase nem se houve falar nesse órgão. Entrevistamos a delegada porque nos interessava em saber se a delegacia continuava sendo procurada pelos negros para suas denúncias de crimes de racismo e a ação da delegacia era uma política pública voltada para os negros do Pará. A delegada nos respondeu que sim para as duas indagações.

As organizações (associações) autodenominadas de “mistas” que têm abrangência geral, exemplo, MOCAMBO, CEDENPA (atuações urbanas); os afroreligiosos que têm sua atuação no âmbito da cultura vinculada a religião de “matriz africana” (as de Belém apenas) e as associações quilombolas representadas pela MALUNGU. Faço uma ressalva, porque a MALUNGU representa os negros do campo, mas tem sede na capital e tem relações com os negros urbanos, fazendo ações coletivas articuladas.

Com relação ao quinto tipo de organizações negras, esses estão mais radicados a Belém, os tipificamos como grupos, do campo da cultura (música, arte, dança, juventude, etc.), que também os nomeamos como outros, para efeito deste trabalho. Entre esses, podemos identificar a “Nação de resistência Periférica (NRP, surgida nos anos 1990, com atuação no ramo do movimento hip hop, já foi extinta); a Associação de Reggae Belém Ananindeua (AMOR, surgiu nos anos 1990, não está mais funcionando) e os grupos de capoeira espalhados por toda a cidade, segundo fala-se seriam mais de 200 grupos. Esses grupos citamos apenas como registro memorial e documental, empírico, pois não fizeram parte da pesquisa de campo.

3-3-O Movimento Negro em Belém e os governos do PT e seus aliados

Este tópico, trata de problematizar, o impacto que os governos do PT e seus aliados trouxeram para o MSN em Belém, no período que vai de 1995 a 2013. Compreendido sua relação com o Estado e os governantes, a interlocução com a população negra local e no embate entre outros movimentos sociais, líderes partidários e agentes institucionais de órgãos do Estado, visto que também há interesses diversos em jogo nas relações com a sociedade civil. Notamos que há conflitos, contradições, negações, descontinuidade, mediações, cooptações, disputa de projetos políticos entre os interesses dos negros e os demais agentes externos e internos de poder.

Já tocamos (neste trabalho) em alguns aspectos no que tange aos governos do PT e seus aliados, mas agora voltamos a esse tema frente ao impacto que essas gestões implicaram nas ações coletivas e práticas do Movimento Negro em Belém. Considerando a nossa tipologia em que dividimos o Movimento Negro local, que tem de acordo com algumas agendas em comum interna e externa, porém o Estado e os governantes, pulverizam as ações de Estado, como políticas públicas universalistas entre

seus órgãos, que fica parecendo um “cabo de guerra”, cada agente institucional faz “politicagem” com que ao nosso entender deveria ser política de Estado. Essa atitude “politiqueira” e mais o “racismo de Estado” divide ações coletivas e o Movimento Negro, com muita frequência.

Para se visualizar melhor o desenho metodológico de nossa pesquisa sistematizando os dados documentais, as entrevistas e as observações de campo de pesquisa, para trazer até aos nossos leitores aspectos objetivos e subjetivo de nossa pesquisa social qualitativa e quantitativa⁴¹, referente a ação coletiva principal, nosso objeto de estudo e o Movimento Negro em Belém, mostrando como cada um elemento enfrentou tais perspectivas, para a realização desta investigação.

E mais, veremos o desenho metodológico que nos fornecem os tipos e fases em que dividimos o Movimento Negro em Belém. Apenas a quantidade deles, o faremos de forma aleatória. Os demais dados já foram mostrados no tópico anterior.

Quando o primeiro governo do PT se elegeu para governar Belém já se passara mais de 20 anos em que surgira a primeira organização social de negros locais. A trajetória de lutas deste Movimento Negro ao longo desse período demandava sua ação coletiva principal de combate ao racismo e mais um conjunto de reivindicações entre as quais quatro eram prioritárias: Educação, saúde, cultura e segurança pública. Para garantir que essas quatro demandas prioritária quando implementadas pelo Estado fossem efetivadas, foi preciso um instrumento de controle social. Após inúmeras reuniões do Movimento Negro, decidiu-se optar por exigir do prefeito que criasse o Conselho Municipal, visto constar da Lei Orgânica do Município (Art., 94, inciso XV, 1991). Em uma sessão solene em homenagem ao Mestre Tó Teixeira, o Prefeito de Belém, anunciou a criação do conselho, que aconteceu em 1997.

Após sua criação, seus integrantes, passam a se conectar com movimentos negros nacionais e lideranças, uma forma de intercâmbio interno que fortalece as ações do Conselho Municipal do Negro de Belém (CMNB)⁴² como uma conquista do

⁴¹ Ver Minayo (2003).

⁴² De acordo com o Art. 2º. Compete ao Conselho: Inciso I - atuar, de forma permanente, como instrumento de intervenção para reafirmar a identidade afro-amazônico, propondo planos, programas, projetos e medidas dentro das políticas públicas a serem adotadas pela Prefeitura, no sentido de coibir discriminação sócio-racial, no que diz respeito, sobretudo, à legislação, ao mercado de trabalho, à educação, à cultura, impedido todas as formas de violência, proporcionando assim, a participação política dos negros em todos os setores da vida social, garantindo inclusive à mulher negra o direito de participar de forma equitativa em nossa sociedade.

Movimento Negro local. Na visão da gestão municipal esse era o ambiente institucional da política de Estado para a população. Lembrando que no Brasil a política pública se faz implementar como universalista. O que quer dizer que todos os que necessitam de um atendimento pelo SUS, por exemplo, recebem o mesmo tipo de tratamento, porém essa prática gera uma discriminação negativa, contra a população negra. O que implica um menor atendimento para os negros por causa do “racismo de Estado” ou do racismo institucional, essa população tem seus direitos restringidos, por isso que deve se ter uma política de promoção da igualdade racial para que haja um órgão pública com uma política afirmativa específica e recurso direcionado.

De acordo com os governos do PT e seus aliados, essa seria uma forma de demandar políticas públicas para todos, porém há que se levar em conta, que existe uma dívida histórica do Estado para com a população negra brasileira e de Belém. Por isso que os governantes desse modelo de gestão geraram um impacto à população negra de Belém, pois fizeram interlocução com ela e com os seus representantes, por meio do Movimento Negro local, mas como as relações entre governo, sociedade civil e movimentos sociais estão em disputa. Os negros tendem a ter seus direitos menos atendidos e viabilizados com ação de Estado, por serem decisões tomadas não pelo Executivo, mas pelos grupos de governos.

Vale lembrar que definir um conselho do negro e entender que estar implementando políticas públicas para uma população de 73% dos habitantes de Belém, mesmo que isso nunca tenha ocorrido o Estado e os governantes, ao nosso ver descumprem o que a Constituição de 1988 definiu. É a essa visão que os progressistas chamam de avançada e participativa, como nos mecanismos que esse governo estabeleceu em Belém, como o “Orçamento Participativo”, “Congresso da Cidade”, “Assembleias Populares” e outros eventos oportunizando a cultura negra, ajuda em alguns aspectos, mas diminui muito pouco as desigualdades, subalternidade, as opressões e exclusões contra essa população. Por isso que criticamos o que constatamos nos dados de campo, mesmo observando que os entrevistados foram muito otimistas com esses governos, afirmando que ainda não tinham tido governos como os quais, que muita atenção deu as suas demandas. Assim mesmo, notamos que faltou a concretização legal para que ficassem permanentes as políticas públicas para os negros.

Para finalizar essa problemática do impacto dos governos do PT e seus aliados refletiremos com base nas entrevistas questões pertinentes apontadas neste parágrafo e o que o Movimento Negro tem feito após o fim desses governos, já que se nota nos discursos das lideranças que há um refluxo nas ações coletivas e no movimento, e que o Estado e os governantes que hoje estão no poder, tanto em nível de Estado como em nível de Belém, têm dado pouca atenção ao Movimento Negro (as suas demandas e reivindicações) e as poucas conquistas obtidas nos governos do PT, cuja mesmas foram abandonadas, o exemplo disso, são os conselhos dos negos de Belém e do Estado, que deixaram de funcionar.

Começamos com um dado de extrema importância para esta dissertação detectado pela pesquisa de campo. Nossa pesquisa não deu conta de apurar com precisão o número de organizações negras em Belém diante das quatro associações que registramos e os outros, mas por experiência empírica de vivência apresentamos essas quantidades. As associações afroreligiosas na grande Belém estar comprovadas porque houve uma pesquisa do Ministério da Cultura feita na Região Metropolitana de Belém, que existem 1.087 associações; as associações mistas em Belém não chegam a 30; as associações quilombolas estão em torno de 140, para 318 registradas pelo ITERPA, 421 identificadas pela SEJUDH e outros: os capoeiras chegam a mais de 200 grupos, os jovens envolvendo universitários e outros chegam mais 15 agremiações, que neste trabalho não a consideremos como Movimento Negro, pois essas organizações, a maioria delas é vinculada as quatro organizações aqui definidas.

Dois exemplos, relevante na história da organização da juventude negra no Brasil, podem ser referidos, os quais tiveram ações coletivas em Belém o primeiro, foi o I SENUN⁴³ (1993) e por volta de 2005, nasce no Brasil uma nova reação da juventude negra com o surgimento de uma modalidade de organização denominada de Encontro Nacional de Juventude Negra – ENJUNE. O contexto daquele momento histórico dava conta de que os jovens negros brasileiros chegavam a “16 milhões de pessoas, considerando-se em percentual de 47% de negros (as) na juventude brasileira”. Um outro destaque importante desses jovens, era que eles optaram por um perfil “afrocentrado, suprapartidário e sem vínculo religioso, privilegia a construção coletiva e

⁴³ O I Seminário de Juventude Negra ocorreu em Salvador – BH em 1993, em Belém criou-se o Grupo de Estudantes Universitários Negros – GEUN (1992). Foi deste grupo que se originou o MOCAMBO.

contempla os diferentes perfis de juventude e as particularidades de cada região”. Em Belém a organização do Movimento Negro que esteve à frente de preparar todas as etapas que o encontro exigia foi o MOCAMBO através de sua juventude interna, além do Pará, participaram mais de 12 estados da federação.

O Movimento Negro em Belém inicia a primeira década do século XXI com um certo acúmulo de mobilização e luta política, que já estava em curso desde os anos 1997 em Belém. Reflexo das eleições de governos mais progressistas, democráticos e de esquerda e reformistas, em níveis federal, estaduais e municipais, o que também ocorreu em Belém, com a eleição do prefeito, que passa a absorver algumas reivindicações e transformá-las em demandas, e integrar as políticas públicas do município, o que implicou num novo momento de atuação do Movimento Negro em Belém.

É importante salientar que repercutia em Belém, um conjunto de acontecimentos que se realizavam nos principais Estados da federação, onde o Movimento Negro sempre foi mais atuante. Durante o ano 2000 realizaram-se vários seminários com temáticas em preparação à participação na III Conferência da ONU. Nesse mesmo ano ocorre no Rio de Janeiro a Conferência Nacional dos Negros Brasileiros para eleger seus representantes para participar da III Conferência Mundial Contra o Racismo, a Xenofobia e Intolerância Correlata. Evento, ocorrido na África do Sul (Durban, 2001).

O Conselho Municipal do Negro de Belém (CMNB)⁴⁴ como uma conquista do Movimento Negro local estava na cena desta articulação nacional e local, por meio da gestão municipal, este como um ambiente institucional da política de Estado para a população negra de Belém, conforme expressa melhor este texto:

[...] tem demonstrado que a tomada do poder de Estado por forças políticas progressistas serve à promoção, em maior ou menor grau, de políticas de distribuição de renda, poder estatal alcançado pela via político-eleitoral graças ao apoio e ativismo político dos movimentos sociais. Processos políticos os quais têm reafirmado o papel do Estado como centro da arena política, para o qual devem convergir os movimentos sociais contestatórios. A mudança social parece difícil ou impossível sem a tomada do poder (BELÉM, 2014, p. 13).

⁴⁴De acordo com o Art. 2º. Compete ao Conselho: Inciso I - atuar, de forma permanente, como instrumento de intervenção para reafirmar a identidade afro-amazônica, propondo planos, programas, projetos e medidas dentro das políticas públicas a serem adotadas pela Prefeitura, no sentido de coibir discriminação sócio-racial, no que diz respeito, sobretudo, à legislação, ao mercado de trabalho, à educação, à cultura, impedido todas as formas de violência, proporcionando assim, a participação política dos negros em todos os setores da vida social, garantindo inclusive à mulher negra o direito de participar de forma equitativa em nossa sociedade.

Os governos do PT e seus aliados, que governaram Belém, o estado do Pará e o Brasil, desde 1997 até 2016, tiveram impactos fortíssimos na política, na economia, na cultura e nas relações raciais. Em Belém que foi de 1997 a 2004, o Movimento Negro teve seu crescimento de experiência, representação e reconhecimento, nunca antes ocorridos. Esta dissertação teve com o seu caminho teórico, mas mais empírico a oportunidade de desenvolver aspectos que marcam a trajetória desses governos e governantes, que na visão de todos os entrevistados serviram em um dado momento como ação apenas de governos e outros momentos, a ação do Estado funcionou e ainda funciona até hoje.

Isto porque, viu-se muito pouco nos dois governos federais do PSDB (comandado por Fernando Henrique Cardoso)⁴⁵ e seus aliados, em Belém esse mesmo partido estar a cinco anos no poder e, o que muito tem feito é criminalizar o Movimento Negro, desarticular os conselhos dos negros e diminuir a atenção as demandas desse movimento, provocando a descontinuidade e gerando um refluxo generalizado das ações coletivas e do Movimento Negro. Esta é a real situação em que se encontra este movimento nos dias atuais em Belém. O que consideramos que esteja presente muito fortemente, uma desatenção do Estado e de governos à população negra de Belém, o que nos força a concluir que há nessas medidas um domínio institucional de um “racismo de Estado”, presentes nas políticas públicas universalistas.

⁴⁵ Com a eleição do presidente Fernando Henrique por dois mandatos, seu governo se relacionou com o Movimento Negro por meio de pressão política. Tudo começa com a criação da Coordenação Nacional de Entidades Negras - CONEN (1991) em seguida veio a Campanha pelo "Tricentenário Zumbi dos Palmares" que culminou com a "Marcha Zumbi dos Palmares Contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida", que reuniu em Brasília, mais de 30 mil lideranças, a maioria delas, lideranças do Movimento Negro de todo o Brasil, contou também, com inúmeros movimentos populares, sindicais, feministas e de juventude negra brasileira. O resultado obtido nesses governos foi a criação do Grupo de Trabalho junto ao MEC para discutir e encaminhar ações de governo para os negros na área da educação e a criação da Fundação Cultural Palmares (1995).

CAPÍTULO 4: PENSANDO O RACISMO

O racismo é um tema complexo, entretanto, mais que isso, ainda é pouco estudado pelas ciências sociais brasileiras, o que implica dizer que essa lacuna se encontra presente na literatura que revisamos e lemos, seja para entender o racismo ou em relação ao movimento social negro. O que exige de nós um esforço redobrado para tentarmos apresentar, neste tópico noções e considerações analíticas, pelo menos o suficiente para mostrar que as barreiras que o racismo cria dificultam a efetivação das ações coletivas e do Movimento Negro em Belém.

As barreiras, a assimetria, o fenótipo, o genótipo, o preconceito, a discriminação racial, a subalternização e as opressões que estão imbricadas no racismo. O racismo como *fato social total*, que não é somente uma ideologia, mas um longo processo forjado na profunda antiguidade. O Assimilacionismo, a aculturação, o mito da democracia racial, a ideologia do embranquecimento, esses vários termos, categorias, conceitos, adjetivos etc., que articulam o racismo como uma agressão de afrontamento contra o negro, são algumas questões que pretendemos dar conta de pensar para este capítulo.

4.1-Aspectos históricos panorâmico da origem do racismo no mundo.

O século XXI começou testemunhando uma ampla aceitação e difusão das teses racistas em todos os âmbitos da sociedade, de modo que, o racismo e suas manifestações assumem, hoje, um elevado grau de complexidade. O discurso e a prática do racismo se inserem nas estruturas do chamado Estado Democrático de Direito, perpassando as plataformas dos partidos políticos de direita e esquerda, e orientando os estereótipos veiculados pela grande indústria de massa audiovisual, que, por sua vez, alimenta o imaginário e a linguagem popular de toda a sociedade. É nesse universo de reflexão que se insere a problemática do Movimento Negro em Belém (MOORE, 2012, p. 17). O racismo está posto como uma efetiva ameaça contra a população negra brasileira e que afeta toda a sociedade e pode ser uma força negra de ruptura.

Dada a produção limitada acerca da temática e problemática do racismo no Brasil, elencamos alguns autores que no nosso entender, seus estudos e pesquisas se articulam melhor com o nosso trabalho. Iniciamos esta discussão com o autor Carlos Moore (2012) porque a sua abordagem demarca um campo mais abrangente do que seja

o racismo, principalmente, com relação à origem e algumas categorias e termos conceituais, o que se diferencia de alguns autores, porém, inserimos um autor colombiano, Grosfoguel (2012), que aprofunda, ainda mais acerca da origem do racismo no mundo.

Para Moore (2012), o racismo é "um fenômeno histórico" e está relacionado ao "fenótipo", cujo "discurso e a prática se inserem nas estruturas do Estado" e mais, defende a existência do que ele chama de um "[...] padrão de comparação com o mundo anglo-saxônico".

No entanto, o modelo anglo-saxônico não pode servir de marco referencial ou comparativo para enxergar a realidade "latino"-americana e, muito menos, compreendê-la. A razão disso é que o modelo de relações raciais anglo-saxônicas - que se define em função da biologização do racismo e pela imposição de estrutura de segregação racial ostensiva (EUA, Europa Setentrional, Austrália, Canadá, África do Sul...) - corresponde a um contexto histórico recente e bem específico: a Modernidade industrial e capitalista (MOORE, 2012. p.).

Esse autor critica a tipologia das relações raciais baseadas nas realidades estruturais e culturais das sociedades pré-modernas, pré-capitalistas e, conseqüentemente, pré-industriais, ou seja, em uma análise da questão racial e do racismo, a partir do século XVI e após a Segunda Guerra Mundial. Diante disto, constatamos que essas tipologias estão presentes em pelo menos 90% da literatura disponível, produzida neste período no mundo. Ou seja, toda a literatura, que revisamos e estudamos para esta dissertação, está dentro desses 90%. E somente 10% desta literatura têm se proposto a interpretar a temática do negro (MOORE, 2012, p.)

Na concepção dos marxistas estudiosos de movimentos sociais no Brasil há elementos no marxismo o suficiente para analisar qualquer movimento social, inclusive o Movimento Negro. Desde que se compreenda que mesmo os analistas dos movimentos sociais novos das sociedades pós-industriais tenham desenvolvido teorias nas quais defenderam (ainda defendem) que o conflito capital e trabalho teriam se amainado e que o culturalismo seria a nova forma de análise desses movimentos, os marxistas, ou seja, os estruturalistas continuam a defender os conflitos e dominação por parte do Estado e das classes, continuam existindo e os movimentos sociais geram em suas ações coletivas, esses conflitos. Com isso, para Moore (2012) "perspectiva analítica exclusivamente sobre os modelos de relações raciais surgidos antes da Modernidade", o que implica dizer acerca do fato de que a maior parte da humanidade (Índia, América "Latina", Oriente Médio, China...) vive, hoje, sob a pressão dos

modelos tipológicos de relações raciais surgidos antes da Modernidade. O que desmente a ideia, na visão deste analista que os conflitos não se “amainaram” como defendem o pensamento culturalistas dos movimentos sociais (MOORE, 2012).

O que significa que mesmo os "modelos tipológicos de relações raciais surgidos antes da Modernidade", apontados pelo nosso autor, como sendo o que estruturou as relações raciais brasileiras e o racismo que perdura até aos dias de hoje, nós ainda continuaremos reféns (de analistas, intérpretes, paradigmas etc.) dos 90% da literatura do século XVI e do Pós-Segunda Guerra Mundial, resultado do modelo ocidental moderno de pensamento (eurocêntrico, hegemônico do pensamento ocidental) que forjou a colonização e a escravização dos africanos pelos europeus no Brasil.

Se vê na interpretação deste autor, que ele enfatiza pelo menos duas importantes variantes, que são o fenótipo e o racismo, buscando com isso mostrar que o racismo se origina na antiguidade e ocorre por volta de 356 a.c, entre as mais de 2 mil invasões e as conquistas contra o Egito pelos gregos. Como pode se observar, o racismo está na base de origem das sociedades antigas e arcaica da formação da humanidade e no continente africano como sociedade originária e planetária.

Para Moore (2012), por exemplo, em sua obra *Racismo & sociedade*, o racismo tem uma origem histórica e estaria assentada na Antiguidade e o "fenótipo como elemento regulador das relações humanas, **desde o início dos tempos até o limiar do século XIX** (grifo nosso), todas as relações históricas e sociais da humanidade foram relações étnicas baseadas no fenótipo", onde:

[...] o racismo não se estrutura em torno do conceito biológico de raça, nem a partir da escravização dos africanos, mas sim a partir de um dado universal inegável: o fenótipo (...), e uma profundidade histórica maior que os 500 anos e mais da hegemonia ocidental sobre o resto do mundo" (MOORE, 2012, p. 225).

E mais, segundo o referido autor (2012) "o racismo teria se construído historicamente, e não ideologicamente. O racismo seria uma dinâmica determinada pela história e não pela ideologia" exclusivamente. Se a história da humanidade em sua evolução e desenvolvimento forjou entre si, a sua própria dominação, ou seja, estruturou modelos para uma classe subalternizar a outra, ao ponto de escravizá-la e tê-la como coisa ou mercadoria, usufruto quase que absoluto dessa que a escravizou. Os sujeitos resultantes dessas relações conflitantes e contraditórias: negros, índios e brancos devem viver em conflitos permanentes, até que uma ruptura definitiva possa se dar. Essa tem sido a realidade e nos parece ser uma tendência global da classe dominante (branca)

continuar, a criação de mecanismos de opressão, subalternização e controle às demais classes e, nesse particular, os negros são as maiores vítimas dessa opressão planetária e local.

Dever-se-ia dizer que chegamos as primeiras décadas do século XX com a possibilidade de cada vez mais, aumentar o grau de risco de morte truculenta por esses instrumentos violentos que as classes dominantes brancas (a burguesia e a elite) detentoras e controladoras do capital, poder econômico e do poder político estatal e das forças produtivas se estruturaram, criaram os racismos e as xenofobias por meio das conquistas, invasões, guerras, revoluções etc., iniciadas na mais altas antiguidades com os árabes, fenícios, mulçumanos, gregos, romanos, europeus do outro lado do Atlântico e, após a sua travessia para colonizar os povos das Américas. Tais invasores, responsáveis pelo que afirma Moore (2012) promoveram o “desastre da escravidão de povos africanos e indígenas”.

Embora neste trabalho não seja possível um alcance epistemológico aprofundado acerca do racismo, faremos o que nossa pesquisa literária conseguiu produzir para este momento. Por isso, para reforçar autores que tratam deste assunto apenas apresentaremos aspectos da interpretação de Grosfoguel em um artigo publicado em espanhol em 2014, denominado de “a concepção do racismo em Foucault e Fanon: Teoria da zona do ser a zona do não ser”. Neste caso, para reforçar o argumento acima apontado.

“Um dos maiores problemas que continuam a desafiar as ciências humanas é o da origem e do desenvolvimento do racismo na história (Moore, 2012, p. 31). Uma outra questão que diante deste problema precisa ser enfrentada é a questão de “raça”. E agora defrontar o problema mais espinhoso: o verdadeiro papel dos povos melanodérmicos na história (dos negros). A ciência nos últimos 50 anos esclareceu um brutal equívoco do século XIX, que foi o conceito de raça na biologia. Raça não é um conceito que possa ser definido segundo critérios biológicos, que adequadamente socialize os negros. Porém, raça existe: ela é uma construção sociopolítica, o que não é o caso do racismo, um fenômeno que antecede sua própria definição (MOORE, 2012, p. 31).

Um diálogo franco com Moore nos fez refletir a ideia de noção do racismo como uma totalidade (fato social total). O racismo incide na realidade como um conjunto de

determinações. Que vai compondo o nosso repertório de análise de forma dialética, da temática e problemática do negro, ou em outras palavras do Movimento Negro, onde o sujeito negro é “protagonista” e interlocutor de sua organização. Ainda que nos arriscando a equívocos, mas dentro de nossa hipótese de análise, o racismo é a *interseção* entre todas as relações em que o negro está presente na sociedade brasileira, seja como sujeito oprimido, objeto de pesquisas, seja como sujeito que busca a liberdade ou reivindica a sua condição de ser social.

Essas determinações que vão formar os racismos, os quais podem ser: o racismo cultural, social, político, individual, ambiental e o mais grave entre todos: o racismo institucional⁴⁶, ou “racismo de Estado”. Diz Moore (2012): "A produção acadêmica voltada para o estudo e a interpretação do racismo foi orientada durante o século XX por dois grandes desastres na história da Humanidade: o holocausto judeu sob o III Reich e a escravidão negro-africana". Vejam que Moore ensina que a escravidão foi um "desastre" e dela deriva o racismo, quanto grave é o racismo e ainda completa:

Embora o embate hitleriano contra os judeus tenha encontrado ampla repulsa internacional, os desdobramentos da escravidão dos africanos e as repercussões contemporâneas desse evento somente começaram a ser examinados seriamente após a Segunda Guerra Mundial. Entendia-se que o racismo, especificamente a partir do século XV, era a sistematização de ideias e valores do europeu acerca da diversidade racial e cultural dos diferentes povos no momento em que a Europa entrou, pela primeira vez, em contato com eles (MOORE, 2012, p. 18).

Partindo desta análise que configura o racismo como um "desastre" e que este tem relações com o "projeto científico moderno" que teria uma compreensão sistemática e racializada da diversidade humana, operada nos séculos XVIII e XIX, que foi possível, devido o critério do fenótipo. Confira:

As críticas reportadas às teorias evolucionistas, como a teoria de Spencer, o determinismo racial de Lombroso e o darwinismo social, que apostaram em uma continuidade entre dados físicos e morais, afetam a possibilidade de uma discussão do racismo calcada na história dos conflitos entre os povos decorrentes das diferenças fenotípicas. Com isso, a visão de que o racismo seja uma experiência da contemporaneidade, cujas raízes se inserem na escravização dos povos africanos pelos europeus, a partir do século XVI, não é consistente historicamente. Embora seja dominante, essa premissa nunca se alicerçou em qualquer pesquisa séria, de igual modo, a ideia de que o racismo teve um único berço e período de gestação não parece coerente com a realidade histórica (MOORE, 2012, pp. 18-19).

⁴⁶ Ver Brasília (2008): O racismo institucional: [...] pode ser compreendido como a incapacidade coletiva de uma organização em prover um serviço apropriado ou profissional às pessoas devido a sua cor, cultura ou origem racial/étnica (p. 178-179).

A fundamentação teórica de Moore sobre origem e desenvolvimento histórico do racismo anti-negro tem uma contundência muito objetiva, crítica e politizada, principalmente, frente às correntes do biologismo racial as quais repercutiram no passado e até hoje o seu efeito é danoso e devastador, em todas as camadas da sociedade brasileira, inclusive dando origem a um racismo particular: o "à brasileira"⁴⁷. Este tem colocado os negros na desvantagem mais perigosa diante do branco, estejam esses brancos em qualquer situação social, política, cultural e econômica, os negros saem sempre perdendo. E mais, nos ensina que o fenótipo sempre foi o principal responsável pelos conflitos entre os povos. E outra: que o racismo é uma realidade histórica e tem sua origem na Antiguidade e por isso, segundo ele: o racismo sempre foi uma realidade social e cultural pautada exclusivamente no fenótipo, antes de ser um fenômeno político e econômico pautado na biologia. Assim esclarece:

Fenótipo é um elemento objetivo, real, que não se presta à negação ou à confusão. É ele, não os genes, que configura os fantasmas que nutrem o imaginário social; que serve de linha de demarcação entre os grupos raciais e como ponto de referência em torno do qual se organizam as discriminações "raciais" (MOORE, 2012, p. 19).

Moore (2012) também afirma que “negar a existência de raça seria o mesmo que praticar uma postura a-histórica, executar uma reorientação epistemológica, o que nos levaria a examinar a problemática do racismo, para além dos 500 anos de hegemonia europeia sobre o mundo”. O que entendemos que este autor nos faz refletir o quanto pouco sabemos sobre os processos que forjaram o racismo, que este não engendra dentro de si apenas as ideologias populares, mas os processos históricos que lhe deram origem. Já o fenótipo pode se tornar o fantasma do imaginário social, cujo mesmo guarda em si uma perigosa *aparência do real*, inclusive pode abstrair da subjetividade do portador de uma representação racial, que a aparência diminuiria o racismo, o preconceito e a discriminação. No Brasil, esta falsa representação da realidade é senso comum. Para os negros representa uma armadilha perigosa e que tem sido difícil de ser desmantelada.

O mundo científico tem, hoje, quase absoluta certeza de que: a) o gênero humano surgiu somente no continente africano, há cerca de 2 milhões de anos; b) a

⁴⁷ Ver (Lúcia Maria de Assunção Barbosa, Petronília Beatriz Gonçalves e Silva e Valter Roberto Silvério, Orgs.), artigo: *Raça, cultura e identidade e o "racismo à brasileira"* de Andreas Houfbauer, EdUFSCar, 2004 (pp. 51-69).

humanidade anatomicamente moderna surgiu, também, no continente africano, entre 150 e 200 mil anos atrás; c) o *homo sapiens* migrou para fora do continente africano para povoar o resto do planeta, entre 40 e 50 mil anos atrás. Os cientistas não têm certeza de qual era a pigmentação desses primeiros *homo sapiens*, mas admitem, baseados em considerações geográficas e climatológicas que dificilmente a pigmentação desses humanos pudesse ter sido outra que não a melanodérmica (MOORE, 2012, p. 36).

Acreditamos que tal cientista nos ensinou que as antigas batalhas, invasões, guerras, cruzadas, a literatura, os mitos, os textos bíblicos etc., produzidos pelos povos antigos dominantes que ao ocuparem o continente africano e o americano, com o intuito de explorar suas riquezas naturais, destruíram valores, hábitos, culturas e junto a isso massacraram, violentaram sexualmente e impuseram os seus valores, suas culturas, suas ideologias e seus interesses econômicos, estes nos parece de maior envergadura para essas potências, naquele tempo e hoje. Vejam, então, do que é capaz o racismo.

Restringir as considerações sobre o racismo à esfera ético-moral leva a ocultar o aspecto mais fundamental deste fenômeno, que é a compreensão da maneira em que essa consciência historicamente estruturada de poder e dominação total é exercida concretamente contra uma raça e em benefício de outra. Isto equivale dizer que o racismo beneficia e privilegia os interesses exclusivos da raça dominante, prejudicando somente os interesses da raça subalternizada. O racismo usufrui privilégio e vantagens concretas, como produto do exercício de um poder total, enquanto o alvo do racismo experimenta exatamente a situação contrária (MOORE, 2012, p. 230).

De fato, o problema não está na superioridade do racista, porém, nas condições privilegiadas que o torna superior diante daqueles que ele oprime. O racista usufrui privilégios econômicos e sociais que são negados à população subalternizada (neste caso a população negra) esta que padece por causa do usufruto obtido pelo poder hegemônico da classe dominante de controle majoritário na sociedade. De forma dialética podemos dizer em termos marxistas que o racismo poderia ser considerado como uma ‘totalidade’, mesmo este autor defendendo que o marxismo é “insuficiente para uma análise racial”, no nosso caso diria que em parte (MOORE, 2012, p. 230).

O que nos faz entrar em um “diálogo sociológico” com os autores brasileiros sob a temática do racismo que perpassa pelo campo teórico, pelo âmbito da relação com o Estado, a interlocução com a população negra de Belém e a ação coletiva principal e defesa de negras e negros, demandada pelo Movimento Negro, nesse início de século em Belém do Pará.

Iniciamos então com Fernandes em sua obra *A integração do negro na sociedade de classe* (2008 – [1965]), onde retrata que "o racismo é funcional, é uma ideologia, é um obstáculo à redistribuição do negro, atraso cultural, uma 'sociopatia', arcaico e irracional". Como vemos, Fernandes integra a chamada "corrente tradição basicamente sociológica"⁴⁸ que tem por base o "Projeto UNESCO" e as pesquisas de Pierson na Bahia. Além dos termos, conceitos e categorias, Fernandes ainda justifica a sua noção ou concepção de racismo:

[...] o racismo e o preconceito racial surgem durante o Brasil Colônia para cumprir uma função de legitimação da ordem social, e tende a desaparecer com a transição para a sociedade de classe, pois perde a sua funcionalidade e se torna um elemento arcaico e irracional, uma herança do passado. O racismo não é fruto da ameaça introduzida "[...] pela competição do negro com o branco, nem com o agravamento real ou potencial das tensões raciais. O preconceito e a discriminação racial são expressões de mecanismos que teria mantido o passado no presente. A despeito deles, "[...] a ascensão social do negro e do mulato se processou, está se processando e se processará no futuro". A presença do racismo não impede a integração do negro, apenas a retarda (FERNANDES, 2008, pp. 81-82).

Verificamos que Fernandes em suas noções e definições conceituais acerca do racismo, em alguns aspectos coaduna e imbrica questões trazidas por outros autores de nosso referencial, entretanto, discordamos de sua visão quanto a ideia do racismo "tender a desaparecer" na transição à sociedade de classe, que perde a sua funcionalidade, por isso torna-se arcaico, funcional, irracional, herança do passado, de que o racismo não é fruto da competição, ou seja, do conflito e das tensões raciais entre negros e brancos e, também que o racismo não impede ascensão social entre pares "melanodérmicos" e leucodérmicos", o que se torna para nós mais grave suas afirmações.

Nesse sentido, perguntamos: por que então não desapareceu até hoje? Visto que não vemos, nem pelo menos diminuir, as práticas e ações racistas no curso da formação e desenvolvimento da sociedade moderna no Brasil. Há que se afirmar as lutas intensas dos negros por meio de suas *ações coletivas* contestatórias ("Protesto Negro", "Convenções"; "Conferências" e "Congressos" etc., realizados desde as primeiras décadas do século XX, até aos anos 1960) e de combate ao racismo, desenvolvidas a partir 1978, intensificadas desde o início dos anos 2000, culminando com propostas de "Projeto Político de Nação". Com tudo isso, vê-se um racismo cada vez mais presente, com outras (novas) configurações e conotações. Pensamos que tenha a ver com:

⁴⁸ Ver (IPEA, 2008, pp. 69-99).

O racismo usufrui privilégios econômicos e sociais que são negados à população-alvo [...] (MOORE, 2012, p. 230).

Observamos que, para Fernandes, o racismo surge no Brasil no período colonial para legitimar a ordem social estabelecida, da mesma forma o preconceito racial. Verificamos então, que no nível macro, a origem histórica do racismo pode estar mais consolidada e comprovada. Na visão sociológica de Fernandes, a referência ao período colonial, temos concordância, mas nos demais aspectos, vemos que sua análise traz muito risco para reforçar o usufruto da classe branca dominante, continuar impondo seus diversos tipos de racismos no Brasil. Essa leitura nos trouxe profundas preocupações, visto tratar-se de um pensador clássico da sociologia brasileira, que, como vemos, influenciou! Contudo, mais na frente em sua obra: “Significado de protesto negro”, refaz essa visão.

É importante identificar essa influência nos sociólogos Ianni e Cardoso, alunos do mestre Fernandes e pesquisadores do Projeto UNESCO, que seguiram a ideia de que o racismo “tende a desaparecer” com o desenvolvimento da sociedade moderna. Já Ianni antes de sua morte, em 2004, afirma:

metamorfose da etnia Mais uma vez, no início do século XXI, muitos se dão conta de que está novamente em curso um vasto processo de racilização do mundo. O que ocorreu em outras épocas, a começar pelo ciclo das grandes navegações, descobrimentos, conquistas e colonizações, torna a correr no início do século XXI, quando indivíduos e coletividades, povos e nações, compreendendo nacionalidades, são levados a dar-se conta de que se define, também o mesmo principalmente, pela etnia, a em raça, a transfiguração da marca ou traço fenotípico em estigma (IANNI, 2004, p. 22; citado por MOORE, 2012, p. 231).

Ao contrário de retroceder, como era de se esperar, tendo em conta o enorme salto da humanidade em matéria de educação e de conhecimentos em geral, o racismo se insere na dinâmica socioeconômica do século XXI com um novo e brutal vigor excludente. Ianni avança altamente sobre o que havia dito nos anos 1950 em concordância com o seu professor e mestre, Florestan Fernandes, e afirma:

É assim que o mundo ingressa no século XXI, debatendo-se com a questão racial, tanto quanto com a intolerância religiosa, a contradição natureza e sociedade, as hierarquias masculino-feminino, as tensões e lutas de classes. São dilemas que se desenvolvem com a Modernidade, demonstrando que o "desenvolvimento do mundo", como metáfora do esclarecimento e da emancipação, continua a ser desafiado por preconceitos e superstições, intolerâncias e racismos, irracionalismos e idiosincrasias, interesses e ideologias (IANNI, 2004, pp. 1-25).

Moore (2012) nos posicionou quanto à história de origem do racismo na Antiguidade, mas também, nos mostrou o quanto o racismo ainda é nefasto e perigoso

para o desenvolvimento da sociedade brasileira. Abrimos este tópico com um texto conjuntural e contextual deste autor e finalizamos com este parêntese do mesmo para entrarmos em uma perspectiva de ver, em outras abordagens, como o Estado tem se posicionado mediante a uma forte ação coletiva do Movimento Negro em Belém, refletindo acerca do racismo.

Por ser uma forma de consciência historicamente determinada, o racismo é fundamentalmente transversal (no nosso entender o racismo é a interseção das múltiplas relações humanas), ou seja, atravessa todos os segmentos da sociedade e todas as formas de organização social, partidos políticos, religiões, ideologias etc. Afeta, ainda, todas as camadas da sociedade, sendo um fator, majoritário no universo onde se sustenta emocional e historicamente. Se o racismo resiste hoje com a virulência que possui, expandindo-se cada vez mais, apesar de todos os nossos esforços morais e culturais e de todos os avanços no conhecimento científico sobre o desenvolvimento das sociedades humanas, é porque ele tem se convertido, ao longo do tempo, numa realidade tenaz, arraigada na consciência e na prática social, e que ele beneficia materialmente, em todos os sentidos, aos usufrutuários de um sistema, racializado e fenotipocêntrico (MOORE, 2012, pp. 230-231).

Como o racismo no Brasil pode ter nascido associado à escravidão, mas é principalmente após a abolição que ele se estrutura como discurso, com base nas teses de inferioridade biológica dos negros, e se difunde no país como matriz para a interpretação do desenvolvimento nacional. Esse modelo seguiu duas perspectivas que se estendeu até meados dos anos 30 do século passado, a saber: as teorias racistas e o projeto de branqueamento (THEODORO, 2008, pp. 49-50).

Nessa perspectiva para coadunar e se somar com os demais autores que trataram do tema do racismo, acreditamos que Clóvis faz o fechamento deste tópico, discutindo como os estudiosos das ciências sociais brasileiras que interpretaram os movimentos negros do período da escravidão e o quanto isso repercutiu daí por diante, até aos dias de hoje na organização desse movimento. Esses estudiosos, verdadeiros químicos antropólogos, sociólogos e historiográficos analisavam os movimentos sociais dos escravos negros como se eles não estivessem engastados em modo de produção, mas se limitassem à soma ou a subtração de traços culturais africanos e ocidentais, para ver-se se esses movimentos antiaculturativos eram uma rejeição completa dos padrões culturais ocidentais ou podiam ser compreendidos através dos conceitos de sincretismo, aculturação ou assimilação (MOURA, 1988, p. 10).

Essa visão de um modelo racializado de desenvolvimento da sociedade brasileira, então adotado após esse período, a chamada ideologia da democracia racial, que usa a valorização da miscigenação e do mulato para disseminar o projeto de

branqueamento pessoal e social. A crítica a esse modelo de desenvolvimento nacional, baseado no branqueamento do negro, só ocorre nas últimas décadas do século passado, com a denúncia do Movimento Negro da discriminação como prática social e seu entendimento sobre as desigualdades raciais, não mais como simples acúmulo histórico com base na cultura, educação e pobreza, porém, como produto dos mecanismos de discriminação (MOURA, 1988, p. 10).

Quando chamamos a atenção do leitor em trechos deste trabalho para a visão dos culturalistas dos novos movimentos sociais surgidos na Europa no pós-maio de 1968 em relação aos marxistas, tem a ver com o que nos referimos acima em relação aos cientistas brasileiros que, com base e influência no pensamento biológico da teoria americana de raça, impuseram tais estudiosos com a implantação do Projeto Unesco a visão de raça nativa para ser aplicada aos negros brasileiros como se fossem americanos, o que reflete até os dias atuais no racismo “à brasileira”, o que refutamos, plenamente.

4.2-As implicações a intersecção do racismo na luta do Movimento Negro

A questão que trouxemos para problematizar o movimento social, o movimento social negro brasileiro e o Movimento Negro em Belém, na medida do possível, foi tentarmos articular com o objetivo geral e com os objetivos específicos correspondentes à investigação da ação coletiva principal promovida como objeto de estudo e as questões complementares como: a relação com o Estado, a interlocução com a população negra, a mobilização de recursos, as dificuldades encontradas para a unificação das ações políticas entre os movimentos negros locais, suas contradições, mediações e os conflitos essenciais no ato da contestação social, ou seja, da ação coletiva de combate ao racismo e defesa de negras e negros.

Conforme Peixoto (2017) “O conflito é instrumento de ação política. Revela insatisfações e reivindicações, confronta iniquidades e a lógica hegemônica da cidade. Os conflitos algumas vezes promovem mudanças na ordem urbana e conseguem impedir intenções excludentes e segregadoras de projetos [...]”. No caso do Movimento Negro em Belém, como pudemos mostrar no tópico anterior, o conflito esteve sempre presente desde sua formação, organização e prática da ação coletiva de combate ao

racismo, todavia, como uma aparente dissimulação do real, que esconde o verdadeiro elemento do conflito: *o racismo*.

O conflito que o Movimento Negro gera no ambiente da sociedade começa internamente para (“Afirmar lugares e identidades”) depois se espalha na sociedade, na relação com o Estado na busca de garantia de demandas específicas, onde “os conflitos movidos por coletivos urbanos no espaço público vinculam-se a carências de infraestrutura, serviços e condições de vida”. Os conflitos entre Movimento Negro e movimentos sociais, na disputa por espaço na agenda do Estado por demandas específicas, também se dar no processo de interlocução do Movimento Negro e população negra.

Se de acordo com Marx “um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um *escravo*”. O conflito entre o poder econômico que gerou a escravidão no século XVI no Brasil, que transformou esse negro africano em escravo, marcou a sua história, que por razões racializadas permanece ainda hoje, por meio de um “sistema de opressão” sofisticado que é o racismo, que dificulta com que o Movimento Negro, sua maior força de ação política, ainda assim, não consiga dar conta de enfrentar todo um aparato jurídico-político, burguês-colonial, elitista e branco que ainda controla por meio do Estado, o poder hegemônico de classe dominante (branca) contra a classe dominada de maioria preta.

Uma das nossas questões norteadoras é direcionada ao racismo, questionando se este seria o responsável pela dificuldade que o Movimento Negro tem de mobilizar recursos; de garantir demandas junto ao Estado e pela baixa interlocução junto à população negra de Belém. Por toda a discussão que temos apresentado sobre o rigor histórico e ideológico que está na origem de desenvolvimento do racismo, imposto ao continente africano e ao continente americano e, neste último continente, o destaque é para o efeito do racismo no Brasil. E as desigualdades sociais e raciais que ele legou para este país, desde seu nascimento no século XVI até o presente, poder-se-ia afirmar que é o principal responsável, por situações que geram desvantagens às mais deploráveis para toda a população negra brasileira.

De acordo com a literatura lida para este texto, a análise das desigualdades raciais no país dos anos 1940 a 1990, conclui-se que a posição relativa dos negros e brancos na hierarquia social não foi substancialmente alterada com o processo de crescimento e

modernização da economia, e nem tão pouco com o longo combate, impresso pelo Movimento Negro. Os negros em relação aos brancos ficaram em posições inferiores, isso é possível de ser visto em relação ao acesso à educação, à saúde, ao emprego e sua situação habitacional. Nesse período, pode ser considerada das piores entre os pobres, pois nessa categoria os negros estão em maior número. Ver (THEODORO, 2008; ABONG, 2002; SILVA, 2001).

As estatísticas que passamos a apresentar ratificam esses nossos apontamentos:

- Os negros (pretos e pardos) são mais da metade da população brasileira e de Belém, mas 64% dos *pobres* e 69% dos *indigentes* são negros (36% e 31% de brancos, respectivamente). Logo, são 33,7 milhões de negros em condições de pobreza e 15,1 milhões vivendo em condições de indigência.
- Com o mesmo nível de formação de um branco, o trabalhador negro ganha 53,99% a menos. Já a mulher negra recebe um salário 49,47% menor do que o de uma branca.
- 27% dos estudantes da população negra, entre 11 e 14 anos, estão entre a 5ª e a 8ª série, enquanto, entre brancos, o índice é de 44%.
- Uma pessoa negra de 25 anos possui cerca de 6,1 anos de estudo (ABONG, 2002, p. 9). Estas estatísticas são em nível geral.

Podemos dizer que essas estatísticas sinalizam para um entendimento de que as políticas sociais universalistas defendidas pelo Estado que atenderiam a todos os pobres e entre eles os negros, na verdade, mais servem para naturalizar a desigualdade racial, considerada como discriminação de classe, desconsiderando que a discriminação racial é um fenômeno presente na dinâmica social brasileira, e um forte indício de uma presença do racismo como matriz para interpretar o desenvolvimento nacional, o qual tem por base a democracia racial (ABONG, 2002, pp.56-66).

[...] existe discriminação sempre que uma pessoa seja impedida de exercer um direito como, por exemplo, o trabalho, ou não possa usufruir as mesmas oportunidades e tratamentos que outros em função de sua raça, sexo ou idade. Contra essa discriminação, cabe a sinalização, pelas normas legais, no sentido de sua incompatibilidade com o Estado democrático de direito, e possibilidade de sua sanção pela via jurídica. O aprimoramento desse sistema deve, assim, ser objeto de demandas e preocupações. Cabe ainda destacar que, tendo em vista sua maior eficácia, novos caminhos jurídicos vêm sendo percorridos, como a defesa de direito coletivos *lato sensu* (difusos, coletivos e individuais homogêneos) [...] (ABONG, pp. 138-139).

Esse quadro de constatação nos leva a tentar entender que o racismo tem um peso fantástico de responsabilidade como gerador das desigualdades de raça e se constitui como um importante fator de agravamento das condições de precariedade e exclusão em que vive uma grande parcela, ou se não a maioria da população negra. Envolve o Estado e a sociedade brasileira no desafio de combatê-las com mais rigor e como políticas efetivas estabelecidas pelo Estado.

Como nos referimos, ao longo do período de 1940 a 1990, passamos a verificar daqui por diante se o racismo se modificará e novamente, contaremos com as estatísticas, estudos e diagnósticos das instituições especializadas nesse assunto. O Instituto de Pesquisa Econômico e Aplicada (IPEA) nos anos 1990 e 2007 desenvolveu importantes pesquisas, que reafirmam o efeito da desigualdade com relação a cor e raça no Brasil.

Outro importante fenômeno identificado ao longo dos últimos anos refere-se ao aumento da proporção de negros na população brasileira. Entre 1993 e 2007, a proporção de negros aumentou de 45,1% para 49,8%, enquanto a de brancos, inversamente, passou de 54,2% para 49,4%. No grupo masculino, percebe-se a existência de uma curva ascendente da proporção de negros, que, desde 2005, colocou esse grupo como majoritário entre os homens (51,1%, contra 48,1%, entre os brancos). Entre as mulheres, a mesma tendência é verificada, mas as negras ainda não representam a maioria entre a população feminina, ainda que este movimento tenha se tornado mais expressivo nos últimos três anos (48,5%, frente a 50,6% para a população branca). (BRASÍLIA, 2003, p. 15).

Os apontamentos antecedentes até este momento dão conta de que o racismo é um elemento organizado historicamente nas sociedades antigas para garantir interesses de povos que tinham como ideologias dominantes interesses políticos. Interesses esses de níveis econômico e político, que garantiram poderes que se restringiram a líderes históricos do Oriente e seguidamente do Ocidente. Com a sociedade moderna novos líderes e novas formas de dominação foram desenvolvidos e o centro da dominação passou a ser centrado no mundo ocidental, especialmente no continente europeu, que por um longo período passou a centralizar todos os poderes, principalmente o poder e controle do conhecimento. Com o tempo, o poder se concentra no continente americano, mais especificamente na América do Norte, liderado pelos EUA, tido e reconhecido compulsoriamente como país central do capitalismo mundial, ou o “sistema mundo”.

O Brasil torna-se dependente dessa economia e, com isso, reproduz aqui o “receituário” do que determinam tais economias centrais de tal capitalismo, dissemos isto para ilustrar quem pode ser o ator responsável pela desigualdade que se deflagra,

contra a população negra brasileira, que atravessou mais de quatro séculos de escravidão, quase 130 anos de pós-abolição e ainda vive as consequências desse regime legitimado e garantido pelas elites e classes dominantes brasileiras. O que quer dizer que a luta dos negros não pode ser vista apenas do ângulo cultural apartada da luta gerada entre capital e trabalho, separada dos conflitos, da divisão do trabalho (nacional e internacional), da luta de classe, pois este sempre teve a sua força de trabalho destrutada, seja no modo escravista de produção, seja no modo de produção capitalista.

O Brasil constitui-se nesses dois modos de produção às costas ensanguentadas dos negros africanos aqui escravizados. Os portugueses, os espanhóis e os ingleses, impuseram o seu sistema mercantil e capitalista para o país permanecer em condições “de coloniais”, até hoje, para a maioria de sua população e para uma pequena elite branca e racista, viver como os brancos americanos e europeus, enquanto índios e negros e os pobres, vivem na extrema miséria e em permanentes conflitos, mais entre si, que contra os seus algozes, que transformaram um país rico em todos os aspectos, em um imaginário de um país dependente dos países centrais e sempre em crise por conta desses que são, na verdade, os que mais enriquecem a custa da “nação brasileira” com sua força de trabalho e extração “absoluta de mais valia”, potencialmente dos trabalhadores, por exemplo, na visão de Moura (1988).

[...]. As formas de propriedade mais relevantes continuam praticamente inalteradas. O escravo, a partir de 1888, deixa de sê-lo para ser cidadão incorporado à grande franja marginal desse tipo de capitalismo. E os níveis de privilégios das classes e camadas dominantes, dos mecanismos repressores, inclusive, prolongam-se através da nossa história social quase que com o mesmo nível de antes da abolição (MOURA, 1988, pp. 9-30).

Diante disto, as desigualdades de gênero e raça são estruturantes da desigualdade social brasileira. Não há, nesta afirmação, qualquer novidade ou qualquer conteúdo que já não tenha sido insistentemente evidenciado pela sociedade civil organizada e, em especial, pelos movimentos negros, feminista e de mulheres, ao longo das últimas décadas. Inúmeras são as denúncias que apontam para as piores condições de vida de mulheres e negros, para as barreiras à participação igualitária em diversos campos da vida social e para as consequências que estas desigualdades e discriminações produzem não apenas para estes grupos específicos, mas para a sociedade como um todo (BRASÍLIA, 2009, pp. 14-35).

A dominação antiga e moderna com base no racismo, conforme já mencionamos, ignorou e silenciou, para poder garantir, um dos sistemas mais cruéis

inventados no decorrer da história no Ocidente: o sistema colonialista de exploração, opressão e dominação. Esse sofisticado sistema de profundo controle bélico “subsumiu” o continente, que pode ser considerado o mais importante do planeta: *o continente africano*.

Se as estatísticas, diagnósticos, pesquisas e estudos oficiais, mostram os modos e práticas de uma desigualdade, preconceitos e discriminações raciais, construídos historicamente desde a colônia até a sociedade moderna brasileira de hoje essas têm um público definido: *os negros*. Vimos também que 10% apenas da literatura global, que chega até nós, como tentativa de realmente, explicar o porquê de os negros, diferentemente dos demais seres humanos, foram tão desumanizados ao ponto de serem escravizados e, com isso, seus descendentes, permanecem na subcondição humana de excluídos, subalternizados e vivendo em condições profundamente debilitadas (em sua maioria “desprezados” no mundo urbano), em tempos e espaços de hoje, se assemelhando com período da escravidão.

Diante dos dados teóricos contundentes sobre o racismo, cujo mesmo seria o fato social total, responsável pela baixa interlocução com a população negra, pela pouca mobilização de recursos e demandas junto ao Estado, podemos alertar os nossos leitores que essa hipótese está quase comprovada. Então vejamos o porquê dizemos isso. Já discutimos e sistematizamos com uma certa profundidade que a ação coletiva principal do Movimento Negro brasileiro é o *combate ao racismo*, porque podemos observar que o racismo condiciona a dinâmica de mobilidade social da população social negra no meio urbano (Amaral, 2004, pp. 15-29).

Parto da hipótese de que o racismo, como uma realidade no país, se manifesta como um dos fatores de seleção (...). A consequência desse racismo é a exclusão e marginalização do negro, não apenas no mercado de trabalho, a exemplo do que ocorre em Belém, mas da visibilidade da sociedade como um todo (AMARAL, 2004, p. 29).

De tudo o que foi possível investigar, sistematizar e analisar, dos vários pensadores, intérpretes e analistas sobre o racismo, ainda que possamos considerar que há pouca produção sobre esse tema e, que ao nosso ver não existe porque se acha um assunto menos importante. Por outro lado, desde a produção dos cientistas sociais da escola de Chicago, que defendiam que as relações raciais brasileiras deveriam ser entendidas como as dos EUA, sustentada pelo biologismo racial, naturalizado, como fazendo parte da ideologia do embranquecimento, da mestiçagem e da democracia

racial, os brasileiros herdeiros dessa corrente de pensamento, entendiam que deviam adotar no Brasil.

Agora, para finalizar este capítulo, conversaremos um pouco sobre a nossa questão problema: Por que a principal ação coletiva do Movimento Negro em Belém é o combate ao racismo e a defesa de negras e negros? Se quiséssemos, esta resposta podia ser simples e objetiva, porém, não se trata, o racismo ainda é um enigma demasiadamente complexo de ser explicado. Dissertar implica “análise e interpretação” de conhecimentos já estudados, relatados, para alguns é ter “imparcialidade”, no nosso caso, arriscamo-nos a ser menos imparciais possíveis, todavia, com ética, tentando preservar as fontes e levar o leitor a fazer o seu próprio julgamento. Diante disto e neste caminho, apontarei alguns aspectos que a literatura nos conduziu com relação a tal questão, mas principalmente, sua importância para o Movimento Negro.

Na Declaração oficial de Durban e Plano de Ação publicada no Brasil sobre a III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas – ONU na África do Sul em 2001, como é possível observar, o tema central é o racismo. Ele traz consigo as demais e principais discriminações que se pratica contra a humanidade, o que nos remete a refletir sobre os graves conflitos que o racismo pode desencadear no planeta.

Tanto é verdade tal preocupação da ONU, que tal instituição realizou duas conferências sobre o racismo nas três décadas que antecederam a realização dessa III Conferência, o que também significa dizer que o contexto e conjuntura que se desenharam no mundo, desde a consumação da II Guerra Mundial e os conflitos que se seguiram até aos anos 2001, o racismo não deixou de estar presente em todo o cosmo.

Vamos então traçar um breve panorama dos grandes conflitos sociais globais ocorridos a partir do pós II Guerra Mundial e seus efeitos devastadores para o mundo, podemos começar pela descolonização da Ásia e África, o Apartheid, o Maio Francês de 1968; os “novos movimentos sociais”; a crise no regime soviético, o aparecimento da “social democracia”, a crise do petróleo dos 1970, o pacto “fordista-keynesiano”; o aparecimento do “Estado de Bem-Estar Social”, a Bipolarização (“Guerra Fria”) EUA e Rússia, os conflitos raciais nos EUA (a luta dos negros pelos direitos civis); os Panteras Negras, as Revoluções na América Latina etc., por trás desses complexos acontecimentos, silenciosamente, estava a questão do racismo.

Chega-se ao século XXI com a sensação de que o mundo teria avançado ao ponto de ter posto fim na racilização do mundo, pelo contrário, o mundo continua se debatendo com a questão racial, ao ponto que de acordo com Ianni (2004) “muito se dão conta de que está novamente em curso um vasto processo de racilização do mundo”.

Então nos cabe, não necessariamente, finalizar a caracterização, o significado e a explicação das implicações do racismo e do porquê o combate a ele pelo Movimento Negro é tão relevante e essencial, olhando os grandes conflitos e a sua presença deflagrada, quando em 1978 na retomada de sua luta no Brasil, o Movimento Negro Brasileiro elege como sua ação coletiva principal o combate ao racismo, dever-se-ia, a conexão com os acontecimentos conjunturais do país e o contexto que desenhava no mundo “global”, principalmente no mundo africano.

Para Moura (2014), “o racismo tem outra tática para lidar com o negro no Brasil. A estratégia montada se vale de sofisticação e eficiência. Em primeiro lugar, o negro é considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres que os demais, no entanto, o que aconteceu historicamente desmente esse mito”. A sua captura em seu território para ser escravizado no Brasil, tira-lhe de forma definitiva a territorialidade, a sua personalidade, fizeram-no falar outra língua, esquecer as suas linhagens, sua família foi fragmentada e ou dissolvida, os seus rituais religiosos e iniciáticos tribais se desarticularam, o seu sistema de parentesco foi completamente impedido de ser exercido e, com isso, fizeram-no perder, total ou parcialmente a sua ancestralidade (MOURA, 2014, p. 219).

O sistema de marginalização social estabelecido pelo Estado, depois do 13 de maio, coloca o negro como igual perante a lei para disputar espaço numa sociedade competitiva compulsoriamente, tendo que buscar a sua sobrevivência social, cultural e mesmo biológica em uma sociedade secularmente racista, cujas suas técnicas de seleção profissional, cultural, política e étnica são feitas para mantê-lo nas camadas mais oprimidas, exploradas e subalternizadas.

O racismo brasileiro, como vemos, na sua estratégia e nas suas táticas, age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz, é ambíguo meloso, pegajoso, mas altamente eficiente nos seus objetivos (MOURA, 2014, p. 219).

É esse desafio que o Movimento Negro em Belém tenta superar, pois compreende que em um país onde a “democracia política” é frágil ou inexistente, imagina-se a possibilidade da construção da democracia racial na relação em que classe e raça disputam espaços políticos e de poder, e com isso se imbricam nesse processo de

competição em que a classe dominante vê-lo (o negro) marginalizado e com baixa qualificação e com isso facilita a baixa de salário do conjunto dos trabalhadores, onde o mais afetado é o negro, enquanto raça e classe, sociologicamente conceituado e na luta política no mercado de trabalho ontem e hoje.

Assim sendo, o racismo científico do século XIX não é, como argumentou Foucault, uma rearticulação do velho discurso de guerra racial, mas uma articulação do racismo religioso do tribunal teológico-cristão dos "povos sem alma" do século XVI e do racismo de cor do final do século XVI, do tribunal "biologizante" (Grosfoguel, 2012, p. 92).

O velho discurso de "guerra racial" na Europa não era a base deste racismo científico, como Foucault erroneamente insiste em seu método genealógico, mas o velho religioso racismo e racismo de cor que surgiu a partir do século XVI. Esta história e suas repercussões para toda a imaginação européia não era totalmente ignorada por Foucault. No entanto, sem essa história é impossível definir claramente o que entendemos por racismo (GROSFOGUEL, 2012, p. 92).

Para Fanon (citado por Grosfoguel), o racismo é uma hierarquia global de superioridade e inferioridade na linha da humanidade que foi politicamente produzida e reproduzida como uma estrutura de dominação durante séculos pelo "imperialista / occidentalocêntrico / cristianocêntrico / capitalista / patriarcal / moderno / sistema colonial" (Grosfoguel, 2012, p. 92). Neste caso, quisemos apontar as visões de dois psicanalistas intérpretes das implicações e efeitos conflitantes que o racismo tem desenvolvido entre raça e classe nas sociedades contemporâneas.

Para nós o que deve ser relevante destacar, dos vários intérpretes dos racismos que fazem parte o escopo de nossa abordagem primeiro, é ter encontrado entre eles um marxista negro (Fano citato por Grosfoguel, 2012, p. 92) o qual define o racismo: acismo é uma hierarquia global de superioridade e inferioridade na linha da humanidade que foi politicamente produzida e reproduzida (...); segundo, é a contribuição trazida por Grosfoguel (2012) o qual nos brinda com essa importante contribuição que nos serve tanto como reflexão acerca do "racismo à brasileira" e nos possibilita discutir a nossa categoria central de análise do objeto em estudo, que é o *combate ao racismo*, afirma ele: "A primeira forma de racismo foi o racismo religioso que definia a ideia de povo com religião e povo sem religião, já o racismo de cor ocorre aí por volta do século

XIX”; é importante ressaltar o que aponta o mesmo autor sobre essa primeira forma de racismo.

Esta definición de «pueblos sin religión» se acuñó durante todo el siglo XVI en España. El debate que provocó la conquista de las Américas fue alrededor del tema de si los «pueblos sin religión» encontrados en las Indias Occidentales tienen alma o no tienen alma. Este debate colonial generó un «efecto bumerang» que redefinió todo el imaginario de dominación de la época. Recordemos que siendo el latín la lengua de escritura de la época y estando la autoridad del conocimiento en manos de la iglesia por medio de la teología cristiana, lo escrito por Colón y por todos los filósofos cristianos del siglo XVI español circuló rápidamente por toda Europa (GROSFOGUEL, 2012, p. 90).

Por fim, este capítulo nos trouxe uma rica contribuição referente à problemática geral da temática do negro na literatura nacional e internacional. Para Fanon, citado por Grosfoguel (2012), as pessoas que estão acima da linha da humanidade são reconhecidas socialmente em sua humanidade como seres humanos com a subjetividade e o acesso aos direitos humanos / cidadãos / civil / trabalho. Pessoas abaixo da linha da humanidade são consideradas sub-humano ou não-humanas, ou seja, a sua humanidade é questionada e, portanto, negada. O que demonstra, haver uma hierarquia que coloca os ‘de cima’ na “zona de ser” e os ‘de baixo’ na “zona do não-ser”. Os de cima não vivem a opressão racial, portanto, vivem de privilégios que compõem a classe dominante. Para os de baixo, estes sofrem a opressão de classe, sexual e gênero, os quais são subalternizados, inferiorizados, sem privilégios e seus direitos foram e são negados. (GROSFOGUEL, 2012, p. 25)

O Movimento Negro em Belém nasce de um grupo de pessoas aonde o seu dilema era o racismo, por isso tinham que estar juntos para combatê-lo. Esse movimento se desenvolveu e de suas experiências vieram um conjunto de outros movimentos negros e que suas ações coletivas são diversas, porém uma não podia deixar de ser a mais preocupante para o cotidiano de sua luta política: o combate ao racismo. É tão complexo lidar com o racismo porque ele afeta a subjetividade, o emocional e o psicológico deste negro que está tentado ao mesmo tempo combatê-lo, organizado coletivamente em movimento enfrentá-lo externamente na sociedade e internamente no movimento, visto que o racismo está sempre na vida de um sujeito negro e no nosso entender para transformá-lo em um “não ser”, o que em geral não ocorre com os outros que os agridem permanentemente.

Elegemos uma questão de campo que perguntou para todos os nossos entrevistados: O que é o racismo para você e se ele prejudica a atuação do Movimento Negro? Vejam as inúmeras respostas, lógico que resumidas:

“Ele é um mal que destrói o negro e a sua luta”; “ele não deixa o negro lutar por inteiro”; “os políticos e os governantes não garantem os direitos por causa de seu racismo”; “as lideranças se prendem muito pelo racismo e deixam de demandar as reivindicações por moradia, escola, renda, emprego, etc.”; “o racismo é tão cruel que pode ser revertido contra os próprios negros”; “a mulher negra é vítima do racismo no lar, na rua, no emprego, no amor, no sexo e em todos os ambientes que transitam na sociedade”; “os quilombolas têm dificuldades para legalizar suas terras por causa do racismo”; “o Estado tem um racismo institucional escondidos em seus representantes”; “em Belém há o seu próprio racista e o seu próprio racismo”; “a saída para o Movimento Negro em Belém é educar contra o racismo, entender que a ação coletiva principal é o combate ao racismo, maior adversário e priorizar uma possível luta integrada entre os movimentos com reivindicações comuns”; nós afros temos que entender que é o racismo que nos separa, gera briga e não a nossa religião ancestral, os brancos têm as suas religiões e são intolerantes contra nós, na verdade são racistas por isso desvalorizam os nossos cultos”, etc.

Apurando esses relatos dos nossos entrevistados, podemos pensar o racismo como fato social total e que a assimetria que ele gera na estrutura da sociedade de Belém e brasileira, coloca negras e negros na defesa e no combate e a sua maior ferramenta, o Movimento Negro de forma dialética no contraditório das relações de classe e de raça, de forma que devemos buscar uma metodologia em que possa articular esses dois campos para uma unidade na diferença, nunca à separação como fez o capitalismo usando a relação capitalxtrabalho para separar pela desumanização. Entre nós brasileiros podemos apontar o maior exemplo disso: quatro séculos de escravidão, que no meu entender deu origem a uma sociedade separada (justificada pelo racismo como a escravidão moderna), enquanto os negros foram e são “os condenados da terra”; “os despossuídos” e “os que nada têm”, porém os que no meu entender podem ter a direção da revolução como premissa radical de transformação da sociedade brasileira. Os negros de Belém, tendo como, exemplo, a sua participação na Cabangem no século

XIX, podem sair na frente, já que aqui, tanto no passado como hoje, a opressão é sempre mais contundente que nos outros estados da federação.

5-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que tenha sido necessário o uso de outras abordagens com proximidade ou não ao marxismo, mas o método de Marx e Engels estar muito presente em nossa dissertação. Segundo Marx e Engels (1983), “é necessário partir do concreto para se atingir o concreto e, uma vez claramente estabelecidos os conceitos, regressar ao concreto para enriquecer com toda a complexidade das suas determinações”. Com esta passagem (brilhante) desses autores ‘selo’ o meu compromisso com essa teoria, cuja mesma foi perseguida do início ao fim em nosso trabalho. O não alcance epistemológico mais adequado na aplicação da mesma, me fez concluir que esta dissertação é mais empírica do que teórica, o que também, se estende as outras teorias, aqui utilizadas.

As minhas considerações; conclusões e resultados, desta dissertação para efeito didático foram sistematizadas em desafios, processos históricos e sociológicos, e segue a seguinte ordenação: a) o Movimento Negro em Belém investigado empiricamente, foi dividido em quatro capítulos, aonde nessa ordem, tratam de movimentos sociais, Movimento Negro, ações coletivas e racismo, com base na teoria social marxista e do campo histórico e sociológico, sendo que a análise do primeiro (capítulo), sobre os movimentos sociais, foi feita mediante a revisão de literatura, os demais têm enfoque historiográfico e sociológico; b) os objetivos específicos corresponderam ao objetivo geral da pesquisa; c) o problema de pesquisa foi solucionado de forma empírica; d) a teoria social proposta atendeu as exigências do tema e do objeto de estudo, mas consideramos a relevância dos aspectos empíricos.

Esta dissertação me colocou um conjunto de desafios e processos históricos, contemporâneos e atuais. Entre este conjunto de desafios e processos estão: primeiro, a retomada dos meus estudos, há mais de dez anos distanciado do meio acadêmico segundo, ingressar em uma pós-graduação numa linha de pesquisa com o tema dos movimentos sociais para investigar um movimento específico que por ser integrante achava que sabia muitas coisas, fui surpreendido, que não sabia tanto terceiro, acreditava que a teoria e os conceitos de movimentos sociais e para o Movimento Negro

estavam todos bem definidos, a minha crença foi derrubada quarta, que a pesquisa de campo tinha possibilidade de oferecer um fácil retorno, a investigação provou o contrário e quinta, que poderia transformar a minha dissertação numa abordagem apenas teórica, o que acabei, convencido de que o campo empírico é muito relevante para este trabalho.

Partindo desta resumida introdução, começo a minha argumentação por um aspecto crucial, fundamental e relevante para este estágio da minha humanidade sociológica. O meu retorno ao meio acadêmico e com uma disposição de aprender a lida universitária com os mais experientes (professores, estudantes e outros agentes do serviço público) e gestores de uma ação de ensino e aprendizagem, comprometidos com a nossa formação intelectual. Acabo por considerar, que o meu crescimento intelectual foi muito bom, levo em conta as dificuldades que tive no início, para lidar com a metodologia de pesquisa, seja bibliográfica e de campo.

Penso que ao ingressar no PPGSS da Faculdade de Serviço Social – UFPA, venci o meu primeiro desafio, porém outras fronteiras estavam por vir. Creio que participar das disciplinas foram momentos muito aprendizados e resultados, mas senti e tive que me desafiar a melhorar a compreensão teórica e metodológica para poder conseguir articular conhecimento empírico e científico, e produzir epistemologia. É neste aspecto que necessitei de maiores orientações acadêmicas para poder obter prática e melhor saber lidar com método e metodologia. Estas foram barreiras acadêmica, que aos foram diminuídas, neste sentido, concluo que parte, do que foi no início, hoje está superado.

Quando passei a lidar com a pesquisa bibliográfica e a leitura, articular com o tema e construí o meu objeto de estudos, surgiram novos desafios. Que foram construir um bom problema e realmente, defini qual era na verdade o meu objeto de pesquisa. Isso só foi possível, com mais segurança com um mergulho (imersão) no lago profundo da pesquisa de campo. E esta investigação, me ofereceu dois elementos essenciais para compor o meu trabalho: o combate ao racismo como ação coletiva principal (categoria empírica) do Movimento Negro e, daí se originou o problema de pesquisa e o objeto de estudo de nossa dissertação.

Agora entre as nossas conclusões e resultados, estão os meus maiores desafios, os quais me propôs a investigar a ação coletiva principal e o Movimento Negro em

Belém, articulá-lo como o Movimento Negro Brasileiro, usando como procedimento metodológico a revisão de literatura como tentativa de mapear o conjunto de autores que interpretaram as teorias das ações coletivas nos EUA, os movimentos sociais na Europa, na América Latina e no Brasil.

Como esta é para mim a parte mais complexa deste texto, pois lidamos com a tradição da teoria marxista, como base de nossa investigação e depois com diversas outras teorias, essa perspectiva da nossa dissertação me foi muito cara. Os limites ou insuficiência que possam ser detectados neste trabalho, decorrem das contingências da minha racionalidade intelectual para este momento sociológico. Foi por estas e por outras questões (dispostas ao longo do nosso texto dissertativo), que assumo como um dos resultados que a dissertação tenha também que ser compreendida como um campo empírico de investigação, menos teórico na sistematização e análise dos dados, mas seguindo todo o rigor epistemológico, que foi necessário à sua conformação.

Quando amarro um campo empírico de investigação é para deixar bem definido que ainda muito nos faltou aprofundar acerca das teorias e conceitos, sobre as ações coletivas e movimentos sociais. E principalmente, aprofundar mais a minha investigação acerca da teoria e conceito, do Movimento Negro, pois o que produzimos neste trabalho foi de rica relevância e importância, porém o desafio é a continuidade da pesquisa com um maior aprofundamento teórico.

O resultado obtido pela nossa questão de pesquisa foi que, para o Movimento Negro em Belém ter como ação principal o combate ao racismo e defesa de negras e negros, significa que este movimento, se originou de uma ação coletiva de combate ao racismo para defender negras e negros, diante deste que é o seu pior adversário ou opositor: O *racismo*. Por isso, se concluiu que a base de socialização dos negros é entender coletivamente o que é o racismo e depois combatê-lo, daí virão todas as demais ações coletivas, as quais também, para o Movimento Negro são causadas pelo racismo.

Finalizando, imaginava conseguir fazer um percurso histórico e sociológico, longo, mas fomos capazes de um modesto (início da sociedade moderna), desde os primeiros movimentos sociais clássico, até me ater ao Movimento Negro em Belém do período de 1995 a 2013, que pudesse compreender as teorias e os conceitos de “protestos sociais” e movimentos sociais, entendidos como fenômenos ubíquo na

história, nas diversas sociedades e processos civilizatórios. Considerando o campo das ciências humanas e em especial da sociologia, cujo mesmo é tema desde seu surgimento, constituindo-se campo temático específico e assunto obrigatório da teoria social contemporânea. Como entendo não ter conseguido esse intento, a humildade sociológica de ter conseguido pelo menos o caminho empírico, como um feito acadêmico desafiador. Creio que alcancei o resultado mais relevante que foi articular bem os objetivos específicos com o objetivo geral e o conjunto dos elementos da dissertação.

Nesta quarta consideração o campo de pesquisa não foi um momento tão fácil como no início imaginava que fosse, mas me trouxe grandes aprendizados. Com as vozes e opiniões (de pesquisa) consegui, desenhar cronologicamente a cartografia das fases e dos tipos dos movimentos negros de Belém e fazer uma resumida projeção de sua realidade, da sua relação com o Estado, sua interlocução com a população negra e avaliar as suas demandas como ação de Estado. Mesmo com muita limitação, se concluiu que com a pressão do Movimento Negro, os primeiros sinais de políticas públicas à população negra brasileira, teve início com os governos de Fernando Henrique Cardoso, foram ampliadas pelos governos do PT e seus aliados, onde Belém, com esses governantes, pôde ter mais acesso a essas políticas.

Por fim a minha quinta perspectiva tratou de como estão os movimentos negros em Belém. Desmobilizados e vivendo no balaço do refluxo. Com a hipótese de que se dinamizam em uma conjuntura e os agentes de Estado (governos, parlamentares e liderança) cooptam e manipulam as lideranças que lhe interessam como cabo eleitoral, etc. Essas ações dividem e enfraquecem a luta direta, tornando apenas a representação individual, personificada hierarquicamente, para atender muito mais a um movimento conservador, conciliador, reacionário e oportunista. Concluímos que parte do Movimento Negro de Belém, pode se enquadrar nessa classificação.

Com para nós o tempo é nossa bússola e o espaço é o nosso lugar de resistência, não estamos absolutamente certo, mas temos certeza e confiamos, que pouco que nessa temporalidade conquistamos, pois, o presente sempre sirva para construir o futuro aqui e agora, por isso haveremos transformar radicalmente as ações coletivas e os movimentos negros de Belém.

Não posso deixar de fazer menção as manifestações, mobilizações e protesto que tiveram início em 2013, que nos parecia uma reação de setores engajados e que pretendiam cobrar do Estado mediadas mais equânime em relação as políticas públicas para transporte e outras demandas da população, mas o abandono dessa premissa vulgarizou as ações políticas, passando a ser dirigidas por “novíssimos sujeitos” que jogaram à direção representativa da sociedade para uma ala mais conservadora, reacionária e a sociedade política entregue a setores das elites parlamentares, jurídica e midiática que têm lavado conto mais, o país para o atraso, com características fascistas, racistas, violentas, etc., institucionalizada pelo Estado uma forma hegemônica de dominação de classe com caráter autocrático e de exceção.

6-REFERÊNCIAS

AMARAL, Assunção José Pureza. **Da senzala à vitrine: relações raciais e racismo no mercado de trabalho em Belém**. Belém: Cejur, 2004. (Coleção Megam)

ABONG. **Racismo no Brasil**. – São Paulo: Peirópolis; 2002

ALEXANDER, Jeffrey. C. **AÇÃO COLETIVA, CULTURA E SOCIEDADE CIVIL***, Secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais**, Rev. bras. Ci. Soc. vol. 13 n. 37 São Paulo June, 1998, pp. 1-69) Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091998000200001>> Acesso em: 6 de outubro de 2017

AVRITZER, Leonardo. **Um paradigma para os movimentos sociais no Brasil**. Revista de Brasileira de Ciências Sociais, v. 12, n. 35. São Paulo, Fev. 1997, pp. 1-39. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v12n35/resenha1.pdf>>. Acesso em: 20 setembro de 2014.

BARRETO, Maria das Graças de Carvalho. **Os "comunitários" e as lutas por escola públicas nos movimentos populares - Belém-Pa (1967-1985)**. Paraíba, UFPB (Dissertação Mestrado), 1996

BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. (Título do artigo). In **De Preto a Afro-Descendente: Trajetória de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil** – São Carlos: EdUFSCar, 2003 (pp. 51-109)

BELÉM, Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos. **Direitos humanos: opção política e construção da cidadania em Belém**. _ SEMAJ, 2003, (pp. 77-100)

_____. Comunidades de terreiros. **Cartografia social dos afrorreligiosos em Belém do Pará**. Belém, 2012, pp. 7-15

BENTES, Nilma. **Aspectos da trajetória da população negra no Pará: aspectos relevantes**. Belém: UFPA, GEAM, 2013

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 3.ed. – São Paulo: Cortez, 2007. – (Biblioteca básica de serviço social; v.2). (pp. 13-22)

Blundi. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1975. POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1977. POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/trabalhos/2015/Domingos%20Pereira%20e%20Vicente%20Rodrigues%2010098.pdf>. Acesso em: 4 de novembro de 2017

BRASÍLIA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. Ipea, 2011

_____. Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial. **Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana**. Brasília: SEPIR, 2013-2015.

BRINGEL, Breno & TEIXEIRA, Marco Antônio. **Repertório de ação e repertório de interpretação; trinta anos de estudos sobre movimentos sociais no Brasil**. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LUCAMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos sociais e engajamento político: trajetória e tendência analíticas**. 1º ed. Florianópolis: Ed., da UFSC, 2015. (pp. 15-42).

_____. Breno. MOVIMENTOS SOCIAIS E DEMOCRACIA: os dois lados das “fronteiras”. CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008

CAMPELO, Marilu Márcia et all. Entre os rios e as florestas da Amazônia. **Perspectivas, memórias e narrativas de negros em movimento: subsídios para a Lei 10639/03**. UFPA. Belém-Pa, GEAM, 2014

CARDOSO, Marco Antônio. **O Movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1998**. Belo Horizonte: Mazza edições, 2002

CONCEIÇÃO, Domingos. **O novo desenvolvimentismo nos governos do PT e seus aliados**. Belém, PPGSS – UFPA: 2016. pp.1-13

_____. **Negro na Amazônia na visão teórica dos militantes do GEUN - 1997** (Texto)

_____. **Quilombinho**. Belém, independente, 2010.

_____. **A Educação do negro no livro didático**. Belém, UFPA, 1997.

_____. **Escravo em Cameté: relações étnicas**, Belém, UFPA, 1996.

_____. **A Condição do negro na escola, um estudo interétnico**. Belém, UFPA, TCC, 1996.

CHAUI, Marilena. **Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 6ªed., São Paulo, Brasiliense, (pp. 121-179), 1980

DOMINGUES, José Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro**: alguns apontamentos históricos. São Paulo: 2007 (pp. 7-25)

DURIGUETTO, Maria Lúcia, MONTÃO, Carlos. **Estado classe e movimento social**. 3.ed.: São Paulo: Cortez, 2011, v5, (pp. 248 - 305)

FERNANDES, Florestan. Significado do protesto negro. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo, 2017

_____. **A integração do negro na sociedade de classes: (no limiar de uma nova era)** volume 2. São Paulo: Globo, 2008.

_____. **A sociologia numa era de revolução social**. 2ed.: Rio de Janeiro, Zahar, 1988, (pp. 285-313)

_____. **Nova República?** 2ªEd., Rio de Janeiro; Zahar, 1986

_____. **A revolução burguesa no Brasil**: Ensaio de interpretação sociológica. 3ªed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (pp. 3-10)

_____. **A sociologia numa era de revolução social**. 2ed.: Rio de Janeiro: Zahar, 1988, (pp. 285-313)

GALVÃO, Andréia. **Marxismo e Movimentos Sociais**. Rev_Crítica_Marxista-32 (FINAL).indd, 2011 (pp. 1-107).

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: Uma breve discussão**. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobreRela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf> . Acesso em: 15 de fevereiro de 2016.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil**: Correntes e contracorrentes na atualidade. – São Paulo: Cortez, 2017 (pp. 31-49)

_____. **Teoria dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. 11ed. – São Paulo: Loyola, 2014

_____. Sociologia dos movimentos sociais. 2ed., - São Paulo, Cortez, 2014, pp. 51-77

_____. Teorias dos Movimentos Sociais. São Paulo, Loyola, 2008 a

_____. **Teorias sobre movimentos sociais**: o debate contemporâneo. Congresso SBS2011, GT 13, 2011

_____. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. *Caderno CRH*, v. 21, n. 54, p. 439-456. Salvador, Set.-Dez. 2008b

_____. **500 anos de lutas sociais no Brasil**: movimento sociais, ONG's e terceiro setor

_____. **Movimentos sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores.** Petrópolis: Vozes, 2003

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.* São Paulo: Loyola, 1997

GROSGOUEL, Ramón **El concepto de «racismo» en Michel Foucault y Frantz Fanon: ¿teorizar desde la zona del ser o desde la zona del no-ser?** Tabula Rasa,

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Preconceito racial: modo, temas e tempos.** – São Paulo: Cortez, 2008, (pp. 53/59)

_____. **Racismo e Antirracismo no Brasil.** 3ªed., 34; São Paulo, 2012

HANCHARD, George Michael. **Orfeu e o poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988).** Rio de Janeiro: EdUERJ; tradução, Vera Ribeiro; 2001

IANNI, Octavio (Org.) Florestan Fernandes: **Sociologia crítica e militante.** São Paulo: Expressão Popular, 2004, (pp. 7-39)

_____. **Dialética das relações raciais.** Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100003. *vol.18 issue50 Octavio Ianni: o preconceito racial no Brasil Pode a genética definir quem deve ...Estudos Avançados ...* Estud. av. *vol.18* no. *50* São Paulo Jan (2004). Acesso em 4 de agosto de 2016

_____. **Escravidão e racismo.** 2ªed., São Paulo, Hucitec. 1988, (59-90)

_____. **Raças e classes sociais no Brasil.** 3ªed., Brasiliense, 1987, (317-337)

LEHER, SETÚBAL (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogo para uma nova práxis.** São Paulo: Cortez, 2005, (pp. 1-15) e Edineide Jezine Universidade Federal da Paraíba.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe: estudos de dialética marxista;** tradução Telma Costa; revisão Manuel A. Resende e Carlos Cruz. - 2ed. - Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Porto, Portugal: Publicações Escorpão, 1989, (pp. 7- 40)

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política: Livro I;** Tradução de Rubens Enderle. - São Paulo: Boitempo, 2014. (pp. 11 - 37)

_____. **Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 esboço da crítica da economia política: supervisão editorial Mário Duayer; Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Wemer e Rudiger Hoffman).** - São Paulo: Boitempo, Rio de Janeiro: Ed., UFRJ, 2011. (pp. 7 - 64)

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos;** tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri.[4.reimpre.]. - São Paulo: Boitempo, 2010. (pp. 7 - 21)

_____. **A ideologia Alemã;** tradução de José Carlos Brune e Marco Aurelio Nogueira. 8.ed. - São Paulo: Hucitec, 1991

_____. **Manifesto do partido comunista.** 4.ed. - São Paulo: Global, 1984.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**; Tradução Maria Helena Barreiro Alves; revisão de Carlos Roberto F. Nogueira. 2ed., São Paulo; Martins fonte, 1983 (pp, 10-11 e 218-219)

MOORE, Carlos. **Racismo & sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. 2ed., - Belo Horizonte: Nandyala, 2012

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. 2.ed. – São Paulo: Fundação Maurício Grabois coedição com Anita Garibaldi; 2014

_____. **As injustiças de Clio: O negro na historiografia brasileira**. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1990 (pp. 11-30)

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988 (pp, 109-146)

_____. **Rebeliões da senzala**. 4.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988

MINAYO, Maria Célia de Souza. **Pesquisa social**: Teoria, método e criatividade. 22ed.- Petrópolis, 2003

Movimento negro unificado 1978-1988: **10 anos de luta contra o racismo**. São Paulo: Confraria do livro, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil** – Identidade nacional versus identidade negra, Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1999.

MUTZENBERG, Remo. **Movimentos sociais no Brasil**: sentidos, desafios e perspectivas contemporâneas. III Conferência Internacional do Iese. Maputo, 2012. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/III_Conf2012/IESE_IIIConf_Paper26.pdf>. Acesso em: 5 outubro de 2017.

NASCIMENTO, Abdias do. **Jornada Negro-libertário**. Rio de Janeiro; IPEAFRO, 1984, (pp. 1-35). Disponível em<<https://www.brasildefato.com.br/node/30472/>> Acesso em 16 de fevereiro de 2017

NASCIMENTO, Maria Antônia Cardoso (Orgs.). **Tempo de bolsas**: Estudos sobre programas de transferência de renda. Et. all. Percepções de benefícios sobre os Programas Transferências de Renda “Bolsa Família”, no Pará e Amapá, e Renda para Viver Melhor, no Amapá (Título do artigo) Campinas: Papel social, 2015, pp. 149-187

NETO, José Maia Bezerra. **Escravidão negra no Grão-Pará (século XVII-XIX)**. 2ed._ Belém: Paka-Tatu, 2012

NETTO, Paulo José. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1ed. - São Paulo; Expressão Popular, 2011

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5ed. – São Paulo, Cortez, 2006, pp. 9-14

NOVAES, Henrique Tahan. **Movimentos sociais e crises contemporâneas**. In DEL ROIO. Neusa Maria et all. Movimentos sociais e crises contemporânea. 1º Edição Eletrônica, NAEGANDO, V2; Uberlândia-MG, 2017. (pp. 145-147)

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. **Desigualdade racial e mobilidade social no Brasil: Um balanço das teorias**. In: THEODOR, Márcio (Org.). **As políticas públicas e as desigualdades raciais no Brasil 120 anos após a abolição**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômico e Aplicado – (IPEA), 2008, pp. 69-99

SALLES, Vicente. **O Negro no Pará: sobre o regime da escravidão**. 3ed., revista e ampliada. Belém, IAP - Programa Raízes, 20005.

_____. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu; Textos, reunidos, 2004.

SANTOS, Ivair Augusto dos. **O Movimento negro e o Estado (1983-1987): o caso do conselho de participação e desenvolvimento da comunidade negra no Governo de São Paulo**. São Paulo: Prefeitura de São Paulo, 2010.

SANTOS, Joel Rufino. "**Movimento negro e crise brasileira**", *Atrás do muro da noite; dinâmica das culturas afro-brasileiras*, Joel Rufino dos Santos e Wilson do Nascimento Barbosa, Brasília, Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 1994, pp. 1-57. Entrevista. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/dv_ibase_44_entrevista%2820-33%29.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2017

SOUZA. Angelita Matos. **Notas sobre movimentos sociais**. São Paulo. 38º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS GT 20 – Marxismo e Ciências Sociais, 2014 (pp. 1-21)

SCHERER-WARREN, Ilse. **Movimentos sociais e pós-colonialismo na América**. São Leopoldo, v. 46. N.1, (pp. 18-27,) 2010.

_____. Ilse & LUCHMANN, Lígia Helena Hahn (Org.). **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis; Ed., da UFSC, 2015 (pp. 15-42).

TRECCANI, Girolamo Domênico. **Terras de Quilombo: Caminhos e entraves do processo de titulação**. – Belém: Secretaria executiva de Justiça. Programa Raízes, 2005.

THEODOR, Mario (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição**. Luciana Jaccoud, Rafael Guerreiro Osório, Sergi Soares. - Ipea, 2008

VIANA, Elizabeth & GOMES, Flávio. **Personagens, História Intelectual e Relações Raciais no Brasil: notas sobre pesquisas bibliográficas**. In BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção et all. *De Preto a Afro-Descendente: Trajetória de pesquisa sobre relações étnico-raciais no Brasil*. EdUFSCar, São Carlos-SP, 2003. (pp. 51-109)

RODRIGUES. Vicente e SILVA, Domingues Pereira (Orgs.). **VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS O ESTADO EM POULANTZAS: UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DA HEGEMONIA NA SOCIEDADE DE**

CLASSES. Doutorado em Educação (PPGE/Unicamp) Vicente Rodriguez Professor
(PPGE/Unicamp) GT 2 - Os marxismos, 20